

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AGRONEGÓCIO – MESTRADO

ÉRICK ANTONIO SÍGOLO

**O PROCESSO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ:
UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DE MEL - COOFAMEL**

TOLEDO
2019

ÉRICK ANTONIO SÍGOLO

**O PROCESSO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ:
UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DE MEL - COOFAMEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Jr.

TOLEDO
2019

ÉRICK ANTONIO SÍGOLO

**O PROCESSO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ:
UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DE MEL - COOFAMEL**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Toledo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Weimar Freire da Rocha Jr - Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Toledo

Professora Dra. Ivanete Daga Cielo
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Toledo

Professor Dr. Carlos Alberto Piacenti
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Toledo

Professora Dra. Sandra Regina da Silva Pinela
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus de Toledo

Toledo, novembro de 2019.

*À minha esposa, Paula, e meu filho, Raul Vinícius,
fontes de inspiração e perseverança.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, aos anjos e aos santos que sempre intercederam por mim, por estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis desta caminhada, sempre me guiando, iluminando e abençoando em cada passo que foi dado. Obrigado por me dar a fé e a força necessárias para lutar contra todos os obstáculos sem nunca desistir.

Obrigado, Senhor, por ter me dado além do que posso merecer!

Agradeço, de forma especial, à minha esposa e companheira de todos os momentos, Paula Fernanda Bonoto, pela paciência e apoio no período mais difícil e intenso de nossas vidas. Quando tudo parecia estar acabado, ela não mediu esforços para me motivar e incentivar a continuar esta árdua e dura caminhada. Acredito que ela é uma intercessão de Deus em minha vida, desde quando nos conhecemos. Mas quando tudo aconteceu, percebi que tinha ao meu lado uma pessoa maravilhosa além do que mereço, pois só nesses momentos é que realmente descobrimos o que o verdadeiro amor é capaz de fazer.

Ao meu filho amado, Raul Vinícius Sígolo, que, desde que veio ao mundo, mudou por completo a minha vida, preenchendo o espaço que faltava em meu coração, mudando a minha percepção de vida com seus abraços e sorrisos, renovando minhas energias e me dando forças para continuar a lutar.

Aos meus pais, Antonio Sígolo e Maria Aparecida Ferreira Sígolo, que sempre transmitiram a mim os seus princípios de honestidade, não poupando esforços para eu continuar a trilhar a caminhada do conhecimento.

Às minhas irmãs, Giovana Aparecida, Giseli Adalgisa e Jéssica Maria, pela compreensão ao serem privadas de minha companhia em muitos momentos. Obrigado por desejarem sempre o melhor para mim.

Obrigado ao meu mestre e professor, Dr. Weimar Freire da Rocha Jr., que não mediu esforços no meu direcionamento e na condução ideal para a realização do trabalho. É um exemplo de competência, profissionalismo e, principalmente, paixão pelo que faz.

Agradeço também a toda a equipe do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, que contribuiu imensamente para a

minha formação como profissional e cidadão, tendo, no seu corpo docente, o compartilhamento de ensinamentos e a construção do conhecimento. Obrigado também aos funcionários pelo companheirismo e amizade construída ao longo desses anos. Meus sinceros agradecimentos a todos que, de uma forma ou de outra, marcaram a minha vida nesta excelente instituição de ensino.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento e credibilidade aos meus estudos, pois a bolsa ofertada foi muito importante para a minha frequência às aulas.

Obrigado a toda a equipe da Cooperativa Agrofamiliar Solidária – Coofamel, especialmente ao Sr. Presidente Wagner Gaziero, pela confiança e pronto atendimento quando solicitado para informações pertinentes à pesquisa. Agradeço também a todos os cooperados, que disponibilizaram tempo e informações preciosas através do conhecimento empírico de cada um, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do estudo.

Aos meus colegas de trabalho, com quem compartilhei minhas preocupações e aflições quanto à continuidade deste projeto, que me aconselharam e sugeriram soluções para os momentos mais críticos pelos quais passei.

À Universidade Paranaense – Unipar, que não mediu esforços para a minha formação continuada, liberando para os estudos e incentivando a contínua capacitação.

Por fim, quero referenciar um trecho bíblico que identifico com minha história e passagem no programa: “Ainda que eu ande pelo vale escuro, nada temerei, pois o Senhor está comigo.” (*Salmo 22, 4*).

SÍGOLO, ÉRICK ANTONIO. **O Processo de Indicação Geográfica na Região Oeste do Paraná: Um Estudo de Caso na Cooperativa de Mel - Coofamel.** 2019. 107f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019.

RESUMO

A Indicação Geográfica - IG está associada à mudança na percepção da produção em decorrência das próprias empresas e do consumidor, considerando fatores como origem do produto, cultura, costumes e a valorização dos aspectos físicos relacionados ao local de origem e à qualidade do produto. O fato é que existem características contratuais de custo de transação, os quais influenciam as formas de entendimento e os mecanismos de governança das organizações. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar a influência do ambiente institucional e das organizações que auxiliaram a criação da IG para o mel da Região Oeste do Paraná. O estudo de caso teve, como metodologia, a pesquisa descritiva que procura elucidar características de sua natureza, causas, relações entre outros fatores de determinada população, buscando estabelecer as variáveis a serem analisadas. Os dados primários foram coletados através de formulário específico entre os cooperados e o presidente da Coofamel; os dados secundários foram obtidos por meio de relatos e observação junto ao local da pesquisa. A análise dos dados foi realizada com a utilização do Software Excel, empregando a estatística descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa. Foi possível identificar o MAPA, a Anvisa, o Sebrae, o Biolabore, a Unioeste e as Prefeituras como as principais organizações no processo de implantação e gestão da IG do mel na Região Oeste do Paraná. No aspecto social, verificou-se a racionalidade limitada e oportunismos dos agentes econômicos e os atributos frequência e incerteza inerentes ao custo de transação. Por fim, foi identificado que a cooperativa necessita melhorar o seu processo de coordenação e comunicação com o associado de forma que qualifique a sua estrutura de governança.

Palavras-chave: Indicação Geográfica, Instituições, Organizações, Custo de transação.

SÍGOLO, ÉRICK ANTONIO. **The Geographical Indication Process in the Western Region of Paraná: A Case Study at the Honey Cooperative – Coofamel.** 2019. 107 p. Dissertation (Master in Regional Development and Agribusiness) – State University of Western Paraná, Toledo, 2019.

ABSTRACT

Geographical Indication (GI) is related to the perception of the own companies and the consumer in regards to changes in production, considering factors such as product origin, culture, customs and the valorization of the physical aspects related to the place of origin and the quality of the product. The fact is that there are contractual characteristics of transaction cost, which influence the understanding and the governance mechanisms of the organizations. In this sense, the objective of this research was to analyze the influence of the institutional environment and the organizations that helped to establish the GI for honey in the Western Region of Paraná. The case study owned, as methodology, the descriptive research that seeks to elucidate characteristics of its nature, causes, relations, among other factors of a certain population, in order to establish the variables to be analyzed. Primary data were obtained through a specific form among the members and the president of a specific cooperative; secondary data were obtained through reports and observation at the research site. Data analysis was performed with the use of Excel Software, employing descriptive statistics with quantitative and qualitative approach. It was possible to identify MAPA, Anvisa, Sebrae, Biolabore, Unioeste and Prefectures as the main institutions and organizations in the process of implementation and management of the GI of honey in the Western Region of Paraná. In the social aspect, it was verified a limited rationality and opportunisms of the economic agents and the attributes of frequency and uncertainty inherent to the transaction cost. Finally, it was identified that the cooperative needs to improve its process of coordination and communication with the associate in a way that qualifies its governance structure.

Keywords: Geographical Indication, Institutions, Organizations, Transaction Cost.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Renda familiar total dos cooperados incluindo o mel na Região Oeste do PR - ano.	58
Tabela 2 - Tempo dos produtores na atividade do mel.	59
Tabela 3 – Área de cobertura.....	60
Tabela 4 - Tempo de Associado à Cooperativa Coofamel.....	63
Tabela 5 - A IG permite que a Coofamel tenha maior acesso à clientes.....	69
Tabela 6 - A IG permitiu aumento de produção e renda.	73
Tabela 7 – Satisfação dos cooperados quanto a IG do mel.....	73
Tabela 8 – Organizações públicas e privadas que auxiliaram os apicultores no processo de confecção da IG do mel.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos participantes da amostra quanto à idade.....	57
Gráfico 2 – Grau de Instrução dos Cooperados	58
Gráfico 3 – Problemas enfrentados pelos produtores com a coleta do mel	60
Gráfico 4 - Quantidade de caixas de abelhas <i>Apis mellífera</i> e sem ferrão.....	61
Gráfico 5 – Produtividade mensal de mel.....	62
Gráfico 6 – A cooperativa atende os interesses dos cooperados.....	65
Gráfico 7 – Conhecimento do cooperado quanto ao significado de IG do mel.....	67
Gráfico 8 – A IG permite que a Coofamel obtenha diferencial na comercialização de seus produtos.....	68
Gráfico 9 - Papel da Coofamel na melhoria do mel.....	70
Gráfico 10 – Papel da Coofamel na promoção da IG.....	71
Gráfico 11 – Participação em capacitações/treinamentos.....	72
Gráfico 12 - Presença em eventos da cooperativa.....	76
Gráfico 13 – Acesso e conhecimento dos assuntos tratados nos encontros cooperativistas	77
Gráfico 14 – Motivos de sua pouca ou não participação nos encontros cooperativistas	78
Gráfico 15 – O que mais motiva a sua participação nos encontros cooperativistas..	80
Gráfico 16 – Instituições que fiscalizam e regulam o mel.....	82
Gráfico 17 – Leis e regulamentos que auxiliam a produção do mel	86
Gráfico 18 – Percepção de criação de Valor com a IG do mel.....	87
Gráfico 19 – Quais os benefícios que a IG trouxe aos cooperados	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças entre Indicação de Procedências e Denominação de Origem.	37
Quadro 2: Indicações Geográficas do Mel e produtos derivados do Mel - 2017.	38
Quadro 3 - Categorias de pesquisa para análise do questionário com os apicultores e cooperados.....	49
Quadro 4 - Composição do Conselho Administrativo, Fiscal e Diretoria da Coofamel.	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Procedimentos metodológicos realizados.....	45
Figura 2 - Mesorregião Oeste Paranaense com o selo Oeste do Paraná para IGs do Mel.	46
Figura 3 - Municípios onde estão os produtores credenciados com IG do Mel.....	47
Figura 4 - Organograma Institucional da Cooperativa Coofamel.....	53
Figura 5 - Estrutura de Governança da Coofamel.....	54
Figura 6 - Atores do Sistema de produção do mel da Região Oeste do Paraná.	91

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
1.1.	PROBLEMA DA PESQUISA E JUSTIFICATIVA	15
1.2.	OBJETIVOS	17
1.2.1.	Objetivo Geral.....	17
1.2.2	Objetivos específicos.....	17
2.1	ESTRUTURA DO TRABALHO	17
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL.....	20
2.2	AMBIENTE INSTITUCIONAL	24
2.3	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	27
2.4	INSTITUIÇÕES, ORGANIZAÇÕES E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES NAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS.....	30
2.4.1	Denominações legais e registros da indicação geográfica no Brasil	33
2.5	AÇÕES COLETIVAS E ORGANIZAÇÕES.....	39
3.	ELEMENTOS METODOLÓGICOS	44
3.1	UNIVERSO E POPULAÇÃO DO ESTUDO	45
3.1.1	INSTRUMENTOS E MÉTODOS DE PESQUISA	47
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA.....	50
4	ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA	56
4.1	PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS COOPERADOS.....	56
4.1.1	Reflexão sobre os perfis socioeconômicos.....	63
4.2	BENEFÍCIOS AOS COOPERADOS.....	64
4.2.1	Reflexão quanto aos resultados dos benefícios	74
4.3	CUSTO DE TRANSAÇÃO.....	75
4.3.1	Reflexão quanto ao custo de transação	80
4.4	INSTITUIÇÕES, ORGANIZAÇÕES E CRIAÇÃO DE VALOR	81
4.4.1	Reflexão sobre Instituições, Organizações e Criação de Valor	89
5	CONCLUSÃO.....	93
6	REFERÊNCIAS.....	96
	APÊNDICE.....	105

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a influência do ambiente institucional e das organizações que auxiliaram a criação da Indicação Geográfica - IG para o mel produzido pela cooperativa Coofamel na Região Oeste do Paraná.

Toda a Região Oeste do Paraná foi reconhecida e certificada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI como área de Indicação de Procedência – IP, sendo que a área que faz parte da Indicação Geográfica – IG engloba os seguintes municípios: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamantes do Sul, Diamantes do Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.

Os avanços econômicos ocorridos no Brasil nos últimos 50 anos promoveram e deixaram marcas indeléveis em toda a sociedade, as quais geraram oportunidades e desafios para os agentes econômicos. Cumpre destacar os processos de industrialização e urbanização, que alteraram todo o perfil da população brasileira. O segmento rural não passou incólume em relação a esses processos e teve de se adaptar à nova realidade, integrando-se também à globalização.

Nesse sentido, a agricultura se configurou grande consumidora de tecnologia, serviços e uma série de outros insumos, que fizeram o país estabelecer recordes de produção agropecuária (MAPA, 2019).

Para a safra 2017/2018, a produção brasileira de grãos ultrapassou 229,5 milhões de toneladas, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2018) e, apesar da queda de 3,4% em comparação com o ano de 2017, que foi de 237,7 milhões de toneladas, a produção de 2018 é considerada a segunda maior safra da história.

Se, por um lado, a agricultura avançou de forma positiva, por outro, algumas tradições, saberes, práticas e outros bens imateriais associados estão se perdendo. Nesse contexto, quem mais perde é o pequeno e médio produtor que, por sua vez, reconstituiu e resgatou os seus costumes e tradições para preservar a cultura. Entende-se assim que a agricultura familiar, que é composta por pequenos e médios produtores, tem a sua importância por ser geradora de renda e tributos além de mitigar a pressão urbana (WILKINSON; CERDAN; DORIGON, 2015).

Há que se considerar que a agricultura está inserida num contexto, no qual é relevante entender e identificar o território, apontando a origem geográfica específica das suas atividades, pois esse processo passa a confrontar o eixo articulador de novas estratégias de agregação de valor e acesso aos mercados para os produtos locais, qualificando os ativos intangíveis específicos do ponto de vista locacional.

A escala de produção e o alcance de mercado dos pequenos e médios produtores são modestos se considerados individualmente, contudo, se forem somados os resultados e as estratégias de valorização dos conhecimentos e dos modos de produção tradicionais, eles podem melhorar a competitividade e ampliar os circuitos de comercialização, a preservação da biodiversidade e o estímulo à multifuncionalidade do meio rural, que são os principais requisitos para a manutenção das empresas familiares (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2019).

Os ativos locacionais, por sua vez, são percebidos como dinamizadores de processos de desenvolvimento em geral e alavancados por iniciativas endógenas, seja do meio privado ou público. Entretanto, não basta apenas fomentar uma região, há que se criar todas as condições para que a IG – Indicação Geográfica das atividades envolvidas possa ser relevante (NIERDELE, 213).

A IG pode promover a proteção de produtores locais, gerando agregação de valor. De acordo com o INPI (2018); “A IG é usada para identificar a origem de produtos ou serviços quando o local tenha se tornado conhecido ou quando determinada característica ou qualidade do produto ou serviço se deve à sua origem”. Ela pode, ainda, promover o aumento da renda e fortalecer uma categoria de agentes econômicos que não conseguiriam sobreviver com as práticas competitivas de grandes corporações com economia de escala e escopo. Todos esses fatores podem promover a transformação das áreas rurais em locais de consumo, crescimento de serviços associados ao turismo e gastronomia, entre outros (SACHS, 2003; NIEDERLE, 2013).

As IGs assumem amplas configurações e demonstram que podem ser apropriadas por diferentes atores, atendendo a múltiplos interesses e finalidades de sustentabilidade. Santos (2002) ilustra bem essa questão ao tratar do mercado de consumo e produção quando aborda o tema da convivência entre os diversos tipos de pessoas e interesses. Para o autor, até mesmo os mais remotos pontos possuem um centro de consumo para aquilo que é ali produzido. Dessa forma, entende-se que a IG, por meio da certificação de origem de produtos, agrega valor aos produtores rurais e os expõe a uma gama maior de possibilidades com as suas atividades.

Dentro desse contexto, esta pesquisa propõe-se a investigar a IG do mel produzido pela cooperativa Coofamel, na Região Oeste do Paraná, mais especificamente nos municípios de Marechal Cândido Rondon; Santa Helena; Terra Roxa; São José das Palmeiras; São Miguel do Iguaçu; Missal; Itaipulândia; Toledo; Entre Rios do Oeste; Palotina; Matelândia; Mercedes; Francisco Alves e Ramilândia, onde estão localizados os 28 produtores credenciados para a IG do mel até o momento.

A próxima seção apresenta o problema da pesquisa e sua justificativa.

1.1. PROBLEMA DA PESQUISA E JUSTIFICATIVA

O problema que este estudo pretende abordar surge com a seguinte pergunta: **quais as formas de contribuição das instituições e organizações para o desenvolvimento da IG - Indicação Geográfica do mel de abelha produzido pela cooperativa Coofamel na Região Oeste do PR.**

A justificativa do estudo está associada à importância das instituições e organizações na construção da qualidade, confiabilidade e rastreabilidade da produção do mel, em decorrência das mudanças nas próprias empresas e no consumidor atual, onde as questões intangíveis, como origem do produto, cultura e etnias, geram nesses produtos mais valorização dos aspectos físicos, dentre outros. Esse conjunto mais amplo de atributos confere aos produtores uma dinâmica diferente, por isso a mensuração quanto à satisfação dos produtores de mel com a criação da IG é de suma importância para a confirmação de um trabalho que, quando bem planejado, possibilita agregar valor ao produto e estabelecer uma

diferenciação, podendo conferir-lhe um atrativo, principalmente, quando se pensa em diferenciação e qualidade.

Essas questões ambientais de qualidade, rastreabilidade e valorização do produto surgem no momento em que a sociedade busca um regime socioeconômico-ecológico mais equilibrado, no contexto das regras econômicas e sociais. Assim posto, o seu entendimento requer discutir o modo como a humanidade vem interagindo com o meio ambiente, tendo a economia uma especial relevância para a busca dessas soluções, para uma ciência comprometida em criar pistas teóricas e práticas, que revertam a atual trajetória da degradação do meio ambiente, dando mínimas condições de vida na terra (ANDRADE; ROMEIRO, 2015).

Uma concepção mais ampla sobre a temática surge a partir do momento em que se reconhece que a qualidade não é tão somente inerente aos bens, mas envolve preferências individuais de consumo. Nesse ponto, o processo de IG destaca-se na perspectiva da qualidade alimentar, pois o aspecto da procedência torna-se um diferencial do produto (ANDRADE; ROMEIRO, 2015; NIEDERLE, 2013).

A IG deve construir esforços coletivos fundamentados de confiança, para que possa assegurar a longevidade e a estabilidade das relações sociais, econômicas e sustentáveis, cujo espaço cria um vínculo com o “local”, tornando, assim, a “IG” um instrumento de defesa do território (NIEDERLE, 2013).

O fato é que existe, nessa relação de confiança, o estabelecimento de um contrato entre as partes, que, por sua vez, gera custo de transação, o qual influencia os mecanismos de governança, as formas analíticas e de entendimento no contexto das relações contratuais e de propriedade das instituições (ZILBERSZTAJN, 1995).

Assim, o processo de IG analisado sob a ótica do ambiente institucional contempla a problemática da pesquisa na orientação sobre quais fatores contribuem para a consolidação da IG do mel produzido pela cooperativa Coofamel na Região Oeste do Paraná. Por isso, justificam-se os conceitos e a abordagem metodológica embasados na Nova Economia Institucional – NEI e na sua relação com o processo de indicação geográfica para uma produção de mel com a certificação de origem, em área de proteção ambiental como reservas legais e margens de rios na região Oeste do Paraná.

1.2. OBJETIVOS

A seguir, são apresentados os objetivos que buscam responder às questões postas pelo programa de pesquisa.

1.2.1. Objetivo Geral

Analisar a influência das instituições e das organizações que auxiliaram a criação da IG para o mel da Região Oeste do Paraná.

1.2.2. Objetivos específicos

- a) Identificar as organizações que atuaram na implementação da IG do mel do Oeste do Paraná;
- b) Descrever o ambiente Institucional que orientou a IG na Região Oeste do Paraná;
- c) Mensurar a satisfação dos apicultores de mel com a criação da IG do mel e da Coofamel;

2.1 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este estudo foi organizado em cinco partes, sendo a introdução a primeira seção a ser trabalhada, apresentando uma visão panorâmica do que se pretende desenvolver, bem como o problema, a justificativa e os objetivos que orientam o trabalho.

A segunda seção contribuiu para o estado da arte, apresentado a revisão de literatura, trazendo os principais autores e grupos de pesquisa que discutem o tema em estudo, cujo arcabouço teórico será pautado na NEI - Nova Economia Institucional, apresentando conceitos de mecanismos de governança, instituições, e ações coletivas.

Na terceira seção, são apresentados os procedimentos metodológicos. Nessa parte do trabalho, serão discriminados o tamanho da amostra, a técnica de coleta de dados, os agentes econômicos entrevistados, a região de abrangência do estudo e os seus aspectos socioeconômicos.

Na quarta seção, têm-se os resultados da pesquisa, procurando-se dividi-los em cinco subseções. Primeiramente, há uma caracterização da cooperativa como

modo de apresentar a sua forma organizacional e estrutura de governança; posteriormente, têm-se os resultados dos dados socioeconômicos referentes ao perfil da amostra; na sequência, são apresentados os resultados referentes aos benefícios percebidos pelos cooperados com a criação da IG; por sua vez, a quarta subseção apresenta e analisa os dados relativos à presença dos custos de transação dentro da estrutura organizacional; e, por último, tem-se as respostas sobre as instituições, as organizações e a existência da criação de valor com a IG, discutindo a sua interação, as similaridades e as divergências pautadas na teoria da NEI.

Ainda na quinta sessão, tem-se a conclusão do estudo, que visa compreender os dados extraídos da amostra, sendo discutida a teoria da NEI para a elaboração de uma análise final de significância e que seja enriquecedora para outros estudos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Com o passar do tempo, os avanços tecnológicos acabaram por imprimir uma nova dinâmica à sociedade. Essa dinâmica não se resume a um ou outro aspecto, mas a todos os segmentos sociais e a todas as atividades. Um dos adventos que contribuíram para essa nova dinâmica foi o surgimento da globalização, que enseja a mudança no ritmo das atividades econômicas e sociais em razão da velocidade dos acontecimentos (ALMEIDA, 2017).

Nesse contexto, as economias mais frágeis e os agentes econômicos com menores condições de barganha presentes nesse novo cenário precisaram buscar alternativas de sobrevivência e, posteriormente, sustentabilidade, sendo necessárias iniciativas tanto do poder público como da iniciativa privada em vislumbrar alternativas de apoio às incipientes e emergentes atividades econômicas a fim de que, primeiramente, fosse possível manter aquelas existentes e, em um segundo momento, ampliar as possibilidades e fomentar o crescimento e o desenvolvimento social e econômico das regiões (NIERDELE, 2013).

Dessa forma, acelerou-se o processo de fusões, associações, arranjos produtivos, entre outros, os quais, com as suas peculiaridades, criam estruturas de governanças que congregam esforços para o desenvolvimento das atividades com as suas idiossincrasias dentro de um contexto regional (NIERDELE, 2013).

O crescimento de uma região está intimamente ligado à disponibilidade de recursos e à sua estrutura produtiva, a qual consegue suprir as demandas do mercado interno e externo, exportando produtos e serviços, bem como receber recursos das regiões que têm essas mercadorias e serviços transacionados (PIFFER, 2012). Para uma estrutura produtiva ser constituída é necessário que haja formas de organizações em que as cidades e o espaço regional devem interagir e manifestar-se como um conjunto de lugares (FERRERA DE LIMA, 2012).

A ideia de conjunto de lugares é relevante, pois a sociedade e a sua organização, em praticamente todas as áreas, funcionam dessa maneira, ou seja, entrelaçadas, interligadas como uma rede. Um local rural ou urbano precisa ser um dos nós da rede, pois o dinamismo rural pode alavancar o crescimento econômico e social urbano. Dessa maneira, o lugar passa a fazer parte ativa do processo chamado rede, sendo não apenas um ponto de recepção de inovações, mas

também um emanado de resultados positivos que contribuem para o crescimento econômico de pessoas e organizações (PIACENTI, 2012).

As instituições podem ser elementos reguladores das identidades culturais, territoriais, dos recursos e da estrutura produtiva de uma região. De acordo com North (1994), consistem em restrições informais que são identificadas pelos costumes, tradições e código de conduta, bem como a formalidade por meio das leis e do direito de propriedade, envolvendo elementos sociais e políticos que são essenciais à atividade econômica.

Nesse sentido, as instituições podem contribuir como elementos propulsores do desenvolvimento, auxiliando a boa alocação de recursos dos mais variados tipos para a comunidade. Para tratar da IG do mel na Região Oeste do Paraná, será apresentada a revisão de literatura, que dá suporte para analisar os fatores que contribuíram para o processo de implantação.

A base teórica será pautada na NEI - Nova Economia Institucional, que apresenta duas vertentes complementares como as instituições de governança, ou estrutura de governança, que trabalham com a coordenação, centrando o seu foco na coordenação dos sistemas produtivos e no ambiente institucional, que aborda o conjunto de normas e regras e outros elementos que restringem a ação do agente econômico, além dos conceitos de instituições e ações coletivas. (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997).

Nos próximos itens que estruturam o presente estudo, serão apresentados os conceitos da Nova Economia Institucional.

2.1 NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

As contribuições e o redirecionamento à análise econômica da Nova Economia Institucional – NEI iniciaram-se por volta do ano de 1930, com trabalhos de autores como Commons; Knight; posteriormente, Bernard; Hayek e, principalmente, Ronald Coase, levaram a NEI a patamares distintos das linhas correntes dominantes, focando a análise na transação e não na firma, e observando que, para o sistema econômico funcionar, os custos de transação devem ser levados em consideração¹.

1 Williamson (1996, p. 328) “neoclassical economics describes the firm as a production function. Albeit a useful construction for purposes of studying price and output, that approach led to contrived or mistaken interpretations of nonstandard and unfamiliar forms of contracting and organization”.

Preocupados com a concentração por meio de fusões, monopólios e o crescimento desordenado caracterizado por falhas de mercado, que busca alternativas, pudessem regular essa dinâmica, intensificou-se a tentativa de estruturar o mercado próximo à concorrência perfeita.

Por muitos anos, o pensamento econômico acreditava que o funcionamento do mercado era regido pelos preços e, diante dessa inércia teórica de pensamento, Coase avançou no estudo da NEI, questionando a sua coordenação pelo mecanismo de preços. Para ele, a firma não é somente a transformação de produto para comercialização, ela é composta por uma série de atos coordenados de forma conjunta entre os agentes (COASE, 1988).

No entanto, por meio dessas contribuições, elementos como direito de propriedade, estrutura organizacional, especificidades dos ativos, racionalidade limitada e custo de transação passam a teorizar a NEI por uma vertente teórica de análise multidisciplinar (COASE, 1988; FARINA, AZEVEDO, SAES, 1997).

A partir desse momento, a firma passa a ser vista como uma série de contratos que coordena as transações internas, analisando e verificando a existência de assimetria de informação contemplada na teoria dos contratos.

A NEI evidencia, nas relações contratuais, o conceito de “*Moral Hazard*”, que explica um comportamento pós-contratual por meio de informação privilegiada, assim como o conceito de “*Seleção Adversa*”, que elimina a característica de qualidade de um produto para agregar-lhe valor, sendo que somente o vendedor tem informações sobre o produto, passando a ser entendido como assimetria de informação e de restrição existente ao mecanismo de coordenação dos agentes.

Dessa forma, segundo Santos *et al.* (2017), uma coordenação econômica eficiente depende da maneira como as organizações e o mercado comportam-se, pois, as condutas dos agentes nas atividades refletem na eficiência ou ineficiência econômica e produtiva.

Contudo, o pressuposto comportamental tem total relevância, pois a assimetria de informação gera atitude oportunista, tendo uma característica de racionalidade limitada. O comportamento pode ser entendido na NEI como uma corrente que discute a adequação do “*modelo racional*” diante dos fenômenos de mercado, trabalhando a ideia de instituições já existentes, compostas por leis e regras já consolidadas, impulsionando novos arranjos institucionais (MAZON, 2009).

No entanto, a NEI reconhece que em uma relação econômica, na qual os indivíduos participam dessa transação, existe racionalidade limitada, pois as limitações cognitivas dos agentes levam o indivíduo à incapacidade de gerenciar e processar todas as informações de fatores políticos, econômicos e de qualificação técnica, visto que estão associadas à incerteza das transações, levando a atitudes irracionais e oportunistas (CZELUSNIAK; RIBEIRO; DERGIN, 2018, KILINSKY; SOUZA, 2016).

O oportunismo é um comportamento aético que gera custos para os agentes que estão transacionando, o qual transcende o limite ético das relações e provoca danos a uma das partes. Contudo, as interações existentes nas instituições são evidenciadas pelos pressupostos comportamentais individuais que são inerentes de hábitos e costumes dos agentes (CAVALCANTE, 2014). Para Fiani e Pinto Jr. (2002), esse comportamento junto com a racionalidade limitada cria condições comportamentais que dificultam a transação.

Diante desses pressupostos, a assimetria de informação e racionalidade limitada em conjunto com a atitude oportunista são a base para o conceito da Economia dos Custos de Transação – ECT. Esses fatores são um conjunto de hipóteses consideradas em uma transação, fatos e comportamentos complexos que geram incertezas, impedindo decisões antecipadas e influenciando a execução do negócio (WILLIAMSON, 1985).

No entanto, a NEI concentra-se na compreensão do papel das instituições e na moldagem do comportamento econômico, tendo, como mote principal, o fato de que a redução de custos e o aumento da capacidade negociadora de um grupo ou conjunto de pessoas e empresas passa necessariamente pela administração da complexidade de interesses e culturas existentes em uma sociedade. A partir dessa concepção, ou seja, do entendimento de que as diferenças devem ser administradas de maneira que atendam a todos em algum grau, passa-se a apresentar resultados positivos (COASE, 1988; WILLIAMSON, 1985).

Dentre os resultados, está a redução de custos referentes à quebra de acordos de transações. Tais quebras ocorrem quando as negociações não são capitaneadas para atender a todos e, dessa forma, indivíduos podem tentar tirar proveito da situação e romper com o previsto em detrimento de uma ou mais pessoas (BUENO, 2004, p. 778).

Para North (1995), são as instituições que estruturam os incentivos na interação dos homens, uma vez que são as incertezas humanas que suscitam o surgimento das instituições. Nessa perspectiva, o autor afirma que as instituições devem reduzir as incertezas pelo fato de darem estrutura à vida diária. Pode-se entender, assim, que as ocorrências do dia a dia possuem um rito a ser seguido e, nesse caso, são as instituições que estabelecem as etapas, a formalidade e a maneira de proceder para completar-se o objetivo.

Porém, existem mudanças no ambiente que decorrem da própria instituição, levando os indivíduos a incertezas quanto ao ambiente. Tais aspectos culturais e comportamentais, que compõem o ambiente, são tácitos como característica da organização (VAILATTI; SILVA; VICENTE, 2016).

Diante das limitações institucionais, novas regras e normas surgem a fim de resolverem e inibirem tais ações. Novos problemas surgirão e novas convenções e regras serão criadas, pois, o ambiente institucional evolui constantemente para que se tenha o equilíbrio econômico (VALENT; SCHULTZ; SILVA, 2019).

Fica claro que as instituições e as organizações constituídas pelo homem são promotoras do desenvolvimento, porém, cobertas de incertezas e limitações decorrentes dos custos de transações. Daí a importância dos modelos mentais de ideologia institucional compartilhada com o homem enfatizados por North (1994), em que o compartilhamento de culturas e crenças pode reduzir as diferenças entre os indivíduos, porém essas ações elaboradas por um pequeno grupo pode impedir a abertura de mercados e inibir a liberdade de novas associações.

Esses modelos existentes em uma instituição estão ligados às crenças dentro de uma estrutura organizacional, transformando e viabilizando o crescimento, pois o desempenho econômico é resultado da cultura e da aprendizagem dos indivíduos locais (LOPES, 2013).

A questão principal da Nova Economia Institucional é entender a quem confere a adequação e a regulamentação dos arranjos institucionais de forma que reduzam a existência desses modelos mentais, onde o Estado tem o poder de conferir a legitimidade das práticas econômicas e sociais, por meio de padrões de mercado e comportamentos econômicos (MISI, 2003).

Compreender essas nuances implica analisar os diversos conceitos e papéis das instituições, como leis e normas formais, que determinam o modelo econômico e

as reações de seus agentes humanos, caracterizados por ideologias e crenças (LOPES, 2013).

Após apresentados e conceituados alguns fundamentos ao entendimento da NEI, o próximo passo é fundamentar ainda mais essa teoria por meio da discussão e do desenvolvimento teórico visto por diferentes níveis da teoria que estudam o “Ambiente Institucional” e a “Estrutura de Governança”.

2.2 AMBIENTE INSTITUCIONAL

O ambiente institucional analisa as macroinstituições pelas: a) regras formais; b) restrições informais; e c) direitos de propriedade, examinando a interação econômica entre esses agentes (VALENT; SCHULTZ; SILVA, 2019).

Entretanto, segundo North (1990), a ótica macroanalítica do ambiente institucional, condicionada por regras formais como constituições, leis e direito de propriedade, pode tornar-se míope para as questões micro que possuem restrições informais, condicionadas às questões comportamentais (sanções, tabus, costumes, tradições e religião).

Uma das características teóricas sustentadas pela NEI é a eficiência do sistema econômico, tendo as regras e as restrições como limitantes à ação dos agentes. Para que isso seja cumprido, é necessário que as instituições regulem o sistema econômico.

Assim as “*Regras do Jogo*” são condicionadas pelo ambiente institucional, dando suporte a uma governança eficiente, pois está regulamentada nos meios políticos, legais e sociais (WILLIAMSON, 1996). Assim, para North (1990), o ambiente Institucional deve criar restrições de modo a estruturar as organizações, objetivando a interação social, econômica e política desse agente, por meio da operacionalização de regras de instituições em nível macroanalítico, com a criação e a execução de leis e legislação específica, como forma de regulamentar um país ou um setor da economia.

O poder institucional de regulação do sistema molda e aprimora as organizações, condicionando as decisões por meio de um conjunto de normas estabelecidas, que restringem o comportamento dos agentes através de regras formais regulamentadas em leis (MENDES; FIGUEIREDO; MICHELS, 2009; HIRA; HIRA, 2000).

No entanto, a regulação do sistema econômico na agroindústria passa pela análise do ambiente institucional que procura verificar e entender as escolhas da estrutura de governança, visto que as relações contratuais são complexas (CUNHA; SAES; MAINVILLE, 2015).

Contudo o ambiente institucional é permeável às mudanças, que, por sua vez, podem alterar as leis ou a legislação específica. Mas, para isso, é necessária uma inter-relação entre os níveis analíticos micro e macro do ambiente institucional e das organizações em prol de alterações nos contratos.

Assim, a NEI, pela análise do ambiente institucional, reforça a conclusão de que os indivíduos são racionais, porém, de modo limitado (*oportunista*), havendo a ocorrência de custo de transação (NORTH, 1990).

Para Cavalcante (2014), um indivíduo possui racionalidade limitada, mas não significa que ele seja irracional, pelo contrário, ele possui limitações que promovem informações incompletas, afetando as suas decisões.

Todavia, essas informações incompletas advêm do ambiente institucional e, justamente por isso, o desempenho econômico é condicionado pela incerteza presente em elementos de uma transação econômica e relativos ao comportamento das partes envolvidas nesse contrato² (SARTO; ALMEIDA, 2015).

Essa constatação reforça a teoria de North (1994), na qual as instituições devem utilizar mecanismos que atenuem esses custos e auxiliem, também, na redução das incertezas por meio de contratos e conjuntos de normas ou organizações que desempenhem a função de aplicadores das normas (por exemplo, Ministério Público, Comissão de Valores Mobiliários, Associações de Classes, entre outros), limitando a ação dos agentes econômicos em benefício próprio.

Como consequência disso, a percepção de memória, conduta e crenças inerentes ao desenvolvimento intelectual das pessoas explica os fatos comportamentais existentes na relação de troca com as instituições, o que, por sua vez, gera especificidades e assimetrias (THÉRET, 2003).

2 Dentro de uma empresa, um número insatisfatório de contratos é substituído por um. Um certo número de contratos poderia, hipoteticamente, ser substituído por um contrato de longo prazo. Tal contrato não teria a flexibilidade desejada, no entanto. Em vez disso, empregadores e empregados criam estruturas hierárquicas e submetem-se a um relacionamento mestre-servo (COASE, 1937. p. 368 – 405).

Cabe às instituições formais interagirem com as informais como forma de melhorar as ações e as regras na estrutura institucional ajustando e elevando a eficácia do ambiente institucional em questão (CARVALHO, *et al.*, 2014).

Assim, o papel das instituições em uma sociedade está vinculado a uma estrutura confiável, de incentivos à interação com a sociedade, instituições políticas e privadas como determinantes ao desempenho econômico no longo prazo (NORTH, 1994; AREND; CARIO; ENDERLE, 2012), uma vez que, na maioria das organizações, estão condicionadas as constantes alterações em uma transação, que, somadas com aos objetivos individuais dos envolvidos, influencia a execução e a eficiência da organização (CZELUSNIAK; RIBEIRO; DERGIN, 2018).

Segundo Stein (2018), o pluralismo é intrínseco no ambiente institucional, cuja diversidade de perspectivas se diferencia entre si, gerando pontos de convergências que podem levar os membros de um grupo a terem interesses individuais.

Como os contratos e as transações são incompletos, os indivíduos são incapazes de preverem todas as situações inerentes ao processo de transação. Todavia, as partes devem torná-lo mais flexível prevendo cláusulas para renegociações futuras (CZELUSNIAK; RIBEIRO; DERGIN, 2018).

No entanto, o ambiente institucional presente em uma organização deve fazer com que as convicções humanas e as suas crenças não interfiram no seu enfoque, sendo dadas como regra geral impostas às organizações, porém devem ser discutidas no intuito de melhorar para ambas as partes.

Por isso, regulamentos formais, como leis, constituições políticas e contratos são as formas de coordenação que determinam o ambiente institucional e econômico e são necessários ao bom desempenho do segmento (MARAGNO; KALATZIS; PAULILLO, 2006).

Esses mecanismos de coordenação são elementos relevantes de uma governabilidade transparente, caracterizada por um sistema institucional, em que a participação da sociedade, por meio de cooperação, pode contribuir na prevenção e na gestão de conflitos, permitindo acesso a informações úteis ao processo de desenvolvimento regional (VELLOSO, 2008).

Segundo Sousa e Alves (2016), o custo de transação que está presente em uma estrutura de governança pode ser resolvido por instituições como forma de

diminuir as margens de desconfiança entre as partes envolvidas numa transação pela cooperação dos agentes que a compõem.

Assim, descobrir o ambiente dentro da estrutura de governança da Cooperativa Solidária Agrofamiliar – Coofamel é relevante, pois possibilitará entender o processo de coordenação e suas ações na contribuição ao processo da IG do mel na Região Oeste do Paraná, sendo significativo na discussão das próximas sessões, principalmente por sua ligação com o desenvolvimento territorial necessário ao processo de certificação.

2.3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Compreender a estrutura de governança como a maneira como os agentes se organizam por meio da integração em meios políticos, econômicos e sociais, a partir do momento em que o conceito de firma deixa de ser tratado como uma função de produção e passa a ser definido como um local onde se concentram os contratos, a estrutura de governança passa ser relevante na análise econômica, uma vez que os agentes envolvidos irão se organizar para reduzir os custos de transação e serão influenciados pelo ambiente institucional (WILLIAMSON, 1996).

Com a criação de novas políticas de agroecologia e produção orgânica, a agricultura promoveu o desenvolvimento e ganhou um novo contexto ambiental de produtos livres de agrotóxicos. A obrigatoriedade de garantir a utilização dos recursos naturais e a manutenção da biodiversidade, levando as organizações a fatores básicos existentes nos custos transacionais que modificam as suas estruturas de governança (ROSSIN; CUNHA, 2018).

A agricultura brasileira passou, então, por modificações em sua estrutura organizacional, necessitando de uma inter-relação dentro e fora das propriedades rurais. Tais alterações foram responsáveis pela criação de novos produtos que mudaram as formas de abastecimento destinadas ao consumidor, sendo necessária uma estrutura de governança mais eficiente (VALENT; SCHULTZ; SILVA, 2019).

As novas organizações e mecanismos regentes que surgiram foram condicionados a uma nova estrutura de governança. O surgimento dessas novas organizações deu-se, em sua maioria, por grupos de indivíduos com objetivos comuns e para que essas ações conjuntas tivessem maior valor agregado e sinergia é necessário que sejam organizadas e coordenadas de forma eficiente

(WILLIAMSON, 1996). A eficiência da estrutura de governança depende do gerenciamento das atividades econômicas organizacionais que refletem nos padrões de condutas dos indivíduos (SANTOS, *et al.*, 2017).

Tais modificações na agricultura que condicionaram as organizações às novas estruturas que modificaram sua forma de governança pautadas nas novas perspectivas econômicas e ecológicas que mudaram as condutas e os modelos transacionais de negociação, visto que a agricultura orgânica imprimiu um novo contexto estrutural representado pela heterogeneidade e, principalmente, por novas práticas de produção (VALENT; SCHULTZ; SILVA, 2019).

Contudo, as relações contratuais de transação podem alterar a conduta dos agentes em uma estrutura de governança, por isso, quando bem gerenciadas, elas podem ser uma ferramenta de minimização de custos de transação, visto que dão maior poder de monitoramento e coordenação à empresa. Assim, o custo do gerenciamento e da adaptação são mais baixos. Nesse sentido, o conhecimento de características transacionais que seja adequado a cada estrutura de governança é relevante, pois as organizações têm como principal problema a questão da mudança e, conseqüentemente, a adaptação dessas relações devido a peculiaridades não previstas anteriormente. Ademais, quanto mais brechas tiver uma transação, mais ações oportunistas podem surgir (MARAGNO; KALATZIS; PAULILLO; 2006).

A governança em empresa do agronegócio leva em consideração o elemento territorial como agregador de valor e de inter-relação, em que a participação dos indivíduos na construção e gestão da organização representam um capital intangível mais valioso que o financeiro (BÜTTENBENDER, *et al.*, 2017).

Como os indivíduos têm força política na estrutura da empresa, alguns agentes podem agir em prol de interesses próprios impondo a sua força de persuasão e convencendo outros agentes, através de acordos que possam “rachar” o ambiente organizacional e modificar a estrutura de governança da organização (SOUSA; ALVES, 2016).

Portanto, a readequação do mercado e a participação de seus associados deve culminar na busca por objetivos comuns que levam os indivíduos a unirem-se em grupos com propósito de superar os desafios impostos naquele momento, constata-se, neste sentido, que os grupos se reúnem em certos casos em prol de objetivos comuns, mesmo que tenham interesses próprios inseridos na causa (WILLIAMSON, 1996; ROCHA JR, 2001).

Nestes ativos, os agentes econômicos são os atores que interferem na dinâmica da sociedade e na estrutura de gestão de uma empresa, uma vez que influenciam a vida de todos, ou quase todos, os participantes do processo. Assim, as organizações devem recorrer a diferentes mecanismos de coordenação, integração e inter-relação da estrutura de governança como garantia desse processo (NORTH, 1990).

É necessário entender que o objetivo da estrutura de governança não é barrar ou engessar uma organização quanto às suas ações, mas, equilibrar o sistema econômico de forma transparente, criando competitividade e produtividade à organização (VIEIRA; SILVA, 2016).

As boas práticas de governança em um sistema corporativista possibilitam a profissionalização da sua gestão, que, pela interação entre os agentes envolvidos e as áreas da organização, culminam na criação de valor e na maximização de riqueza (BÜTTENBENDER, *et al.*, 2017).

Por isso, é necessária uma estrutura de governança transparente, pois mesmo dentro do associativismo, há a dificuldade de coordenação dos ativos dentro de sua estrutura de governança, onde os interesses coletivos, as suas regras e os mecanismos sofrem interferências de ordem racional e limitada, sendo um entrave ao sistema, visto que há interesses individuais que geram custo de transação (DALLABRIDA, 2016).

Essa especificidade comportamental e de conduta impede que um ativo específico possa ser readequado dentro da estrutura de governança de uma organização, acarretando em uma atitude oportunista por parte de um pequeno grupo de envolvidos, uma vez que esses ativos possuem valor agregado que geram vantagem em uma posterior negociação de mercado (CZELUSNIAK; RIBEIRO; DERGIN, 2018).

A estrutura administrativa das organizações deve levar em conta a flexibilização das normas e das regras institucionais em sua estrutura de governança, como forma de trabalhar as especificidades contratuais e comportamentais (*ações oportunistas*), estimulando o surgimento de novas ações coletivas, associações ou cooperativas, em que a relação firma e mercado pode minimizar os custos de transação inerentes a um contrato, dando maior coordenação às empresas.

Contudo, a discussão sobre estrutura de governança deve apresentar as características que interferiram no processo de coordenação contratual e comportamental dentro de uma análise microinstitucional necessária ao surgimento de novas organizações (NORTH, 1990).

É evidente que a estrutura de governança desempenha um papel importante de coordenação e diminuição dos custos de transação, através de elementos regentes que possibilitem maior dinâmica ao mercado (WILLIAMSON, 1996). Porém, a eficiência econômica dos mercados é falha e persistente, porque existe a presença de condicionantes internos e externos no âmbito político e econômico, tornando os mercados ineficientes e não levando aos resultados almejados³ (NORTH, 1995). Nesse sentido, é necessário ter um conhecimento mais aprofundado das características transacionais adequadas a cada organização, de acordo com a estrutura de cada empresa (ROCHA JR, 2001).

Até aqui, se percebe que as falhas na comunicação e as especificidades comportamentais são os fatores que impossibilitam uma harmonia entre a organização, os seus agentes e atores sociais. Portanto, segundo Risso *et al.* (2015), a estrutura de governança não pode ser definida apenas pelos pressupostos de incerteza e frequência característicos do comportamento e do ambiente organizacional, mas deve ser definida como uma estrutura de mensuração dos ativos transacionados.

Assim, o princípio da coordenação eficiente deve ser capaz de identificar e organizar os fatos de forma que articule as transações econômicas de modo completo, eliminando os imprevistos pertinentes da ação.

Aspectos históricos, indicação geográfica no Brasil e no mundo, bem como as organizações, instituições e as suas regras serão abordados na próxima seção.

2.4 INSTITUIÇÕES, ORGANIZAÇÕES E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES NAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Antes de reportar as instituições e organizações importantes no processo de IG, é preciso entender como aconteceram os primeiros reconhecimentos de IG no mundo. Assim sendo, apresentam-se alguns fatos históricos que levaram os países

3 Todas organizações conduzem o seu negócio a decisões centralizadas, porém formadas por seres humanos que têm as suas escolhas, gerando custo de transação (COASE, 1988).

e as regiões, mundo afora, a preocuparem-se com produtos de origem e a sua propriedade.

A busca aos fatos históricos mostra que o processo de IG surgiu de uma necessidade de diferenciação aos produtos, tanto que, nos relatos bíblicos, as marcas de IG foram encontradas no vinho de Em-Gedi e do Cedro do Líbano (BRUCH; VITROLLES; LOCATELLI, 2009), mas a principal característica que comprova tal afirmação deu-se no período romano, constatando-se que já havia siglas que caracterizavam o produto de uma região, tanto que a Sigla RPA – *res publica agustanorum* era encontrada nos vasos de barro fabricados pelos romanos (BRUCH, 2013).

Nesse contexto de diferenciação de produtos, as instituições são determinantes na dinâmica local aos produtos de origem, em que a difusão e os efeitos de transbordamento no seu entorno são necessários ao desenvolvimento local (COLLING, 2018). Justamente por esse transbordamento econômico de comércio, surgiu a preocupação com relação à proteção dessas marcas.

Em Portugal, por volta do ano de 1756, a proteção de um produto de origem aconteceu com o vinho do Porto, em virtude da queda nas exportações e na realização da falsificação, resultando em baixa procura e lucratividade. Essa situação levou os produtores locais a procurarem denominação ao vinho, no intuito de proteger a região e a comunidade dos fraudadores. Mais tarde, por determinação do governo português, criaram-se medidas de proteção, delimitando a área de produção e definindo as características do vinho do Porto e suas regras de produção, via decreto, como primeira Denominação de Origem – DO do mundo. (BRUCH; VITROLLES; LOCATELLI, 2009; BRUCH, 2013).

Esses fatos foram determinantes para o reconhecimento de produtos de uma região, tendo como marco legal as atribuições de origem geográfica, em 1883, na Convenção da União de Paris, em que se discutiu, pela primeira vez, sobre a falsa indicação de procedência e, em 1891, no acordo de Madri, sobre o princípio de interdição falsa ou produto que induza o erro sobre a sua verdadeira origem.

Justamente pelas restrições impostas no acordo de Lisboa em 1958 e em virtude dos baixos incentivos, muitos países e produtores da época motivaram a produção e a comercialização de produtos com denominação de origem.

Porém, foi pelo acordo de 1947, conhecido como Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio – GATT, que a discussão sobre propriedade

intelectual começou a evoluir no âmbito das IG. Tal movimento culminou, mais tarde, na criação da Organização Mundial do Comércio – OMC, que reconheceu o direito de propriedade intelectual pelo decreto 1.355, de 30 de dezembro de 1994, definindo as Indicações Geográficas (IG) como produto originário do território de um membro, região ou localidade desse território (FERNANDES; FLOZI; MACHADO, 2013).

Mesmo com todo o avanço legal por parte dos europeus para produtos de origem, uma regulamentação mais específica só ocorreu a partir de 1992, quando a publicação do regulamento nº 2081/1992 estabeleceu a proteção para Indicação Geográfica e Denominação de Origem aos produtos agrícolas de origem alimentar.

No ano de 2006, outra alteração na legislação para produtos agroalimentares consolidou a proteção, por meio do regulamento nº 510/2006 e do regulamento nº 1898/2006, sendo muito contestada, pois tal resolução protegia apenas produtos agroalimentares, deixando fora destilados e vinhos. Posteriormente, em 2008, por meio do regulamento nº 110/2008 e do regulamento nº 479/2008, reconheceu-se as IGs através de um registro comunitário padrão para produtos agroalimentares, vinhos e destilados (BRUCH, 2013).

Bandeira (2002) ressalta que novas resoluções, regras, leis, restrições formais e informais buscam reduzir a incerteza entre estruturas estáveis, mas não são necessariamente eficientes. Por isso, há grande dificuldade dos órgãos internacionais em regular os produtos de origem na Europa e no mundo como um todo, tendo em vista que os benefícios privados devem ser os mesmos dos benefícios sociais.

Assim, quando existe o desequilíbrio no tratamento das normas de regulamentação, é necessário que novas regras e ideias sejam tematizadas no tratamento do problema (COLLING, 2018). Quando as redes institucionais, por meio de suas políticas apresentam tais desequilíbrios, os elementos que formam a ação coletiva por meio de agentes locais e institucionais podem ajustar-se conforme negociações, estabelecendo uma nova relação contratual.

Por esse motivo, as definições conforme o tipo do produto e a espécie a ser protegida variam no continente europeu. Falta ainda uma reciprocidade maior dos países membros com relação à regra aos produtos de IG, tendo como grande problema a dificuldade da União Europeia em regulamentar e padronizar selos de proteção regional e nacional, por isso, essa normatização ainda apresenta alguns

problemas de nomenclatura devido à complexidade de encontrar um senso comum para todos.

O processo de colonização dos europeus está presente em todo o continente latino-americano, assim, observa-se a presença de produtos de procedência característica de cada região do continente, destacando-se, neste caso: a Tequila no México; o Pisco, que é uma bebida destilada à base de uva no Peru; o Singani, que é uma aguardente de uva moscatel na Bolívia e o cacau chuao, na Venezuela (KAKUTA, et. al., 2006). Para Caldas, Cerqueira e Perin (2005), a Colômbia foi o primeiro país da América Latina a solicitar o reconhecimento IG - Indicação Geográfica fora da Europa para o Café produzido no país. No Brasil, não foi diferente, tanto que, no próximo subtítulo, serão apresentadas as denominações e os registros no Brasil, bem como as regiões que têm produtos de origem.

2.4.1 Denominações legais e registros da indicação geográfica no Brasil

Uma vez estabelecida a importância da Indicação Geográfica no mundo, é necessário entender como a IG foi instituída no Brasil e quais as instituições que contribuíram na coordenação desses recursos naturais. Tal desafio reside em parte nas mudanças comportamentais do consumidor e dos atores envolvidos, identificando quais os registros e as denominações que regulam o processo de DO - Denominação de Origem e IP - Indicação de Procedência, como restrição formal para uma IG, fazendo uma interconexão com os agentes sociais, o que é relevante. Para isso, o contexto institucional brasileiro ligado à agricultura e às discussões sobre a IG deve ser explorado para melhor entendimento dos fatores relevantes da IG no Brasil.

Em 1990, existiam instituições como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pelo fortalecimento da agricultura familiar por meio Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), e a agricultura comercial ou o agronegócio ficavam sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e Planejamento Agrícola, que tinha políticas e tratamentos diferentes para produtos de origem. A distinção entre agricultura familiar e agricultura comercial em grande escala foi um dos pontos centrais para a promoção da reforma agrária no Brasil, pois as leis de segurança alimentar projetadas para agroindústria não se enquadravam no movimento da agricultura orgânica, que congregava produtores de pequena

escala produtiva. Assim, era necessária uma legislação específica para atender tal categoria, que, mais tarde, culminou com a abordagem de produtos de Denominação de Origem – DO (WILKINSON; CERDAN; DORIGON, 2015).

Somente a partir da década de 1990, iniciativas de produtores dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná começaram a gerar efeitos e chamar a atenção sobre o assunto, o que acabou levando algumas instituições federais a financiarem tal movimento e regularem o setor. Naquele período, o Brasil já dispunha da Lei 7.889, de 1989, sobre inspeção sanitária a produtos de origem animal (BRASIL, 1989).

Contudo, a promulgação da lei de IG no Brasil deu-se pela adequação do país às normas da Organização Mundial do Comércio (OMC), que incluiu e regulamentou o comércio mundial e o comércio relacionado aos acordos sobre direitos de propriedade intelectual (TRIPS) em 1996, isso exigiu a adoção de normas e leis de proteção intelectual no caso de Indicações Geográficas (IG). No entanto, apenas no ano de 2000, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) apoiou projetos para a agricultura familiar com ênfase em pequena escala. Tanto que, em 2004, promoveu efetivas mudanças como a exigência de 30% dos alimentos para refeições em escolas públicas fossem do setor agrícola familiar. (WILKINSON; CERDAN; DORIGON, 2015).

Como parte do interesse público nesse processo, importantes instituições contribuíram ativamente para a regulação das leis e do direito de propriedade vigentes até hoje, como o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, que foram determinantes na promoção de cursos de competências, na coordenação das IGs e nos sistemas de vigilância sanitárias regulamentados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA que através do decreto 7.889 fiscaliza e inspeciona os produtos de origem animal (BRASIL, 1989; WILKINSON; CERDAN; DORIGON, 2015).

Se as instituições dentro do território são fundamentais, vale saber que, para Gilly, Leroux e Wallet (2004), esse processo não envolve somente as instituições e as organizações, mas os atores locais e aqueles inseridos fora do território, uma vez que a IG não é local, ou seja, ela necessita de instituições fora da sua área de atuação para a sua constituição.

As indagações suscitadas sobre os atores, bem como o conjunto de normas e regulamentos institucionais e organizacionais são fundamentais para entender

como o processo poderá ser incorporado e compartilhado pela comunidade, por meio das várias estruturas de governança, como: associativismo, cooperativismo ou outra forma de ação coletiva, as quais, posteriormente, possam apontar os papéis e as dinâmicas de cada organização no processo decisório e estratégico de constituição da IG (GUIMARÃES; MARTIN, 2001).

A partir dessa nova realidade legal das instituições e da identidade cultural que começa a desenvolver-se, de fato, em um território, sendo necessária uma vontade coletiva, instituída pela política pública, comunidade local e empresarial que estejam engajadas com a proposta de desenvolvimento, reconhecendo o potencial histórico da região para que haja um processo de IG completo (MELANO, 2007).

Percebe-se, nessa discussão, que a dinâmica de uma região, assim como o seu desenvolvimento, necessita não somente de potencial endógeno na formulação e melhoria de processos e problemas produtivos, mas principalmente que esse potencial seja apoiado por instituições, como também pelos agentes públicos e econômicos (VELLOSO, 2008).

No entanto, no Brasil, o órgão responsável pela legislação, normas e procedimentos dos registros de Indicação Geográfica (IG) é o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que, através da resolução nº 075, de 28 de novembro de 2000, dispôs sobre a Lei de Propriedade Industrial, considerando como elementos norteadores que foram detalhados na normativa nº 25/2013, estabelecendo as condições para registro de IG no Brasil. E por meio do artigo 182, estabeleceu que as condições de registros das Indicações Geográficas cabem exclusivamente ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (SANTOS; SANTOS, 2019).

As regras que regulam os direitos de propriedade industrial, ainda vigentes, foram sancionadas sob a Lei nº 9.279, tendo, em seu artigo 176, a denominação da IG - Indicação Geográfica por duas espécies: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). Complementares a esses, outros artigos foram criados para exemplificar e diferenciar as duas espécies. Assim, o artigo 177 discrimina a Indicação de Procedência como nome geográfico proveniente da produção, extração ou fabricação de um produto que tenha se tornado conhecido em uma cidade, região ou localidade de seu território. Ademais, no artigo 178, atribuiu-se a Denominação de Origem como nome geográfico de um país, cidade, região ou localidade de seu território para produtos ou serviços com características

exclusivas do meio geográfico, entendendo-se, assim, os fatores naturais e humanos (SILVEIRA; VARGAS, 2007).

Ainda compete ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) analisar o pedido e conceder o direito para definir as condições de registro e Indicações Geográficas, por meio da Resolução supracitada, considerando os procedimentos e as condições para o registro das IGs (INPI, 2000, 2018).

De acordo com INPI (2000; 2018) Para reconhecimento de IP - Indicação de Procedência junto ao INPI, o pedido deverá conter os seguintes documentos e informações como:

- a) instrumento hábil e comprobatório de legitimidade requerente;
- b) cópia dos atos constitutivos (ex.: estatuto social) do requerente e da última ata de eleição;
- c) cópias do documento de identidade e de inscrição no CPF do representante legal da entidade requerente;
- d) regulamento de uso do nome geográfico;
- e) instrumento oficial que delimita a área geográfica;
- f) descrição do produto ou serviço;
- g) características do produto ou serviço;
- h) comprovante de recolhimento da retribuição correspondente;
- i) procuração, se for o caso;
- j) etiquetas, quando se tratar de representação gráfica ou figurativa da denominação geográfica ou de representação geográfica do país, cidade, região ou localidade do território;
- k) comprovação de estarem os produtores ou prestadores de serviços estabelecidos na área geográfica objeto do pedido e exercendo efetivamente a atividade econômica que buscam proteger;
- l) elementos que garantam uma estrutura de controle sobre os produtores ou prestadores que tenham o direito ao uso exclusivo da indicação geográfica, bem como sobre o produto ou o serviço distinguido por ela.

Além disso, deve-se dar a comprovação que a localidade se tornou conhecida como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou como centro de prestação de serviço como, por exemplo, reportagens de jornais e revistas, artigos científicos, livros, músicas, entre outros (INPI, 2000).

Para o reconhecimento da DO - Denominação de Origem, o objeto do pedido de registro, além da documentação supracitada, necessita ser enviada, juntamente com a delimitação da área geográfica, a descrição das qualidades e das características do produto ou serviço que se devam exclusivamente ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos, do processo ou método de obtenção do produto ou do serviço que devem ser locais, legais e constantes (INPI, 2000).

Para Trentini (2006), qualquer produto pode ter a Denominação de Origem - DO, tal denominação refere-se aos produtos naturais elaborados, em que o elemento geográfico tem influência decisiva na sua qualidade. Essa certificação é direito de todos os produtores de uma localidade, região ou território.

Contudo, ainda que as duas denominações guardem semelhanças, elas merecem ser analisadas, pois apresentam características peculiares de diferenciação a serem destacadas no contexto do estudo de forma que contribuam teoricamente no contexto educacional da IG.

O Quadro 1 (um) apresenta as principais diferenças entre as duas certificações.

Quadro 1 - Diferenças entre Indicação de Procedências e Denominação de Origem.

Fatores	Denominação de Origem	Indicação de Procedência
Meio Natural	O meio geográfico marca e personaliza o produto; a delimitação da zona de produção é indispensável.	O meio geográfico apenas refere-se à origem do produto, à localização da produção ou ao local de processamento.
Uniformidade da Produção	Mesmo existindo mais de um tipo de produto, eles estão ligados pela homogeneidade de características.	Pode ser um conjunto de produtos de características diferentes que tenham em comum apenas o lugar de produção, o centro de distribuição ou o local de processamento.
Regime de Produção	Há regras específicas de produção e características qualitativas mínimas dos produtos.	Não existe uma disciplina de produção, a qual devam ser submetidos os produtos; existe apenas uma disciplina de marca.
Constâncias das Características	Os produtos devem conservar um mínimo de qualidade e certa constância nas suas características.	Não implica um nível de qualidade determinada, nem constância de características.
Volume de Produção	Há um limite de produção por hectare, que tem relação com a qualidade do produto.	Não existe limite de produção.

Fonte: Schmidt (2010).

Mesmo com características semelhantes, as diferenças entre as duas denominações são grandes, ao passo que, o conceito de DO e IP confundem-se,

pois, para muitos, os termos têm o mesmo sentido, porém as suas divergências são enormes.

No Brasil, o INPI reconheceu a primeira IG em 2001 para a produção do vinho no Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, conforme a lei 9279/96 e resolução INPI nº 075, de 29 de novembro de 2000.

O mel brasileiro teve o seu primeiro reconhecimento em fevereiro de 2012, com a própolis vermelha e o seu extrato, produzido nos manguezais de Alagoas, sendo o pedido de reconhecimento de DO - Denominação de Origem encaminhado pelos produtores de Própolis do Estado de Alagoas (RODRIGUES; DURSO; ROCHA JR, 2015).

Observa-se que a lei de reconhecimento ainda é nova e os produtores não possuem conhecimento pertinente à regulamentação e ao manejo adequado do produto, além do reconhecimento por parte dos órgãos fiscalizadores ser demorado.

Outro exemplo é o mel do Pantanal, no Mato Grosso do Sul, que, em 2015, recebeu o título de (IP) e o Mel de Ortigueira no Paraná que recebeu o título de (DO) por meio do pedido junto ao INPI. Recentemente, em 2017, o estado do Paraná obteve outra certificação para o mel, em que a Região Oeste do Paraná foi contemplada como (IP), ganhando o selo “Região Oeste do Paraná” para o mel de abelha Jataí (IBGE; INPI, 2017).

Devido a essas diferenças destacadas no contexto do estudo, Quadro 2 (dois) apresenta as certificações de mel no Brasil concedidas pelo INPI e separa-as por (DO) e (IP) para melhor entendimento das diferenças entre as duas certificações.

Quadro 2: Indicações Geográficas do Mel e produtos derivados do Mel - 2017.

Espécie/Nome da IG	Produto/Serviço	Ano	UF
Denominação de Origem:			
Manguezais de Alagoas	Própolis Vermelha e extrato de Própolis vermelha	2012	AL
Ortigueira	Mel de Abelha	2015	PR
Indicações de Procedência:			
Pantanal	Mel	2015	MS/MT
Região Oeste do Paraná	Mel de Abelha (Jataí)	2017	PR

Fonte: IBGE, INPI, (2017).

Verificam-se apenas quatro regiões com o registro no INPI para Indicação Geográfica (IG) de mel, considerando-se que a maioria obteve o reconhecimento a partir de 2012. Portanto, o processo de IG para o mel ainda é recente no Brasil,

sendo que deverá expandir-se ainda mais, principalmente no ramo de mel e seus derivados.

No Brasil, a cadeia do mel ainda é considerada uma atividade secundária de renda e justamente por isso ainda é pequena a sua participação no mercado agrícola, isto porque os produtores entendem que a cultura é apenas um complemento, onde o cultivo de abelhas e a sua produção são pouco explorados se comparadas com outras culturas (MAPA, 2019).

No estado do Paraná, a sua estrutura produtiva também é baixa, ou seja, pouca representatividade na renda dos produtores se comparada com as demais atividades agrícolas (CÁRIO, *et al.*, 2015).

Mesmo com essa constatação, a produção nacional cresceu 5% em 2017, a produção do mel no Paraná representou 14,3% da produção nacional (IBGE, 2018). Por esse motivo, algumas organizações em parcerias com empresas e universidades vêm desenvolvendo trabalhos de melhoria do cultivo e produção através por meio da certificação de origem como forma de melhorar o desempenho produtivo e aumentar a escalabilidade da cultura.

Neste capítulo, alguns elementos legais, resoluções, denominações existentes, bem como instituições envolvidas na caracterização do produto e seu território foram apresentados. Buscou-se demonstrar que a sustentabilidade econômica regional passa pela apresentação de valores que os produtos regionais podem carregar em suas características, portanto, a IG tende a potencializar regiões, diferenciando e dinamizando o mercado local.

2.5 AÇÕES COLETIVAS E ORGANIZAÇÕES

Ao discutir aspectos sobre produtos de origem, deve-se destacar as estruturas organizacionais, indivíduos e como eles se envolvem nesse processo pertinente à IG. Conforme Olson (1999, p. 13), “espera-se que organizações e os grupos de indivíduos com interesses comuns ajam por esses interesses tanto quanto se espera que os indivíduos isoladamente ajam por seus interesses pessoais”.

Essa realidade tornou-se possível pela ação dos agentes econômicos envolvidos, visto que o agente econômico dentro do território é o elemento principal e é por meio dele que são formadas as identidades de uma região (FLORES, 2007).

No entanto, uma série de ações contribuiu para o fortalecimento da IG como, por exemplo, o movimento dos produtores de vinho de qualidade no Sul do Brasil e dos produtores de queijo das montanhas do estado de Minas Gerais. Esses primeiros movimentos tiveram o apoio e a assistência de organizações nacionais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, que adotaram estratégias para disseminação dos produtos de origem e a preparação de pedidos de status de Indicação Geográfica (WILKINSON; CERDAN; DORIGON, 2015).

O movimento de associativismo, nesses casos, é comum no agronegócio, pois, se observa a presença de sindicatos, associações, cooperativas entre outras instituições que potencializam tal dinâmica. Para Schmidt (2010), os próprios sistemas agroindustriais criam modelos organizacionais baseados na coletividade com laços de interdependências entre os atores envolvidos.

Na cadeia do mel da Região Oeste do Paraná, os primeiros ensaios e movimentos dos produtores do mel deram-se com associações e agrupamentos organizados, que, juntos, formavam núcleos setoriais e reuniam-se em associações comerciais dos seus respectivos municípios, para discutirem assuntos pertinentes ao setor apícola de cada cidade.

Assim, esses núcleos setoriais, que já eram associações em seus municípios até então, estabeleceram relações com outras associações, trocando experiências e fortalecendo os apicultores por meio de práticas de manejo e preservação ambiental e cultural, que deram características de qualidade ao produto, gerando uma identidade territorial.

Para que esses movimentos tivessem efetividade foram necessários o apoio e a intervenção de organizações públicas e privadas em seus territórios, como Prefeitura Municipal; Sindicato Rural e Patronal; Associação de Apicultores e Associações Comerciais. Essa inter-relação com organizações e agentes locais compreendeu um estreitamento e, conseqüentemente, a difusão da ação coletiva, fortalecendo a ideia de associativismo que, mais tarde, culminou na criação da Cooperativa Coofamel (COOFAMEL, 2018).

O estreitamento das relações entre organizações e agentes por meio das ações coletivas é um instrumento fundamental que abrange parte de uma rede, conectando a outros grupos sociais que não pertencem a sua rede de contatos (GRANOVETTER, 1973).

A ideia de estreitamento e rede apresentada nos trabalhos de Granovetter (1983) dá a dimensão da importância dos laços entre os agentes e os atores de uma ou mais atividades. Para ele, a consistência nas decisões dos indivíduos será maior e mais eficaz se os laços ou vínculos em sua rede também forem fortes. O autor explora a ideia de coesão entre os membros de um grupo, em que é necessário que eles dependam efetivamente dos resultados deste. Para ele, se houver discrepância entre os interesses dos membros, os laços enfraquecem e, dessa forma, fica ainda mais difícil caminhar conjuntamente. Parece que, para o autor, os chamados laços fracos são pré-requisitos para o sucesso da vida associativa.

Os laços, sendo fracos, têm maiores possibilidades de ampliação de relações com atores de outros grupos ou com os grupos propriamente, pois a falta de força nos laços internos deixa a comunidade a mercê de novas demandas, o que, por sua vez, amplia a possibilidade de novos contatos (GRANOVETTER, 1983).

Nesta concepção a criação da cooperativa Coofamel se deu após preliminares encontros e reuniões de cunho organizacional e social por apicultores que não se conheciam preliminarmente. Houve também o impulso de outras organizações determinantes à consistência da atividade econômica do mel como negócio propriamente dito e conseqüentemente a certificação da IG, compreendendo, assim, uma relação de laços fracos alimentando a sua rede de negócios. Para Granovetter (1973), os laços fracos são mais valiosos por serem capazes de ligar uma organização a outra.

No entanto, algumas organizações foram determinantes na propagação da base econômica, administrando e direcionando a cooperativa à implantação da IG do mel, tendo o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; a ITAIPU BINACIONAL e a UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER como incentivadoras e organizadoras desse processo.

O fortalecimento associativo para o mel na Região Oeste por meio dessas organizações trouxe vários benefícios aos cooperados pela ampliação da rede, diversificação de produtos e relacionamento com outros mercados. A ação coletiva trabalha a forma como os benefícios coletivos são gerados aos grupos (TIERLING; SCHMIDT, 2017).

Desse modo o associativismo foi determinante na implementação e fiscalização das regras, estimulando o processo de criação da Cooperativa por meio de ações formais e informais de algumas instituições.

A segunda etapa de reestruturação da cooperativa referente à implantação da certificação da IG para o mel produzido na Região Oeste do Paraná teve como foco a padronização e a adequação de suas práticas, assim alguns órgãos institucionais foram importantes na sua regulamentação como o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, que regulamentou a legislação específica da IG no Brasil; o Sistema de Inspeção Federal – SIF, responsável pelas leis de regulamentação sanitária; a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que organiza e orienta os demais órgãos federativos de fiscalização por meio técnicas e procedimentos; o Sistema de Inspeção Municipal – SIM; órgão responsável pela fiscalização local dos ambientes. Devido à necessidade em sobreviver no mercado e tendo que buscar um diferencial de agregação interconectando com atores propensos ao surgimento de ações coletivas, verifica-se a necessidade de cooperação mútua (AUSTIN, 2001; MÉNARD; KLEIN, 2004).

Para que isso ocorresse, foi necessária uma identidade territorial que pudesse dar característica ao mel produzido no Oeste do Paraná como estratégia de ganho. Tanto que, para Almeida (2017, p. 202), “a complexidade nas relações das marcas nos territórios mostra, portanto, a complexidade do território enquanto espaço de relações estratégicas entre seus atores”.

Portanto, o envolvimento de todos deve ser harmônico e dentro das expectativas de um resultado comum, devendo existir uma conexão coerente e imparcial entre as características do território, os agentes e os atores na busca de informações que gerem vantagem competitiva em função da relação e da confiança existente no sistema (COLEMAN, 1988).

Para Almeida (2017, p. 101), “a identidade territorial se utiliza da identidade cultural para fortalecer e até mesmo para criar laços, a partir de singularidades evidenciadas que articulam os territórios”.

O envolvimento e a cooperação dos atores envolvidos trazem mais vantagens aos agentes inter-relacionados, propagando maior lucratividade como um todo, tanto que, para Schmidt (2010), a teoria das ações coletivas evidencia a sinergia existente entre os atores sociais e agentes econômicos em prol de uma ação conjunta, resultante de um trabalho que agregue vantagens competitivas,

combinando diferenciação com custo reduzido, tornando-se vantajoso o comportamento cooperativo e o comprometimento entre os agentes da rede.

Fica evidente que as ações coletivas podem contribuir para o processo de indicação geográfica, pois ela está embasada no ambiente institucional que influencia as organizações. De acordo com Castriota e Delmastro (2009), uma reputação coletiva implica vantagens, em que uma marca coletiva conhecida permite que os atores coletivos de pequeno porte tenham benefícios também decorrentes da reputação da marca, sem incorrer em custos que, normalmente, uma marca comercial estabelece.

3. ELEMENTOS METODOLÓGICOS

O propósito da presente pesquisa foi analisar a influência do ambiente institucional e das organizações, que auxiliaram a criação da IG para o mel da Região Oeste do Paraná.

Conforme sugere Severino (2010), o estudo de caso, em que a coleta dos dados ocorre via pesquisa de campo, comparando a teoria com a prática a partir de fatos reais vividos, no que se refere à implantação do IG e quais organizações adaptaram-se às instituições que definem o conceito de IG e suas contribuições para esse processo.

Para Severino (2010, p. 121), no estudo de caso, “os dados devem ser coletados e registrados com o necessário rigor e seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo”.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa usa a abordagem descritiva que, por sua vez, pretende elucidar os agentes institucionais dinamizadores da cadeia do mel na região Oeste do Paraná e os atores envolvidos no processo da IG que levou a região a obter o título de IG para o mel do Oeste do Paraná.

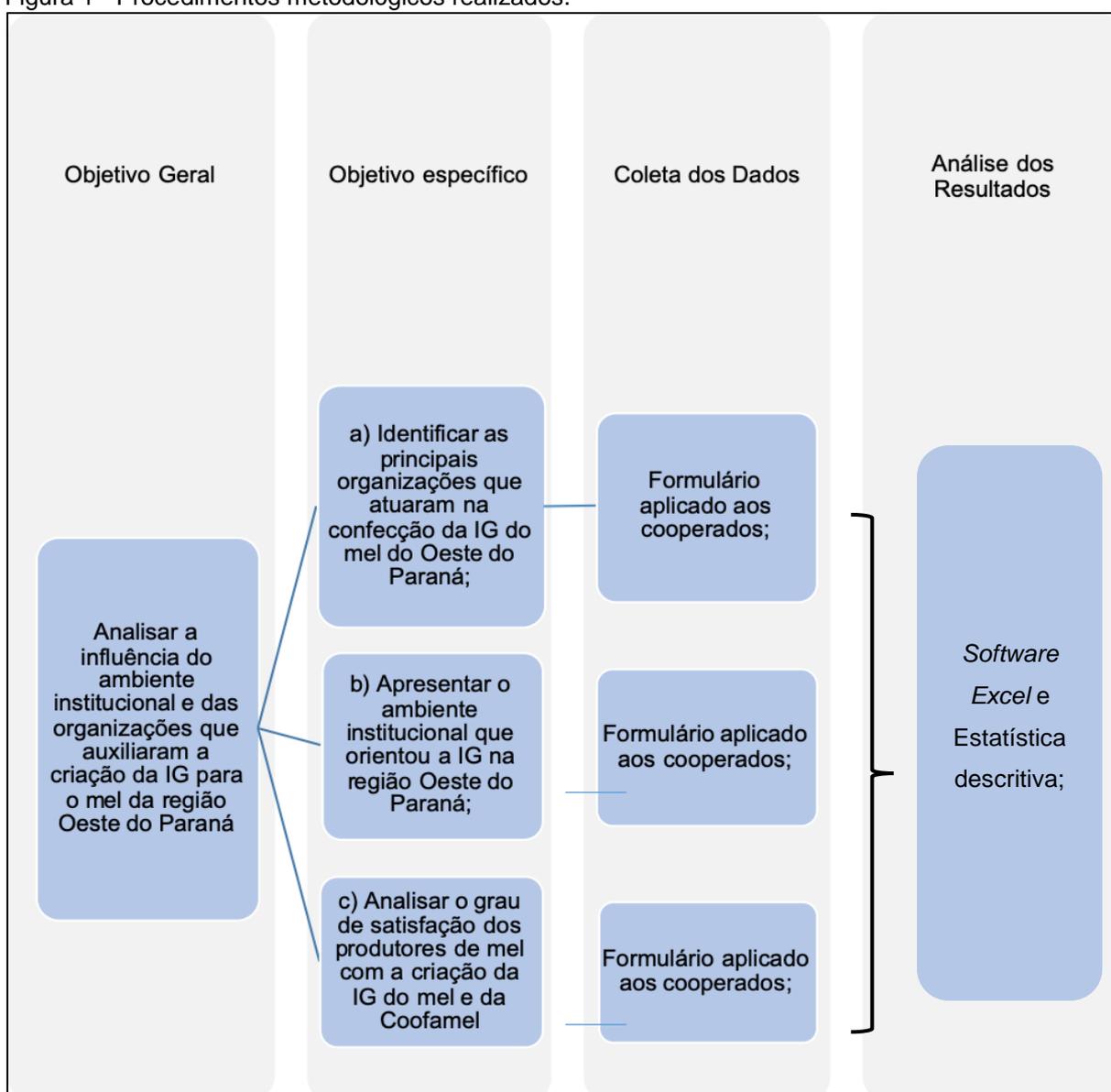
Na pesquisa descritiva, de acordo com Barros (2000, p. 70), “não há interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa. Procura descobrir com que frequência um fenômeno ocorre, sua natureza, característica, causas, relações e conexões com outros fenômenos”.

O entendimento dos comentários que são feitos pelos entrevistados, caracterizam como uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa. Portanto conforme Kerlinger (2003), a pesquisa qualitativa tem caráter amplo e pormenorizado, uma compreensão direta do que deve ser medido e também interpretado, estimulando os entrevistados a pensar e falar livremente sobre o tema de forma espontânea.

Por outro lado, para Richardson (1999), o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta das informações, quanto no tratamento delas por meio de métodos estatísticos, desde as mais simples, como percentual e média, às mais complexas, como coeficiente de correlação e análise de regressão.

No entanto, as análises qualitativas e quantitativas devem ser complementares, dando ao estudo um viés interpretativo sobre a visão e a percepção dos cooperados com relação à especificidade da IG e o ganho real que tal certificação proporciona a todos os atores coletivos inseridos no contexto da pesquisa. Em continuidade, segue na Figura 1 a representação dos procedimentos metodológicos realizados na pesquisa.

Figura 1 - Procedimentos metodológicos realizados.



Fonte: elaborado pelo autor.

3.1 UNIVERSO E POPULAÇÃO DO ESTUDO

A Região Oeste do Paraná, a qual recebeu o selo de IG, é composta por 50 municípios, onde se encontra a Coofamel Cooperativa Agrofamiliar Solidária de

Santa Helena - PR. A flora da região propicia e contribui para a produção do mel com característica de procedência diferenciada, que deu o título de “Selo Oeste do Paraná”, facilitando, assim, o desenvolvimento da cultura e o manejo necessário à sua subsistência.

O universo da pesquisa envolve a Cooperativa Agrofamiliar Solidária de Santa Helena - PR - Coofamel e os apicultores de mel da região Oeste do Paraná que fazem parte da cooperativa e que estão certificados para a produção do mel de procedência. Para melhor entendimento, a Figura 2 apresenta área de abrangência da região, que ganhou o título de selo “Oeste do Paraná”.

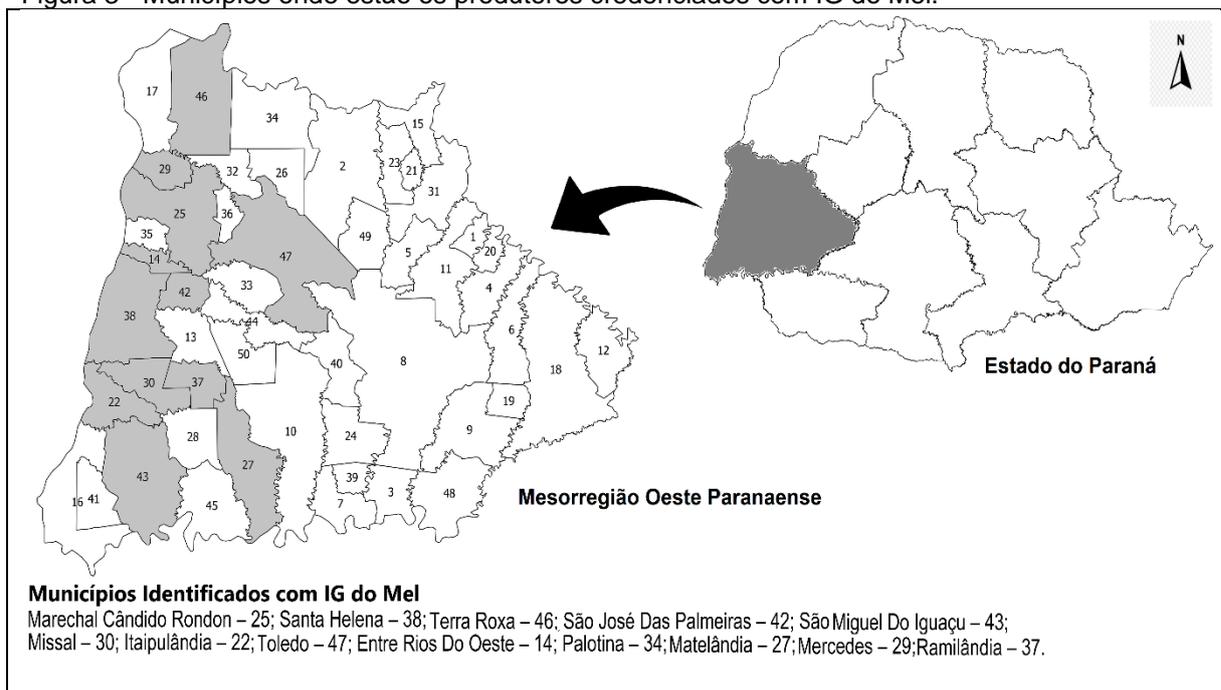
Figura 2 - Mesorregião Oeste Paranaense com o selo Oeste do Paraná para IGs do Mel.



Fonte: elaborado pelo Autor.

Como população do estudo, contemplam-se 28 associados que possuem o padrão de qualidade exigido pela IG e que estão espalhados nos municípios de Marechal Cândido Rondon; Santa Helena; Terra Roxa; São José das Palmeiras; São Miguel do Iguaçu; Missal; Itaipulândia; Toledo; Entre Rios do Oeste; Palotina; Matelândia; Mercedes e Ramilândia. A Figura 3 ilustra a distribuição geográfica desses produtores, de forma que facilita ao leitor a identificação locacional deles e os seus respectivos municípios, onde cultivam abelhas e produzem o mel de IG.

Figura 3 - Municípios onde estão os produtores credenciados com IG do Mel.



Fonte: elaborado pelo autor.

Como a IG do mel foi credenciada há pouco tempo, a cooperativa trabalha com os produtores para enquadrá-los dentro dos requisitos e regulamentos que o INPI e o MAPA exigem para o padrão de produtos de origem. Por isso, apenas 28 (*vinte e oito*) produtores estão credenciados com o padrão de qualidade exigido, porém a cooperativa trabalha com os demais produtores de forma que se possibilite a todos beneficiarem-se das vantagens que a certificação trará.

Esses produtores estão distribuídos em 13 (*treze*) municípios, como se observa na Figura 3 (três), tendo a sua maior concentração nos municípios de Santa Helena, Toledo, Entre Rios do Oeste e Terra Roxa.

A IG para o mel abrange todos os 50 (*cinquenta*) municípios da Região Oeste do Paraná, mas até o momento apenas 13 (*treze*) municípios têm produtores credenciados com a certificação.

3.1.1 INSTRUMENTOS E MÉTODOS DE PESQUISA

Os dados são de origem primária e o instrumento de coleta foi o questionário, na qual, em um primeiro momento, aplicou-se um questionário semiestruturado ao presidente da cooperativa Coofamel, que também é produtor de mel e está entre os apicultores credenciados para a IG. O objetivo era identificar se

houve criação de valor ao mel com a IG; os benefícios da IG; quais as organizações que atuaram na confecção da IG; e o ambiente institucional que orientou a IG.

Cabe ressaltar, neste ponto, que, além da obtenção dos dados, o questionário também tem como objetivo a averiguação de fatos, a determinação de opiniões e sentimentos, bem como a descoberta de planos de ação e a identificação de condutas atuais ou passadas (MARCONI; LAKATOS, 2003). O período de aplicação aconteceu entre outubro de 2018 e fevereiro de 2019.

A segunda etapa da pesquisa deu-se aos 27 (*vinete e sete*) produtores de mel da região, que fazem parte da cooperativa e que produzem o mel com IP – Indicação de Procedência, com a finalidade de identificar alguns objetivos como: se há uma criação de valor no sistema produtivo atual do mel com a Indicação Geográfica (IG); quais os principais benefícios que a Indicação Geográfica (IG) trouxe ao cooperado; quais as principais organizações que atuaram na confecção da Indicação Geográfica (IG) do mel do Oeste do Paraná; a indicação do ambiente institucional que orientou a Indicação Geográfica (IG) na Região Oeste do Paraná e a avaliação do impacto da Indicação Geográfica (IG) na Coofamel quanto à especificidade geográfica do mel produzido pela cooperativa.

O roteiro do questionário, que foi aplicado ao gestor e aos produtores da cooperativa, teve o propósito de identificar as diferentes categorias de análise e as suas variáveis de forma que possam contribuir para a interpretação dos resultados e da sua respectiva conclusão. Para melhor entendimento, segue Quadro 3 (três), que mostra como está estruturada a ordem das questões do formulário de pesquisa.

O questionário foi estruturado, em primeiro lugar, para abranger as variáveis de caracterização dos apicultores por meio da estratificação dos dados socioeconômicos, de idade, tamanho da propriedade, produção, renda e tempo de cooperado.

Quadro 3 - Categorias de pesquisa para análise do questionário com os apicultores e cooperados.

Objetivos	Categorias de análises	Variáveis analisadas
Identificar as principais características socio-econômicas dos agricultores familiares	Caracterização dos agricultores familiares	Idade e grau de instrução
		Tamanho da propriedade
		Produção
		Renda familiar (fontes de renda média e anual)
		Número de empregados
		Tempo de cooperado
Mensurar a Satisfação e os Benefícios que a Coofamel proporciona aos apicultores, com a (IG)	Percepção da Satisfação e Benefícios com a (IG)	Acesso a mercados, à informação
		Qualificação
		Competitividade
		Volume de produção
		Aumento de renda com a IG
		Satisfação dos produtores quanto a IG do mel
Descrever o ambiente institucional que orientou a (IG), as dificuldades referentes à coordenação interna, (Custo de Transação)	Variáveis do Ambiente Institucional e custo de transação	Participação
		Conflitos de interesses
		Assimetria de informação
		Presença de racionalidade limitada e oportunismo
Identificar as Organizações e Instituições que atuaram na (IG) e as Variáveis que interferem na criação de valor para o processo de (IG)	Variáveis das Organizações e Instituições que atuaram na (IG) e Variáveis de Criação de Valor	Apontar as principais instituições que regulam (fiscalizam) e promovem o cultivo do mel de procedência.
		Apontar as principais organizações que ajudaram a gerar a indicação geográfica e contribuíram para o processo de capacitação e qualificação necessário ao manejo e produção da cultura.
		Identificar se há criação de valor ao sistema produtivo atual do mel com a Indicação Geográfica.
		Quais os principais benefícios que a Indicação Geográfica trouxe ao cooperado.

Fonte: Adaptado de Tierling (2016).

Desse modo, a variável de percepção quanto aos benefícios percebidos pelos apicultores é o segundo ponto do questionário, verificando os fatores de acesso ao mercado; informação; qualificação; competitividade; volume de produção, aumento de renda e satisfação quanto à IG do mel na Região Oeste do Paraná.

O questionário evidencia ainda as variáveis de custo de transação, explorando os pontos de participação, conflitos de interesse, assimetria de informação, racionalidade limitada e oportunismo, de modo que identifique as dificuldades de coordenação interna por parte da cooperativa.

Cumprir também que, visando identificar as variáveis estruturais de governança da cooperativa que interferem na criação de valor, o questionário contempla ainda as variáveis estruturais das instituições e organizações sobre as principais instituições que regulam (fiscalizam) e promovem o cultivo do mel de

procedência; apontando as principais organizações que ajudaram a gerar a Indicação Geográfica (IG) e contribuíram para o processo de capacitação e qualificação necessário ao manejo e à produção da cultura; analisar se há criação de valor ao sistema produtivo atual do mel com a Indicação Geográfica (IG) e quais os principais benefícios que a Indicação Geográfica (IG) trouxe ao cooperado.

Para que contemplasse todas as variáveis dispostas Quadro 3, com o intuito de captar a percepção dos cooperados quanto aos benefícios da IG, o conjunto de informações levantadas deu-se por meio de um questionário composto por 27 questões que contêm alternativas objetivas e descritivas, de forma a complementar tal análise do estudo.

Como a safra do mel acontece sempre de outubro a março, e a dificuldade em encontrar alguns apicultores para a conclusão da pesquisa foi frequente durante as visitas *in loco*, a adoção de outra estratégia de abordagem foi necessária: por meio de telefone e e-mail, sempre respeitando o critério de estratificação do questionário, a ordem das questões e a autenticidade dos dados coletados.

Foram considerados os 27 (*vinte e sete*) questionários aplicados aos produtores certificados e 01 (*um*) questionário aplicado ao presidente da cooperativa. A aplicação ocorreu entre, como visto anteriormente, os meses de outubro de 2018 e fevereiro de 2019. A tabulação dos dados utilizou o software Excel 2010 como ferramenta para as respostas auferidas na pesquisa.

A alimentação dos dados deu-se pela exploração do questionário junto aos entrevistados, em que, pelas observações secundárias *in loco*, o pesquisador pôde acrescentar dados complementares importantes à pesquisa, advindos de informações empíricas, tendo sido apurados e interpretados com base na estatística descritiva, por meio do confronto dos resultados em análise da teoria abordada.

Face ao exposto, os resultados esperados consistem em identificar quais são as instituições e as organizações que contribuíram para a criação da Indicação Geográfica (IG) para o mel da região Oeste do Paraná.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA

A Coofamel Cooperativa Agrofamiliar Solidária de Santa Helena – PR foi fundada em 15 de julho de 2006, com a finalidade de formalizar e padronizar os processos produtivos do mel, comercializar os seus produtos de forma legal, ganhar

escala, qualidade e, principalmente, beneficiar ganho econômico à cooperativa e seus cooperados (COOFAMEL, 2019).

Ainda, de acordo com a Coofamel (2019), antes da fundação da cooperativa, existiam associações e agrupamentos de apicultores organizados em vários municípios da Região Oeste do Paraná. Esses apicultores faziam parte de núcleos setoriais mais organizados nos municípios de Santa Helena, Vera Cruz do Oeste e Entre Rios do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu; São Miguel do Iguaçu; São José das Palmeiras, Itaipulândia e Foz do Iguaçu (Colônia de Pescadores).

Atualmente, a Cooperativa trabalha com a produção de mel e derivados, tendo a sua sede localizada no município de Santa Helena, próximo à Bacia do Rio Paraná (Oeste do Estado do Paraná). A cooperativa integra 286 cooperados e mais de 17 mil colmeias (COOFAMEL, 2019).

O processo de formalização do apicultor no quadro de sócios da cooperativa passa por uma proposta que é analisada pelo conselho de Administração, cujo candidato apresenta a sua cota-parte de capital, que, por sua vez, não pode ser inferior a R\$ 650,00 (*seiscentos e cinquenta reais*), dando-lhe o direito e o benefício de ser sócio, bem como conferindo-lhe as suas obrigações (COOFAMEL, 2019).

A Coofamel é uma cooperativa agrofamiliar solidária, composta por diretores e conselheiros, tendo a sua estrutura administrativa eletiva formada por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Diretor Vogal, que são auxiliados pelos conselheiros fiscais. Tanto à diretoria eletiva como aos conselheiros, ao final do mandato, é permitida a reeleição.

Como a Coofamel possui um modelo de negócio com ênfase no empreendedorismo e na participação democrática dos sócios, para melhor entendimento sobre a estrutura administrativa da Coofamel, segue o Quadro 1 sobre a composição do Conselho Administrativo, fiscal e diretoria da cooperativa.

Quadro 4 - Composição do Conselho Administrativo, Fiscal e Diretoria da Coofamel.

Composição do Conselho Administrativo, Fiscal e Diretoria da Coofamel	
Conselho Administrativo:	Conselho Fiscal
<u>Presidente:</u>	<u>3 Conselheiros Fiscais:</u>
<u>Vice-Presidente:</u>	<u>3 Suplentes:</u>
<u>Secretário:</u>	<u>3 Diretores de Unidades:</u>
<u>Tesoureiro:</u>	
<u>Vogal:</u>	
<u>Diretor Administrativo:</u>	

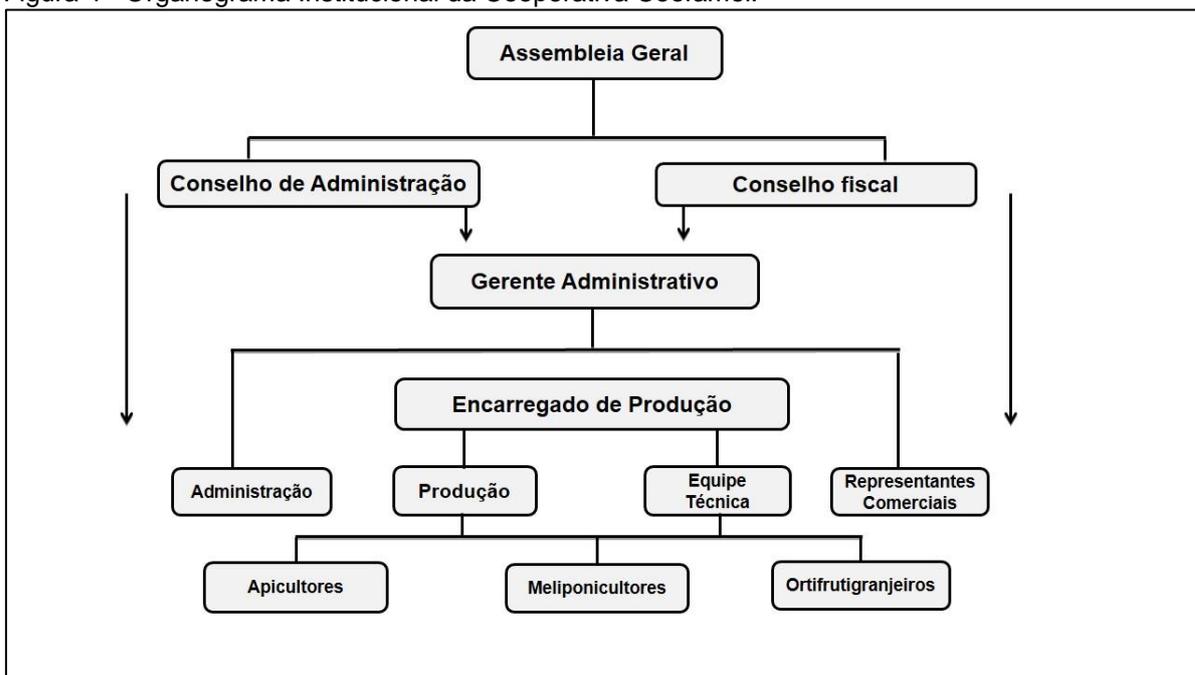
Fonte: Cofamel, 2019.

A organização do quadro social da cooperativa serve como estratégia para uma gestão democrática por meio de um processo sistemático de comunicação e integração. A proposta cooperativista busca o crescimento econômico e conjunto em detrimento ao atendimento das necessidades e desejos de um grupo, promovendo a inclusão social e não o individualismo (Organização das Cooperativas do Brasil – OCB; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, 2016).

De acordo com a SESCOOP (2016), a Coofamel se refere a um movimento organizado e harmônico em prol do desenvolvimento sustentável, fazendo parte dos seus princípios o envolvimento de todos em prol do mesmo objetivo, tendo as suas ações alicerçadas em valores éticos, transparência, democracia e responsabilidade social.

Contudo, cabe, nesse ponto, entender como está constituído o organograma da Coofamel, em que a institucionalização e a participação dos cooperados perpassa o entendimento real do negócio. Nesse sentido, a assembleia geral tem total importância nas decisões da cooperativa, respeitando os seus princípios, devendo possibilitar à entidade a conciliação de seu formato organizacional. Assim, pode-se verificar, no organograma institucional, o poder de decisão e auxílio de sua assembleia geral no Conselho de Administração e Fiscal (Figura 4).

Figura 4 - Organograma Institucional da Cooperativa Coofamel.



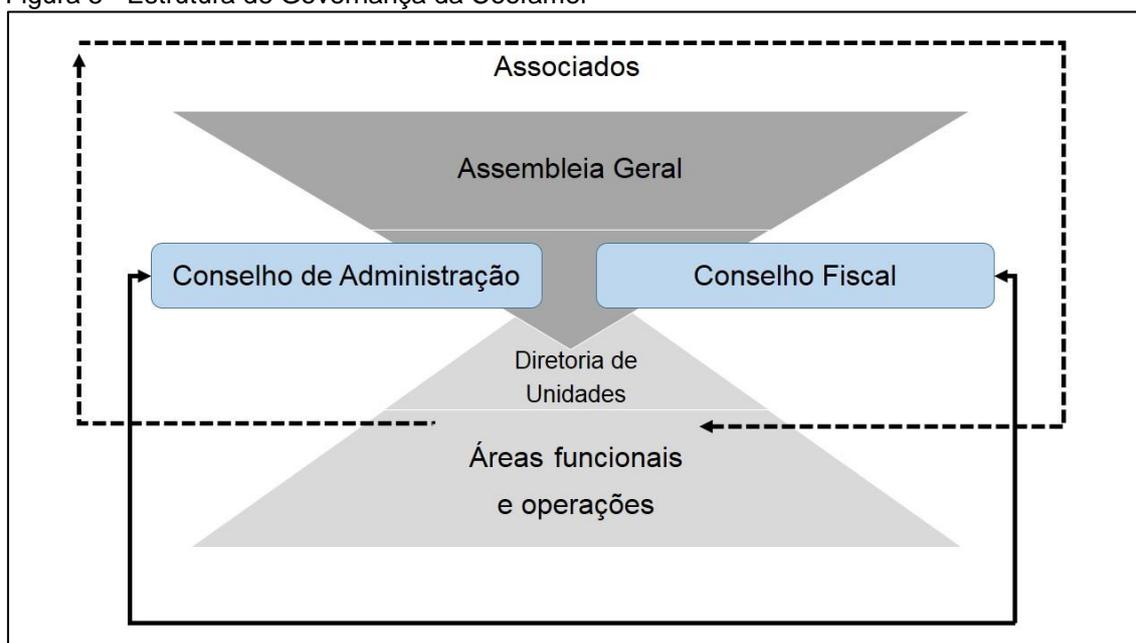
Fonte: Coofamel (2019).

Conforme a Coofamel (2019), o propósito da cooperativa é auxiliar na produção do mel produzido por seus associados, dando escalabilidade, mercado, gerando ganho econômico e, principalmente, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cooperados e da sociedade como um todo. Tudo isso respaldado na Missão, na Visão e nos Valores da cooperativa.

A assembleia geral, que é composta pelos associados que auxiliam e elegem o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal com a possibilidade de decidirem o futuro da cooperativa. O seu Conselho de Administração é composto por cooperados responsáveis pelo planejamento de ações e estratégias de implantação, que são apresentadas por meio de propostas em Assembleia Geral, conforme dispõem as normas que regem a cooperativa. A cada quatro anos, é necessária a renovação dos seus membros (COOFAMEL, 2019).

O Conselho Fiscal passa as informações aos cooperados via assembleia e tem a tarefa de fiscalizar todo o patrimônio, o financeiro, as operações com os cooperados, os serviços e os atos executados pelos administradores. Para melhor entendimento, a Figura 5 (cinco) apresenta o sistema da estrutura de governança da cooperativa, conforme a sua estrutura hierárquica.

Figura 5 - Estrutura de Governança da Coofamel



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os diretores de unidades fazem a intermediação entre os cooperados e o Conselho de Administração, buscando aproximar a gestão da cooperativa dos anseios de seus associados e, conseqüentemente, melhorando a comunicação e diminuindo a assimetria de informação, que pode gerar o custo de transação. Conforme a Coofamel (2019), os diretores fazem reuniões, quando necessário, com os seus respectivos produtores para repassar ao Conselho de Administração as informações sobre suas demandas relacionadas às reformas e melhorias na estrutura da unidade de recebimento e outras solicitações dos cooperados.

A estrutura de governança contempla ainda as áreas funcionais e de operações, que são compostas pelo Gerente Administrativo, que fica na sede em Santa Helena, coordenando todo o setor administrativo da cooperativa e das unidades. Passam por ele, também, as decisões sobre o setor de produção, que tem a indústria, onde é feita a purificação do mel, a cera e o envasamento do produto em embalagens adequadas e dentro das características exigidas pelo Sistema de Inspeção Federal – SIF, que dentro da estrutura de governança, está na função de fiscalização (*Áreas funcionais e operações*), ou seja, passam por ele o enquadramento de suas especificações e as decisões administrativas de produção de toda a cooperativa.

Para a execução das ordens dadas pelo gerente administrativo, existe o encarregado de produção que também tem a incumbência de repassar ao setor de

produção as demandas solicitadas por seu superior. Ademais, fica sobre sua responsabilidade coordenar a equipe operacional, verificar o *layout* e a planta de produção, analisar a capacidade produtiva e a demanda existente, controlar o estoque de matérias-primas e de produtos acabados. Cabe ao encarregado de produção a decisão pertinente à conservação do produto e à sua qualidade, de forma que não perca as suas propriedades características de mel de origem.

A equipe técnica atua na área funcional da cooperativa, pelas visitas técnicas e periódicas aos produtores, dando todo o suporte necessário de manejo e cuidado com as abelhas e o mel. Porém, ela não está dentro do quadro funcional da Coofamel, ou seja, a equipe técnica é terceirizada por empresas credenciadas pela própria cooperativa para exercer o seu papel de orientação aos produtores.

O Sebrae e o PTI/Itaipu estão alocados na área operacional/funcional do organograma e dentro da estrutura de governança estão na função de orientação da operacionalização (*Áreas funcionais e operações*), também são terceirizados, contribuindo com suporte e apoio técnico executando trabalhos de prestação de serviços técnicos em parceria com a empresa Ad agro – Soluções Agrícolas, que é vinculada ao Sebrae, disponibilizando seus serviços aos cooperados por meio de visitas, capacitação e outros serviços.

Também na área operacional/funcional está a Biolabore, que é uma sociedade cooperativa que presta serviços técnicos aos produtores com capacitação e outros serviços. A Biolabore atua de forma efetiva mesmo nas visitas técnicas, orientando os produtores, principalmente, sobre as boas práticas que credenciam a IG. Justamente por esse motivo, foi possível bastante contato com os técnicos da Biolabore que auxiliaram nas dúvidas atinentes à presente pesquisa. A empresa também se encontra dentro da estrutura de governança na função de orientação na operacionalização da produção (*Áreas funcionais e operações*).

4 ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA

A partir desta seção, serão apresentadas as relações entre a análise e os resultados desta pesquisa com a intenção de confrontar a teoria e os dados/observações que foram encontrados a campo.

Assim, para melhor entendimento e análise dos dados, esta seção está dividida em quatro subseções compostas por: perfil socioeconômico dos cooperados; benefícios aos cooperados; custo de transação; instituições e criação da IG.

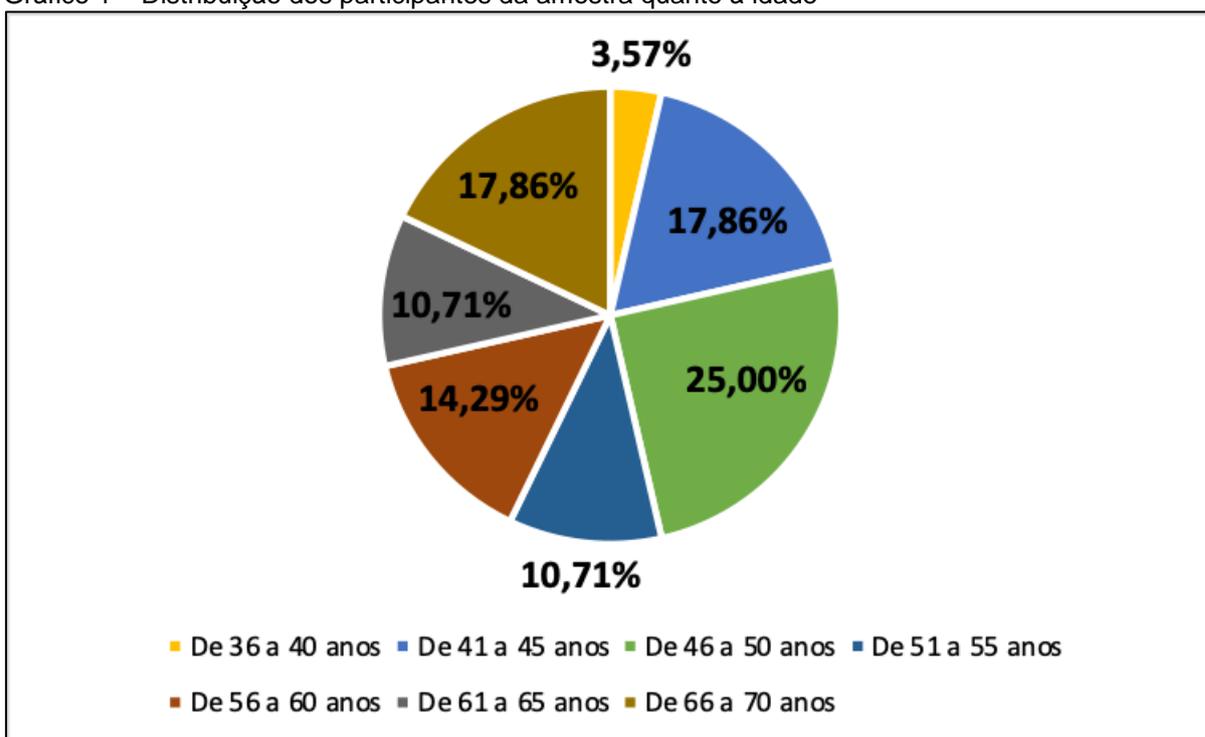
4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS COOPERADOS

Para os dados socioeconômicos, a amostra foi composta por 27 cooperados certificados com o IG, e para tal, a estratificação da pesquisa foi proporcional ao número da amostra, tendo os formulários aplicados de forma presencial (22), por telefone (04) e por e-mail (02). Como toda pesquisa de campo, a descrição da amostra deu-se por meio de frequência e observação.

Como em todo processo de pesquisa é relevante saber qual é o perfil socioeconômico dos respondentes, e nesta primeira seção, apresentaremos os dados relativos à idade, grau de instrução, renda familiar, tempo na atividade, área de cobertura, problemas com a coleta do mel, quantidade de caixas, produtividade e tempo de associado.

Portanto, para a primeira questão no que diz respeito à idade dos participantes (Gráfico 1), pode-se constatar que 25% estão entre 46 e 50 anos e 17,86% estão entre 41 e 45 anos, seguidos também por 17,86% de produtores com 66 e 70 anos e 14,29% dos que estão entre 56 e 60 anos, 10,71% estão entre 51 e 55 anos e também com 10,71% entre 61 e 65 anos e por fim 3,57% entre 36 e 40 anos, que revelam a existência de várias faixas etárias entre os produtores, que vão dos 36 aos 70 anos de idade.

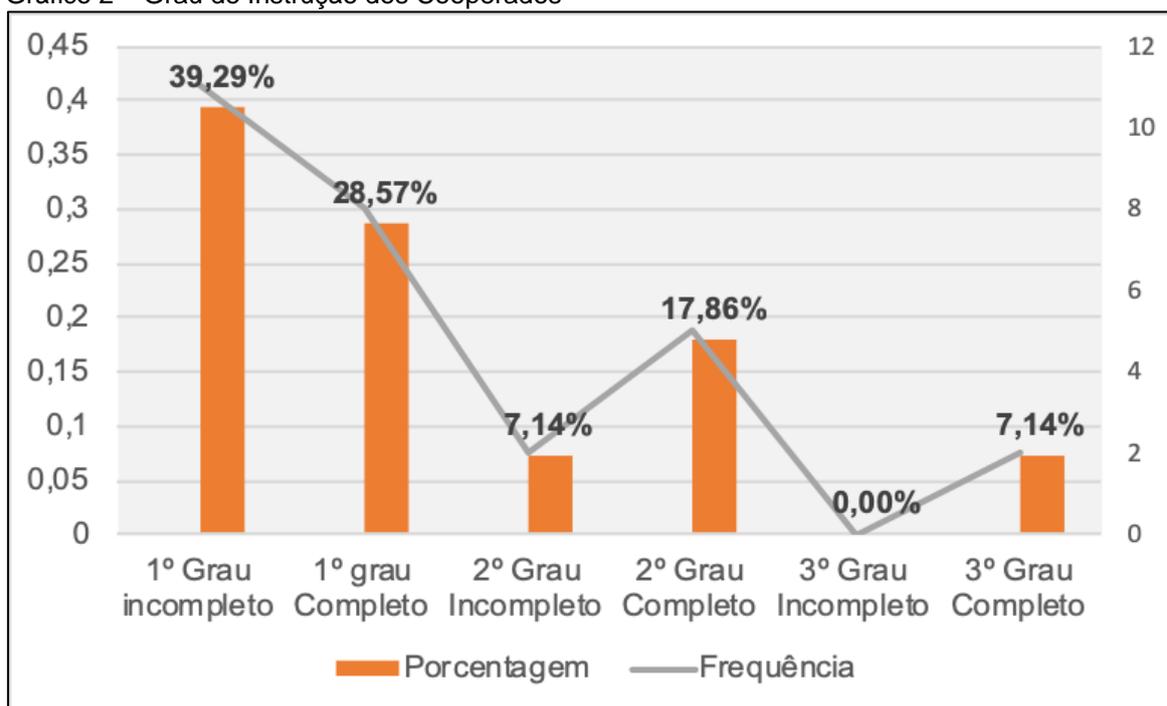
Gráfico 1 – Distribuição dos participantes da amostra quanto à idade



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quanto ao grau de instrução da amostra (Gráfico 2), nota-se que a maioria dos respondentes, ou seja, 39,29%, não possuem o 1º grau completo, 28,57% possuem o 1º grau completo e 17,86% concluíram o 2º grau. Apenas 7,14% têm o ensino superior completo e os mesmos 7,14% o 2º grau incompleto. Verifica-se variação em diversos níveis de escolaridade entre os produtores.

Gráfico 2 – Grau de Instrução dos Cooperados



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quanto ao poder aquisitivo dos produtores relacionados na amostra, constata-se que a renda familiar dos produtores aqui analisadas não estão unicamente associadas ao mel, pois há outras atividades complementares, onde 57,14% possuem renda familiar de 1 a 3 salários mínimos mensais e 35,71% enquadram-se na faixa de quatro a seis salários mínimos mensais. Observa-se que 92,85% recebem de 1 a 6 salários mínimos, 3,57% menos de 1 salário mínimo e 3,58% mais de 10 salários mínimos. Constata-se, desse modo, que a cooperativa tem, como público alvo, pequenos e médios produtores, sendo que a atividade da apicultura serve de complemento à renda de todos (Tabela 1).

Tabela 1 - Renda familiar total dos cooperados incluindo o mel na Região Oeste do PR - ano.

Salários	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
Menos de 1 salário mínimo	1	3,57%	3,57%
1 – 3 salários mínimos	16	57,14%	60,71%
4 – 6 salários mínimos	10	35,71%	96,43%
7 – 10 salários mínimos	0	0,00%	96,43%
Mais de 10 salários mínimos	1	3,57%	100,00%
Total	28	100,00%	

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Segundo a Coofamel (2019), os produtores em sua maioria são pequenos e médios, que têm a prática da apicultura como complemento da renda, ou seja, de

30% a 40% do sustento destes produtores advém da extração do mel, mas existem também produtores que se mantêm com 100% dos recursos advindos da atividade.

Por isso, o tempo de atividade diz muito sobre a qualidade e quantidade de extração do produto que é fonte de renda para todos, seja como complemento ou receita total. Nota-se então que a maior parte dos respondentes, isto é, 64,29%, trabalham há mais de 10 anos e 21,43% têm entre 7 e 10 anos de atuação na atividade. Dessa forma, observa-se que 85,72% dos entrevistados possuem de 7 a mais de 10 anos no cultivo da apicultura, o que, de certa forma, é um diferencial, e que 3,57% estão entre 1 a 3 anos e 10,71% entre 4 a 6 anos de experiência. Constata-se que para a IG a experiência nas práticas de manejo e cultivo é primordial para a qualidade do produto com essa característica (Tabela 2).

Tabela 2 - Tempo dos produtores na atividade do mel.

Menos de 1 ano	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
1 - 3 anos	1	3,57%	4%
4 - 6 anos	3	10,71%	14%
7 - 10 anos	6	21,43%	36%
Mais de 10 anos	18	64,29%	100%
Total	28	100,00%	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O tempo de atividade na cultura melhora e aprimora os métodos de extração e qualidade do mel, sabe-se também que o tamanho da área cultivada, localização e áreas de preservação são ideais para a apicultura. Portanto, relata-se que como grande parte da produção de mel é de abelhas *da espécie Apis mellífera (abelha européia) e com ferrão*, porém os produtores trabalham também com a abelha da espécie *Tetragonista angustola*, vulgarmente chamada de Jataí (sem ferrão), que tem certificação de IG. No entanto, como a coleta em sua maioria acontece em áreas de mata silvestre, a relação da área de cobertura, onde estão as abelhas (*Europa e Jataí*) dos produtores dessa amostra, são apresentadas a seguir. Constatando-se que 46,43% estão em área de cobertura de 1 a 3 alqueires de mata; 32,14% em 4 a 6 alqueires, representando que 78,57% dos enxame de abelhas estão entre 1 e 6 alqueires de área de mata silvestre; 17,86%, em área de cobertura de 7 a 10 alqueires e somente 3,57% têm uma área superior a 10 alqueires para as suas abelhas (Tabela 3).

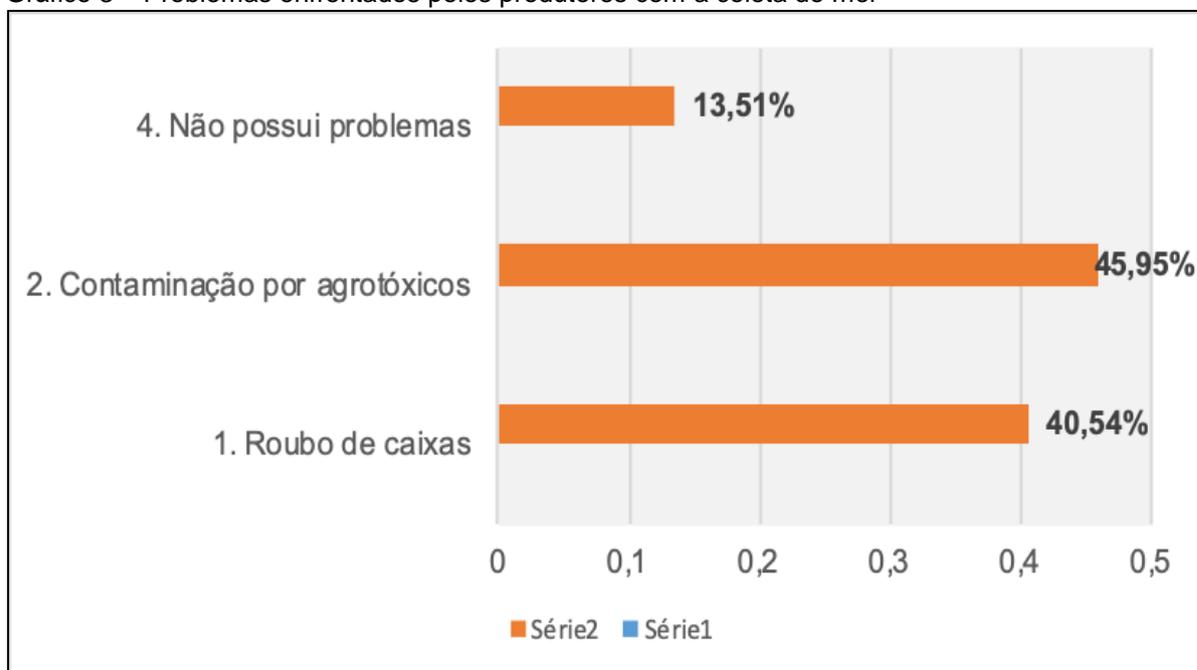
Tabela 3 – Área de cobertura.

Área de Cobertura	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
Menos de 1 alqueire		0,00%	0,00%
De 1 - 3 alqueires	13	46,43%	46,43%
De 4 - 6 alqueires	9	32,14%	78,57%
De 7 - 10 alqueires	5	17,86%	96,43%
Mais de 10 alqueires	1	3,57%	100,00%
Total	28	100,00%	

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Mesmo tendo grande parte de suas caixas em áreas de mata silvestre onde estão suas abelhas (*Apis mellífera*⁴), - com ferrão; a Jataí sem ferrão, os problemas da contaminação e roubo são um agravante à qualidade do mel e à capacidade produtiva dos apicultores. Assim, quando perguntados acerca dos problemas na coleta do mel (Gráfico 3), 40,54% dizem ter problemas com roubos; e 45,95% afirmam ter problemas apenas com agrotóxicos, e 13,51% dizem não ter problemas com nenhuma das alternativas citadas. Como a Região Oeste do Paraná é bastante agrícola, fica evidente o grande percentual de respostas com relação à contaminação por agrotóxicos como um dos problemas relativos à qualidade do mel.

Gráfico 3 – Problemas enfrentados pelos produtores com a coleta do mel



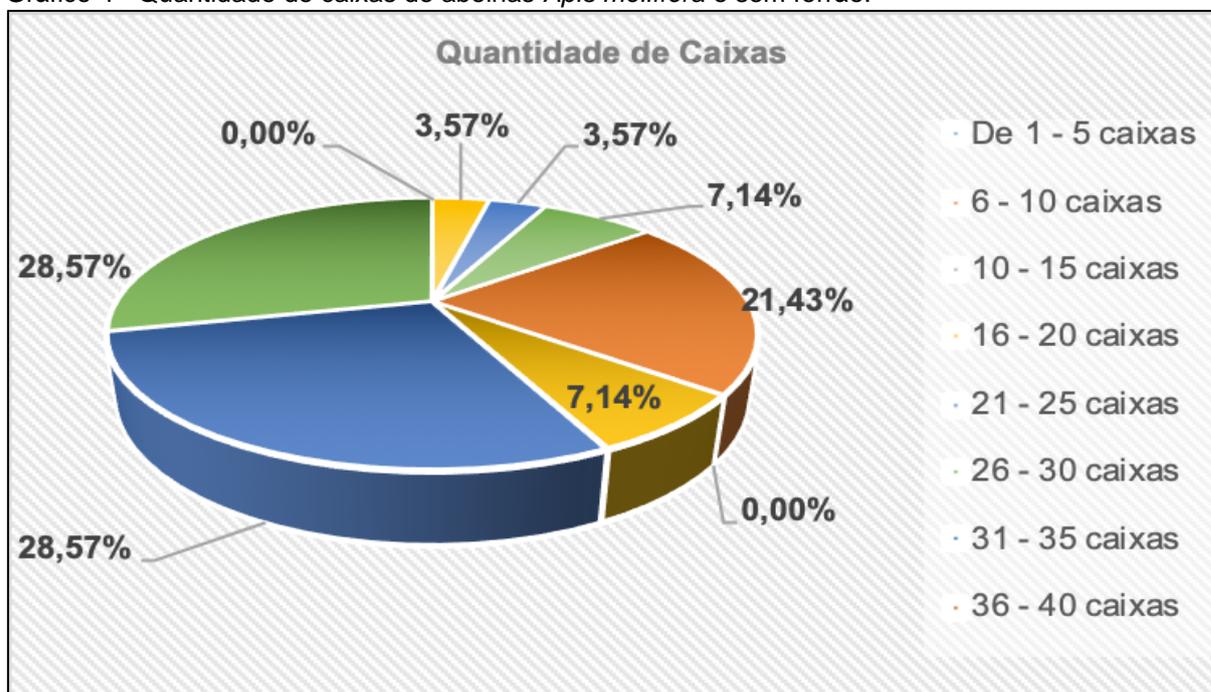
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

⁴ O cruzamento natural entre a abelha africana (a.m. scutellata) e as abelhas europeias existentes no Brasil originou a abelha africanizada (*Apis mellífera*), criada até os dias atuais. Suas principais características são alta resistência a doenças e defensivos e boa produção de mel (ARNHOLD, 2016).

Mesmo com os problemas de contaminação os apicultores possuem caixas em áreas silvestres de duas espécies; as abelhas (*apis mellífera*) ou abelhas com ferrão e as abelhas sem ferrão, onde enquadra-se a (*Jataí*) que produz o mel de IG, contribuindo para melhorar a qualidade do mel.

A quantidade de caixas de abelhas varia de acordo com a forma que cada produtor trabalha, pois exige tempo e dedicação, manutenção adequada, técnicas de manipulação, higiene na colheita e, principalmente, a segurança alimentar. No entanto, quando perguntados sobre a quantidade de caixas de abelhas que possuem do tipo (*Apis mellífera*) com ferrão ou sem ferrão (*Jataí*), 28,57% responderam ter entre 51 e 100 caixas e com a mesma proporção (28,57%), mais de 100 caixas, variando entre (150 – 250) caixas; 21,43% responderam ter entre 36 e 40 caixas (Gráfico 4). Considerando que cada caixa produz, em média, 30 a 40 kg advindas da espécie *Apis mellífera*, conforme dados extraídos entre os produtores, a produtividade torna-se considerável, dependendo da quantidade de caixas de cada produtor e dos que seguirem as orientações corretas para cada período de entressafra, que resulta em maior produtividade e rentabilidade (COOFAMEL, 2019).

Gráfico 4 - Quantidade de caixas de abelhas *Apis mellífera* e sem ferrão.



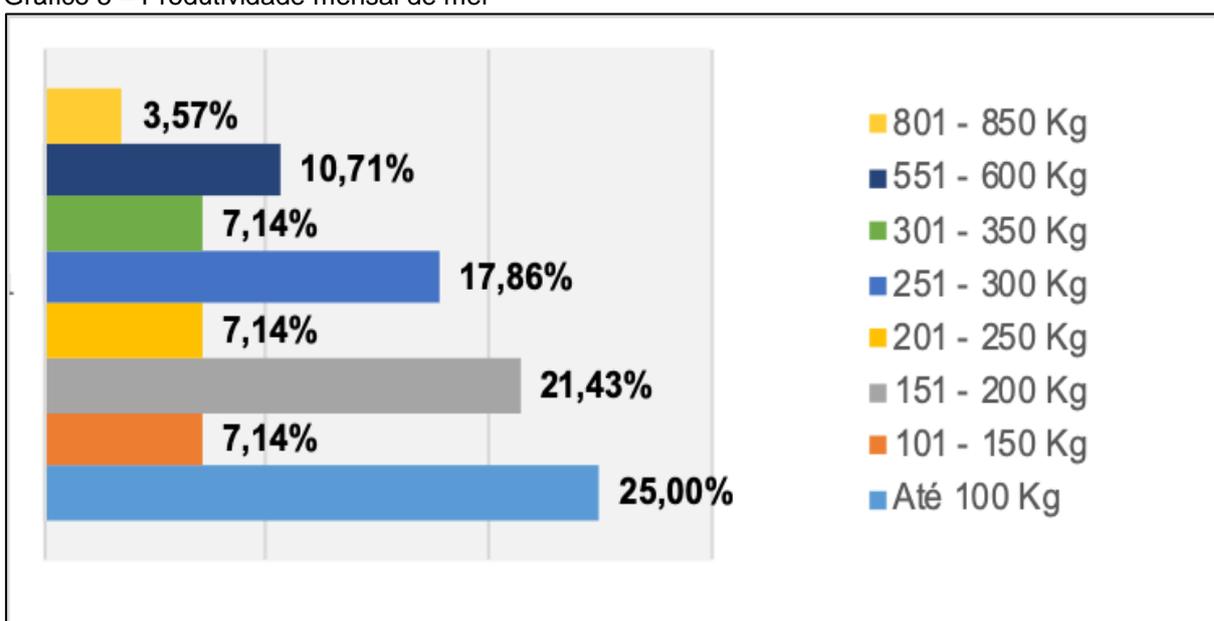
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Outro problema enfrentado pelos produtores diz respeito à produtividade que, devido às condições climáticas, neste ano (2019), não vem ajudando a

produção. Em alguns períodos houve seca e, conseqüentemente, baixa produção de mel, uma vez que, como as abelhas são insetos sensíveis, com o alto calor, elas buscam ventilar a colmeia e reduzir o forte calor corporal delas. Outra característica da seca é que o calor faz as larvas morrerem e as abelhas abandonarem a colmeia, prejudicando a sua produtividade (COOFAMEL, 2019).

No entanto, quando perguntados sobre a produção mensal dessas caixas de abelha *Apis mellífera* (abelha européia) e Jataí, a maioria dos respondentes (25%) dizem produzir até 100 kg de mel por mês, 21,43% produz de 151 a 200 kg por mês e, em terceiro lugar, com 17,86%, de 251 a 300 kg de mel por mês, totalizando 64,29%. Se considerarmos a produção de 100 a 200 kg, teremos um percentual de 53,57%, ou seja, mais da metade da produção está neste nível de produtividade (Gráfico 5). Como já mencionado, a maior parte da produção de mel é *Apis mellífera* (abelha européia), e a produtividade depende de fatores climáticos e humanos. No entanto, o grande problema enfrentado é a contaminação por agrotóxicos, que pode matar as abelhas e contaminar o mel, diminuindo a produtividade, e principalmente a qualidade característica da IG do mel de Jataí, além dos fatores climáticos como a seca e o excesso de chuvas que também interferem de forma negativa na produtividade e qualidade do produto.

Gráfico 5 – Produtividade mensal de mel



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

As abelhas se adaptam a diferentes ambientes, porém as diversas condições climáticas da região e principalmente as práticas de manejo com a aplicação de defensivos são uma preocupação ao desaparecimento das populações de abelhas, devido ao papel polinizador que desempenham nas culturas agrícolas.

No que concerne ao tempo de associado à cooperativa (Tabela 4), nota-se que houve uma mesma proporção entre produtores com tempo de associativismo de 4 a 6 anos e com mais de 10 anos, ou seja, 32,14%, juntas as duas categorias totalizam 64,28%. Se considerar-se que a cooperativa tem pouco mais de 12 anos, esse percentual torna-se significativo, pois mais da metade tem entre quatro e 10 anos, conforme os respondentes entrevistados.

Tabela 4 - Tempo de Associado à Cooperativa Coofamel.

Tempo de Associado	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
1. Menos de 1 ano	1	3,57%	3,57%
2. 1 – 3 anos	4	14,29%	17,86%
3. 4 – 6 anos	9	32,14%	50,00%
4. 7 – 10 anos	5	17,86%	67,86%
5. Mais de 10 anos	9	32,14%	100,00%
Total	28	100,00%	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O resultado também é compatível com a média de idade dos cooperados da amostra e com o tempo atual na produção de mel. As variáveis como a idade e tempo na produção de mel, com o tempo de associado são relevantes para dar credibilidade à atividade e ao produto, pois, em sua maioria, os produtores possuem larga experiência com a atividade, facilitando, assim, os trabalhos da cooperativa quanto à qualidade do mel por técnicas de manejo adequadas.

4.1.1 Reflexão sobre os perfis socioeconômicos

Conforme a descrição da amostra pode-se observar que as informações gerais que caracterizam o perfil dos respondentes, tem o seu universo composto pela idade de 36 e mais de 70 anos; com escolaridade de ensino fundamental completo e incompleto para a maioria; renda familiar de 1 a 3 salários mínimos; desenvolvendo-se a atividade, há mais de 10 anos, possuem em sua maioria de 51 a 100 caixas de abelhas produtoras de mel; produzem até 100 Kg de mel por mês, conforme as respostas da maioria; Possuem problemas com a contaminação por agrotóxicos e roubo de caixas; existe a parceria mútua entre os cooperados por

meio de troca de informações e experiências. Por fim, em sua maioria, atuam há mais de 10 anos como cooperados da Coofamel.

Granovetter (1983) afirma que uma relação é a combinação do componente emocional, confiança, reciprocidade e, principalmente, quantidade de tempo em que ela existe, ou seja, essa ligação forte a alguém no contexto de uma rede social é importante, pois as experiências adquiridas com o tempo e aqueles ao seu entorno também serão ligadas a você, porém são os laços fracos que expandirão os seus relacionamentos para além de sua base.

Diante das respostas auferidas, fica evidente que o tempo de associação do cooperado e a experiência na apicultura são características relevantes da amostra, tanto que, em uma breve análise empírica, identificou-se grande experiência no manejo das abelhas por parte dos apicultores. Mas o principal motivo está no conhecimento adquirido durante a vida, cujas observações e conhecimentos transmitidos de pai para filho proporcionam um conjunto de informações que estão há muitos anos sendo geridas entre as pessoas da família do produtor.

No entanto, todos esses dados preliminares de informações servirão como balizadores para o restante do estudo, pois contribuem para algumas perguntas da investigação sobre a existência de benefícios por parte dos cooperados com a IG, Custo de Transação, entre outros.

As informações sobre a amostra são valiosas no contexto a respeito da análise do perfil dos cooperados, fornecendo base para as demais análises e a sua influência na percepção dos problemas do estudo. Os próximos quatro tópicos respondem à questão central do estudo.

4.2 BENEFÍCIOS AOS COOPERADOS

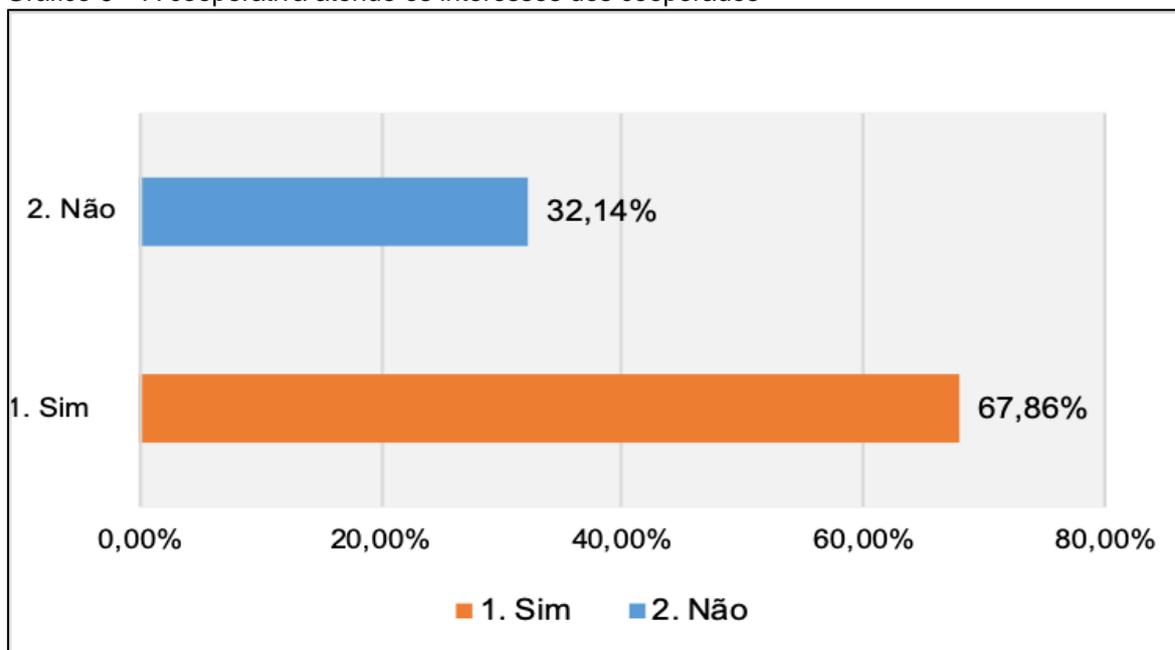
Para Nierdele (2013), a IG favorece a cooperação, agrega valor, possibilita ganho de mercado e renda, melhorando a produtividade e a competitividade dos envolvidos no processo.

Como forma de identificar se essas questões são realmente os fatores relevantes que beneficiam os produtores, ou se, na realidade, isso acontece de forma diferente, os próximos parágrafos visam responder tais indagações.

Para a primeira questão sobre a existência de parceria entre os cooperados, com relação ao envolvimento da cooperativa em prol dos interesses dos associados,

a maioria, cerca de 67,86%, acredita que a cooperativa atende aos interesses, às necessidades e aos serviços, e, para 32,14%, a cooperativa não atende aos interesses coletivos dos cooperados (Gráfico 6).

Gráfico 6 – A cooperativa atende os interesses dos cooperados



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observa-se que o índice de produtores que dizem não ter seus interesses atendidos pela cooperativa é alto, pois, segundo os cooperados, o preço praticado pela cooperativa na compra do mel ainda é baixo o que desestimula os cooperados com relação ao cultivo e produção de mel, sendo este um dos fatores mais determinantes para o descontentamento dos produtores segundo os respondentes; falta atendimento adequado aos cooperados, ou seja, para 32,14% o atendimento administrativo possui problemas e devem ser corrigidos para aprimorar a cooperativa. Dentre as reclamações dos cooperados respondentes estão a falta orientação técnica e informações de conteúdo prático, assim para os produtores, a demora entre uma visita técnica na propriedade para tirar dúvidas é um agravante, pois elas são realizadas a cada quarenta dias.

Para os respondentes, quando os problemas ocorrem, eles necessitam de urgência nessas informações; a comunicação ainda é deficitária, no sentido de que existem muitas falhas de comunicação e orientações repassadas aos produtores, gerando assimetria da informação. Percebe-se, nesse caso, há alguns problemas

como a quebra de contrato entre o agente econômico e os indivíduos quanto à prestação de serviço da cooperativa.

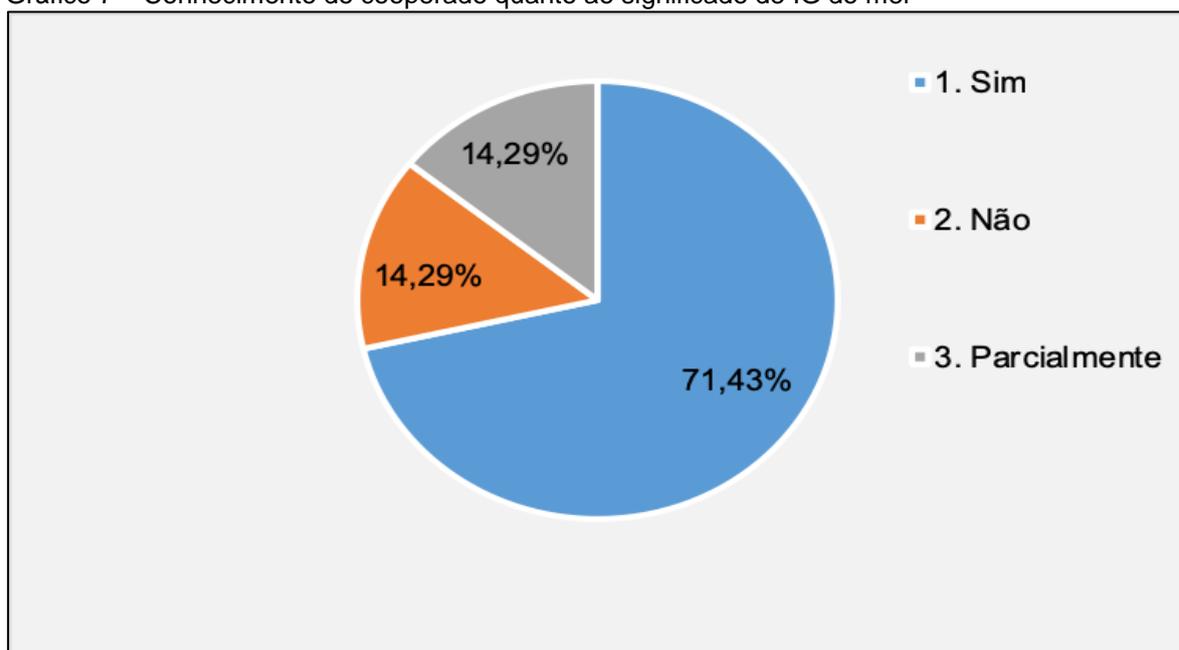
Ainda com relação aos interesses dos associados, segundo Williamson (1996), as empresas não conseguem prever todas as situações relativas a uma transação e, como os indivíduos, mesmo racionais, são limitados, as relações ficam incompletas.

A falha de comunicação e comportamento de interesse característica das relações geram incertezas e elevam os custos de transação em virtude da dificuldade dos agentes realizarem suas negociações, podendo modificar a estrutura de governança devido à especificidade do ativo e da incerteza (ROSSIN; CUNHA, 2018).

Em uma cooperativa deve haver um equilíbrio entre o ambiente interno e externo minimizando custos, melhorando a gestão do processo e promovendo harmonização entre os gestores, técnicos e cooperados em prol dos interesses e benefício de todos na eficiência da boa governança da organização (BÜTTENBENDER, *et al.*, 2017).

Quanto ao entendimento dos cooperados sobre o significado da IG verificado no (Gráfico 7), percebe-se que 71,43% dos respondentes sabem o que é, de fato, a Indicação Geográfica e a sua importância para a cooperativa e para os apicultores; 14,29% dizem não saber o significado e outros 14,29% sabem parcialmente. O número de apicultores que não sabe ou sabe parcialmente equivale a 28,58%. Para a implantação da IG, o ideal é que os produtores tenham ciência do que realmente representa, pois beneficiará a todos, qualificando e mobilizando os envolvidos em uma nova dinâmica de desenvolvimento territorial, dando ganho de escala e competitividade aos pequenos produtores (NIERDELE, 2013).

Gráfico 7 – Conhecimento do cooperado quanto ao significado de IG do mel



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Farina, Azevedo e Saes (1997) afirmam que a incerteza é intrínseca ao ambiente e quanto maior a incerteza mais complexa é a aplicação ou a realização do contrato entre ambas as partes. Como a visão estratégica da cooperativa é, num futuro próximo, todos os produtores estarem credenciados com a IG, é necessário que se trabalhe melhor a cultura da cooperativa e o conceito da IG junto aos seus membros e sócios.

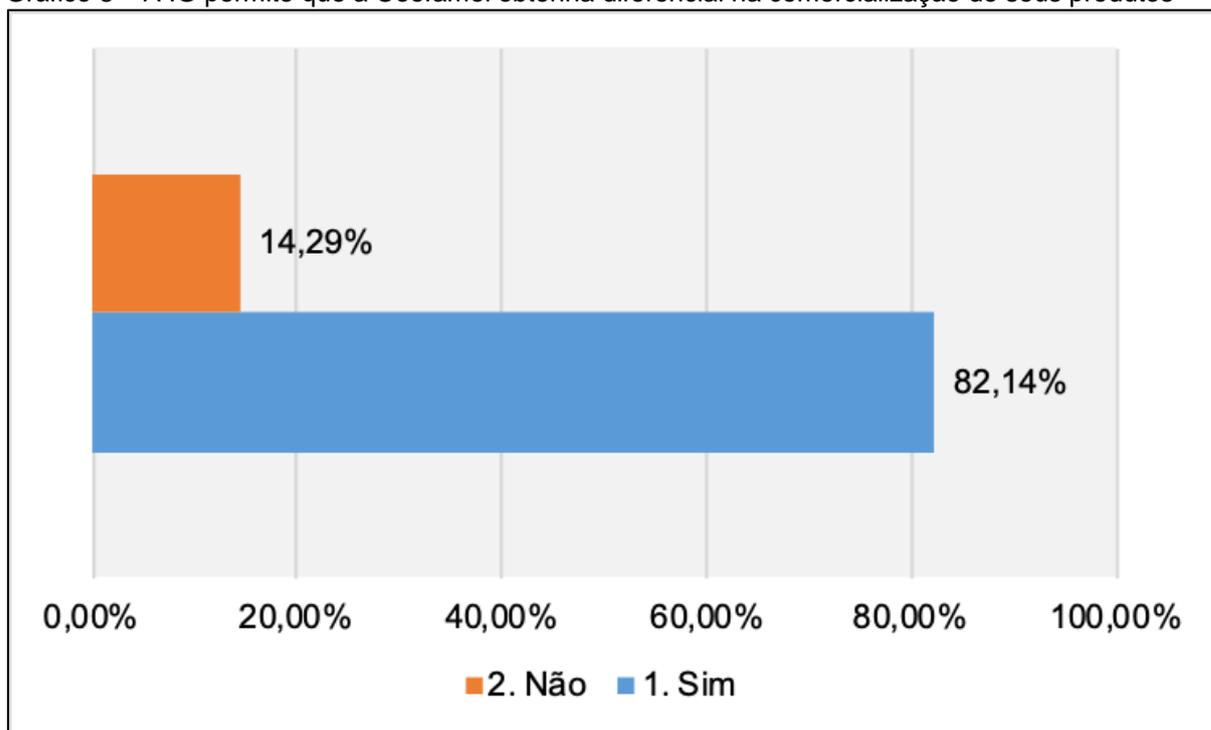
Williamson (1985, 1996), em seus estudos, privilegia a estrutura de governança como uma ferramenta de análise aos pressupostos de relacionamento, interligando o ambiente institucional às características comportamentais de cada indivíduo.

No que diz respeito aos ganhos da cooperativa com o benefício da IG, é eminente entre a maioria dos cooperados que a Coofamel terá escalabilidade e expansão de mercado, pois eles acreditam que em pouco tempo o mercado absorverá melhor os seus produtos e derivados.

Assim, conforme o Gráfico 8, os produtores, em sua maioria (82,14%), responderam que acreditam nos benefícios que a cooperativa obterá com a IG e, conseqüentemente, para comercializar os seus produtos, entretanto para 14,29% dos entrevistados o benefício da IG propiciará diferencial para comercializar os seus produtos.

A relação que se pode fazer entre a questão (A IG permite que a Coofamel obtenha diferencial na comercialização de seus produtos?) e a questão no Gráfico 8 (A cooperativa atende os interesses dos cooperados?) é que, para alguns dos produtores, a IG beneficiará e contribuirá para a cooperativa, porém não o fará para o produtor de forma direta, mas sim indiretamente.

Gráfico 8 – A IG permite que a Coofamel obtenha diferencial na comercialização de seus produtos



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Percebe-se que os produtores estão certos que a cooperativa terá diferencial para comercializar os seus produtos, mas estão duvidosos com a IG em relação aos benefícios dela de forma individual a cada um. Cabe à cooperativa identificar as falhas na percepção que os cooperados possuem quanto a IG e sua relação no processo levando ao encontro dos objetivos organizacionais.

A falha de informação prejudica o entendimento dos associados e conseqüentemente interfere na gestão da organização, gerando dúvida e incerteza sobre o desempenho econômico da cooperativa. Porém, conforme North (1990), informações apresentadas diversas vezes diminuem a incerteza e o risco de assimetria de informação, neste caso, um trabalho realizado exaustivamente leva as partes envolvidas ao conhecimento umas das outras, construindo uma reputação favorável de confiança e credibilidade entre elas por meio do bem comum. Por isto

quanto mais tempo os cooperados e cooperativa atuarem juntos, mais eficiente se torna a atividade e a cooperação.

Com relação à importância da IG no auxílio e acesso a novos clientes, 42,86% acreditam que o acesso a novos clientes se realizará por meio da Coofamel; 28,57% quase sempre; 21,43%, às vezes e 7,14% dizem que nunca acontecerá (Tabela 5) Apesar de grande percentual acreditar na ação positiva do IG, alguns produtores levantam dúvidas de tal fato ou ainda não têm certeza. Pode-se considerar uma característica da assimetria de informação entre os envolvidos no processo porque para eles a certificação ainda é recente.

Tabela 5 - A IG permite que a Coofamel tenha maior acesso à clientes.

Opinião	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
1. Nunca;	2	7,14%	7,14%
2. Às vezes;	6	21,43%	28,57%
3. Quase sempre;	8	28,57%	57,14%
4. Sempre	12	42,86%	100,00%
Total	28	100,00%	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Percebe-se que os respondentes da alternativa (*quase sempre*) representam 28,57%, mesmo não sendo a maioria, isso demonstra uma necessidade de a cooperativa prestar atenção neste resultado e trabalhar para não prejudicar o modelo de negócio, levando os envolvidos à dúvida que é característica de uma especificidade relacionada exatamente à transação. Farina, Azevedo e Saes (1997), assinalam que quanto maior a especificidade, maiores serão as necessidades de proteção exigindo ações para o maior controle destes ativos.

North (1990) usa a teoria dos jogos para explicar tal fenômeno: a falta de informações sobre o modelo e os demais jogadores dificulta a cooperação. Diante das respostas anteriores e da observação no campo da pesquisa, percebe-se a existência de produtores insatisfeitos.

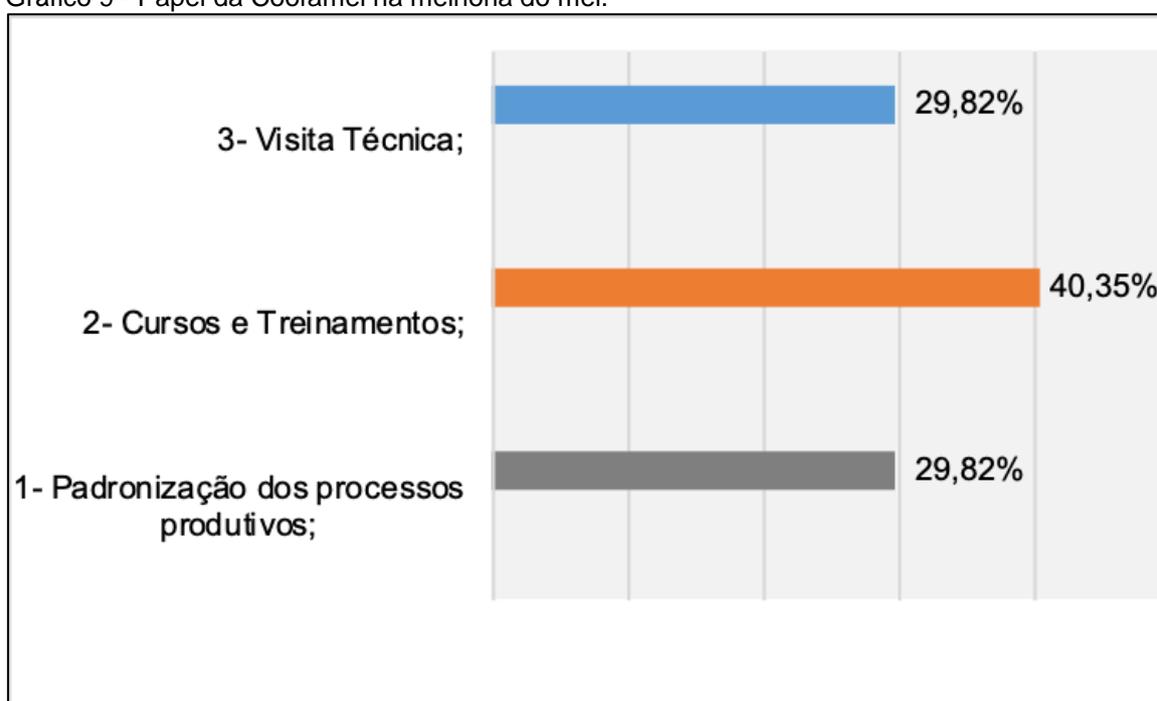
Isso mostra a percepção do cooperado em relação à cooperativa, principalmente com os serviços prestados e informações transmitidas por parte da Coofamel. Neste sentido, aprimorar os serviços e comunicação eliminaria significativamente o número de cooperados descontentes.

North (1990) afirma ainda que a quantidade de jogadores dificulta o processo de transparência nas informações. O pressuposto essencial para formar cooperados está condicionado à clareza e percepção do modelo de negócio como

fundamental em uma cooperação, pois, através deles, os envolvidos podem trabalhar as informações e melhorar os processos de comunicação para que os resultados e os ganhos possam beneficiar a todos.

No que diz respeito ao papel da Coofamel na melhoria da produção do mel (Gráfico 9), 40,35% dizem ser cursos e treinamentos ofertados pela cooperativa, 29,82% referem ser as visitas técnicas e outros 29,82% mencionam a padronização dos processos produtivos. Apesar de existirem desafios a cooperativa contribui com treinamentos e capacitações.

Gráfico 9 - Papel da Coofamel na melhoria do mel.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

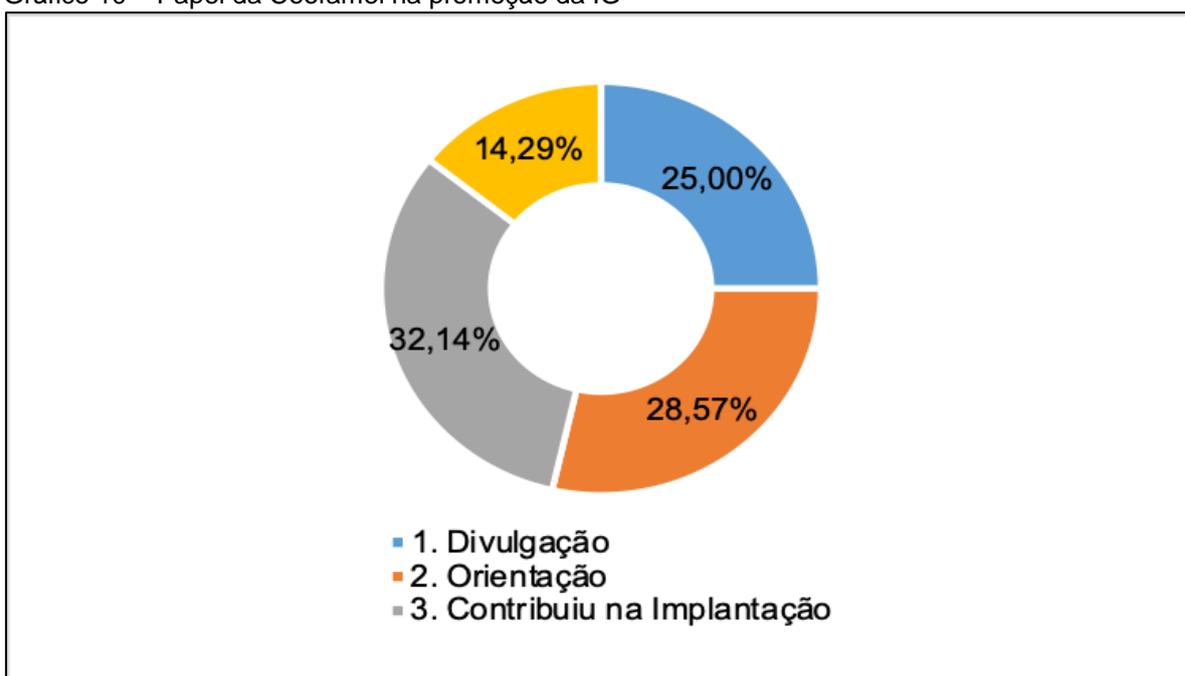
Nierdele (2013) comenta que a cooperação agrega valor ao produto por meio da valorização dos modos de produção tradicionais, dando maior competitividade, ampliação de mercados, e preservando a biodiversidade. Essa argumentação constitui a relação direta necessária ao processo de obtenção e manutenção da qualidade, conforme a dinâmica do território, onde se configuram técnicas e práticas adequadas de manejo.

Mesmo que alguns cooperados ainda duvidem dos benefícios do papel da IG na busca de novos mercados, nota-se que os treinamentos, as visitas técnicas e a padronização dos processos produtivos são difundidas pela cooperativa constantemente como meio de melhoramento do processo produtivo e de sua

multifuncionalidade no meio rural. Isso revela ainda o contexto de hibridização da qualidade, conciliando os métodos de produção tradicionais às técnicas inovadoras necessárias à competitividade dos mercados conforme resposta do (Gráfico 11).

Portanto, quando perguntados sobre a importância da Coofamel na promoção da IG (Gráfico 10), 32,14% responderam ser a contribuição na implantação, pois a cooperativa deu início às primeiras ações para que tudo acontecesse; 28,57% apontaram a orientação, principalmente com relação às novas práticas de coleta e manejo das abelhas, através de cursos e treinamentos específicos para padronização dos processos; 25% indicaram a divulgação, levando aos produtores as formas de produção e propaganda da IG e, por fim, 14,29% referiram à valorização do produto, pois, para eles, a cooperativa teve um papel relevante com a valorização da marca e do produto junto ao mercado.

Gráfico 10 – Papel da Coofamel na promoção da IG



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

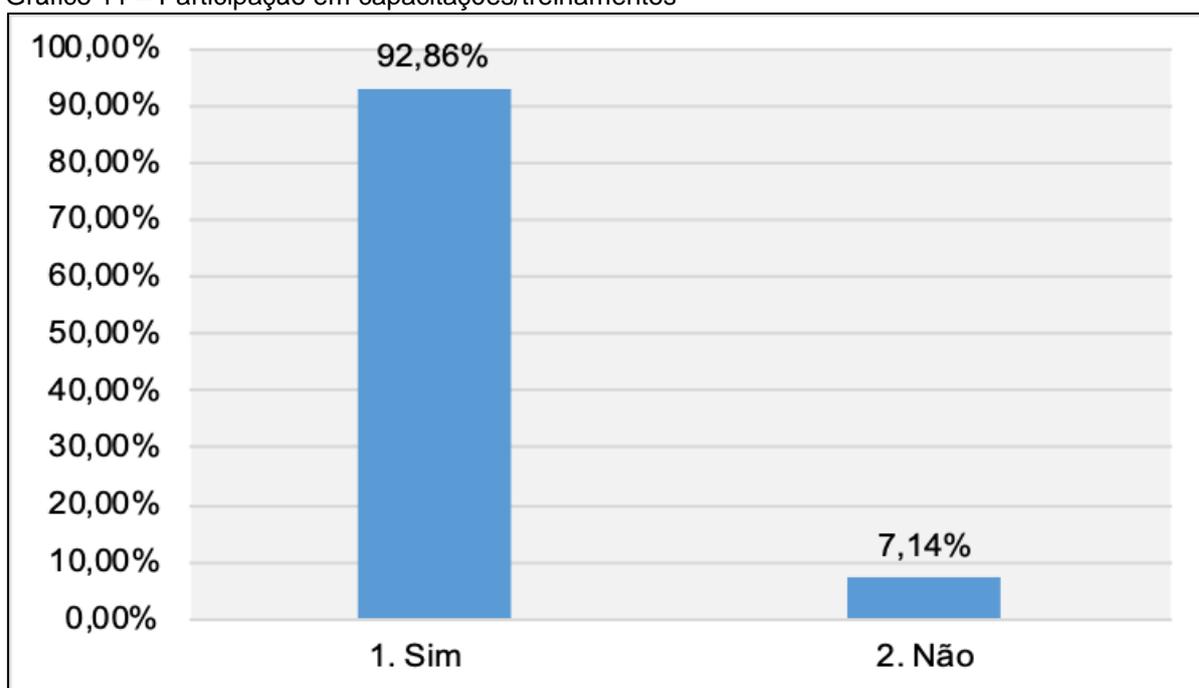
Observa-se que cooperativa atuou na promoção da IG do mel de diversas formas, com a divulgação, orientação e implantação, que deram aos cooperados a oportunidade de melhorarem seus produtos com diferencial de qualidade necessário ao título de IG característico de origem.

Com relação à participação dos cooperados em programas de capacitação e treinamentos da cooperativa (Gráfico 11) observa-se que 92,86% dos apicultores

participam das capacitações oferecidas pela Coofamel, e apenas 7,14% dizem não participar. Assim, este resultado evidencia que a maioria dos envolvidos nesse processo estão comprometidos com qualificação e melhoria dos processos produtivos do mel.

Conforme os respondentes fica constatado no gráfico abaixo que, mesmo com o alto índice de participação nos eventos da cooperativa, um pequeno número de cooperados não participa, e que, de maneira assimétrica, não entenderão as regras e as condutas impostas pela organização, gerando atitudes e comportamentos individuais e custo de transação, isso porque um pensamento individual proporciona resultados irracionais que afetam o coletivo, prejudicando o envolvimento de todos em prol de um objetivo comum.

Gráfico 11 – Participação em capacitações/treinamentos



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quando perguntados se a IG permitiu aumento de produção e renda, 42,86% dos respondentes dizem que ainda não foi possível perceber tal fato, porém acreditam que melhorará no futuro; 28,57% não acreditam que a IG poderá alavancar a sua produção e renda e outros 28,57% consideram que, com a IG, foi possível aumentar a sua produtividade e renda. No entanto para 71,43% a IG não permitiu aumento de produção e renda, pois está em fase inicial (2 anos de

existência), sendo que para alguns produtores, a IG proporcionará apenas ganho econômico para a cooperativa (Tabela 6).

Tabela 6 - A IG permitiu aumento de produção e renda.

Opinião	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
Não	8	28,57%	28,57%
Ainda não, mas acredita	12	42,86%	71,43%
Sempre	8	28,57%	100,00%
Total	28	100,00%	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com Williamson (1996), as informações e as opiniões divergentes advêm da racionalidade limitada de cada indivíduo e, principalmente, da incerteza do ambiente organizacional e do oportunismo. Tal falha resulta de fatores racionais que geram resultados irracionais.

Segundo os respondentes, ainda não é perceptivo, pois é recente a IG aos cooperados. Cabe a eles, neste caso, confiar nos mecanismos de governança (*contratos, por exemplo*) entre cooperativa e cooperados, enquadrando-se ao novo modelo de negócio para que sejam efetivos e rápidos os resultados almejados. Sobre tal argumentação, Williamson (1985) aborda o poder adaptativo dos envolvidos, referenciando a adaptação cooperativa, por meio de uma coordenação entre os participantes com a finalidade de readequar as soluções da organização, promovendo benefício a todos.

Quanto à satisfação dos cooperados com a IG do mel, observa-se que 35,71% concordam, ou seja, acreditam que a IG está atendendo os seus interesses; 28,57% discordam totalmente, portanto não estão satisfeitos; 21,43% discordam parcialmente e 14,29% concordam totalmente (Tabela 7).

Tabela 7 – Satisfação dos cooperados quanto a IG do mel

Opinião	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
1. Discordo Totalmente;	8	28,57%	28,57%
2. Discordo Parcialmente	6	21,43%	50,00%
3. Concordo;	10	35,71%	85,71%
4. Concordo Totalmente	4	14,29%	100,00%
Total	28	100,00%	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Para os produtores que não estão satisfeitos, existe muita divergência com relação a cooperativa e sua forma de governança, constatado através da (Tabela 9). Problemas de coordenação e assimetria de informação em relação aos serviços

prestados e à cultura da IG perante os cooperados ficaram evidentes durante a estratificação da amostra, ou seja, a cooperativa não consegue de forma eficiente transparecer aos cooperados a sua metodologia de trabalho.

Os aspectos de coordenação e estrutura de governança cooperativa, não conseguiram transparecer o real papel da Coofamel neste processo, de forma que a real importância da IG e seu papel dinamizador da cultura do mel não sejam percebidos como benefícios e ganho econômico aos envolvidos.

4.2.1 Reflexão quanto aos resultados dos benefícios

A reflexão sobre os benefícios percebidos pelos cooperados com a IG do mel, os fatores de conceituação da IG; a coordenação; a comunicação; o diferencial competitivo; a participação e a estrutura de governança foram identificadas como pontos relevantes na estratificação junto aos cooperados.

Os resultados obtidos indicam que a cooperativa atende os interesses dos associados, porém existe uma parcela que se diz não satisfeita, pois, para eles, o único benefício é auferido para a cooperativa.

Evidenciou-se também que a IG permitiu maior acesso aos mercados e à comercialização dos produtos para a cooperativa e não para os produtores, ou seja, a IG melhorou o processo produtivo e a qualidade dos produtos. Contudo, não são perceptivos os resultados aos produtores, visto que o preço pago pela cooperativa ainda é baixo.

A pesquisa mostra que a Coofamel foi uma grande incentivadora da IG e importante no processo de implantação, sendo que, para 34,14% dos respondentes, ela foi necessária na implantação da IG; para 28%, ela teve o papel de orientadora no processo e, para 25% foi relevante pela divulgação.

Quanto às organizações que contribuíram para a implantação da IG na região Oeste do Paraná, conforme os respondentes, houve percepção em relação à atuação maior por parte do Sebrae/PR pelo plano de implantação e capacitação dos produtores quanto ao negócio, condicionando regras, normas e procedimentos documentais que auxiliaram a cooperativa no processo e pedido de concessão para produto com origem IG; a Unioeste atuou como grande parceira em estudos e pesquisas sobre as especificidades e a qualidade do mel que deram a característica de procedência ao mel da região; e cumpre mencionar as Prefeituras Municipais,

que deram todo o suporte necessário com relação à infraestrutura para que essas organizações pudessem se capacitar e pesquisar de forma adequada.

O ponto-chave da pesquisa permitiu identificar que existem muitos produtores que não identificaram os benefícios, os diferenciais e o aumento da produtividade e renda com a IG. Para 71,44% dos respondentes, isso ainda é muito incipiente e a cooperativa não está conseguindo transformar esse grande potencial em números para os produtores, por isso a satisfação de alguns cooperados com a IG ainda é baixa. Ostrom (1990) estudou o dilema social e o problema dos comuns buscando entender as variáveis que afetam o nível de cooperação e, conseqüentemente, como elas interferem nas normas e nas regras. Tanto que pode observar no estudo que a cooperação na Coofamel é uma ação difícil de acontecer, porque as informações podem não ser iguais para todos.

4.3 CUSTO DE TRANSAÇÃO

Uma organização relaciona-se por meio de contratos e a forma como são realizados e a estrutura de suas informações podem levar a uma integração eficiente entre os agentes e os indivíduos.

Conseqüentemente, o nível de informação do mercado pode interferir nos contratos e, assim, os contratos menos complexos estão sujeitos à assimetria de informação, atitudes oportunistas e, portanto, custo de transação. A incerteza surge das pessoas que não conhecem os parâmetros contratuais e de fiscalização, interferindo de forma negativa na execução deles (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997).

A importância dos contratos em uma estrutura de governança passa pela compatibilidade dos agentes com a finalidade de facilitar as trocas de serviços e produtos entre os agentes, afirma Rocha. Jr. (2001).

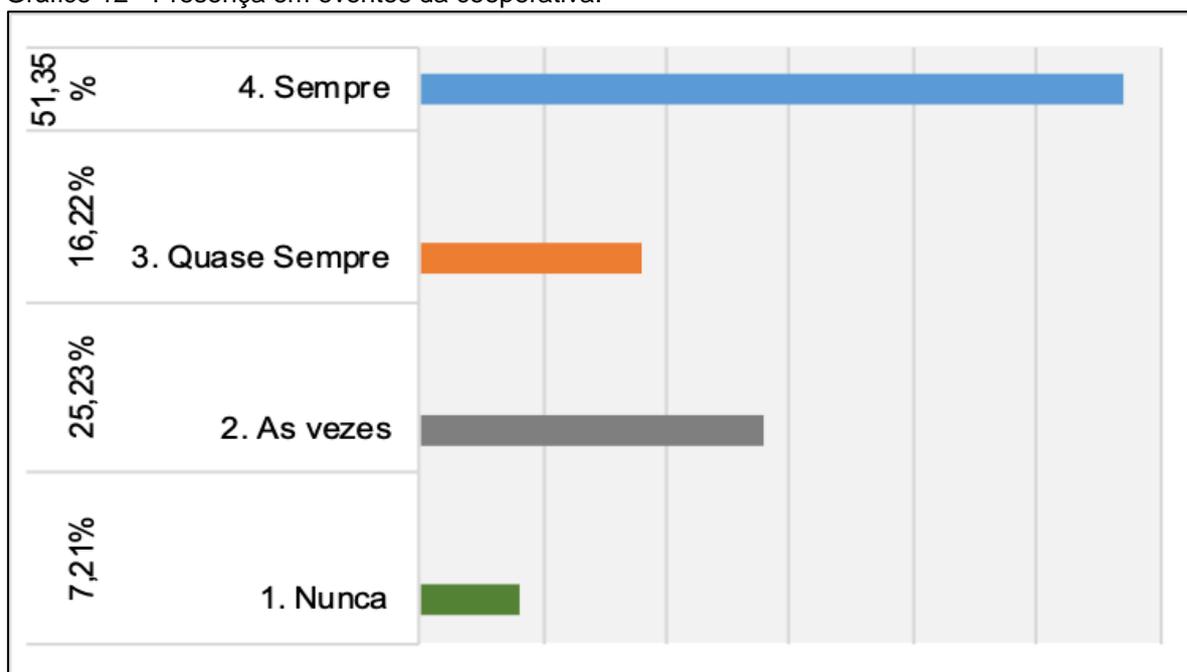
As organizações precisam ter uma estrutura de governança mais organizada como forma de diminuir os custos de transação. Como a relação cooperativa é classificada por um contrato relacional e muito longo, em que o relacionamento se desenrola conforme a necessidade, eles tendem a ser incompletos (WILLIAMSON, 1996). Por essa razão, as próximas questões visam analisar a presença de custo de transação nas relações entre a cooperativa e os cooperados e quais os pressupostos comportamentais são mais visíveis no estudo.

Como o relacionamento é componente indispensável nas transações, além de ser uma forma de facilitar a governabilidade de uma organização, a primeira pergunta dessa seção é com relação à participação dos cooperados.

Como alguns produtores participam pouco dos eventos da cooperativa gerando dúvidas e risco de uma incompletude contratual, Gráfico 12, apresenta a participação com que os cooperados participam em eventos da cooperativa. Percebe-se que a maioria dos produtores participa de todos os eventos, conforme a análise de presença do gráfico, porém existe um grande número que participa algumas vezes dos eventos da cooperativa.

A ausência nos encontros cooperativistas impede que o sistema de comunicação seja eficiente, ficando evidente a presença do custo de transação, a baixa participação de alguns cooperados pode significar assimetria de informação ou informação incompleta de forma que não atinja o indivíduo para sua participação.

Gráfico 12 - Presença em eventos da cooperativa.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

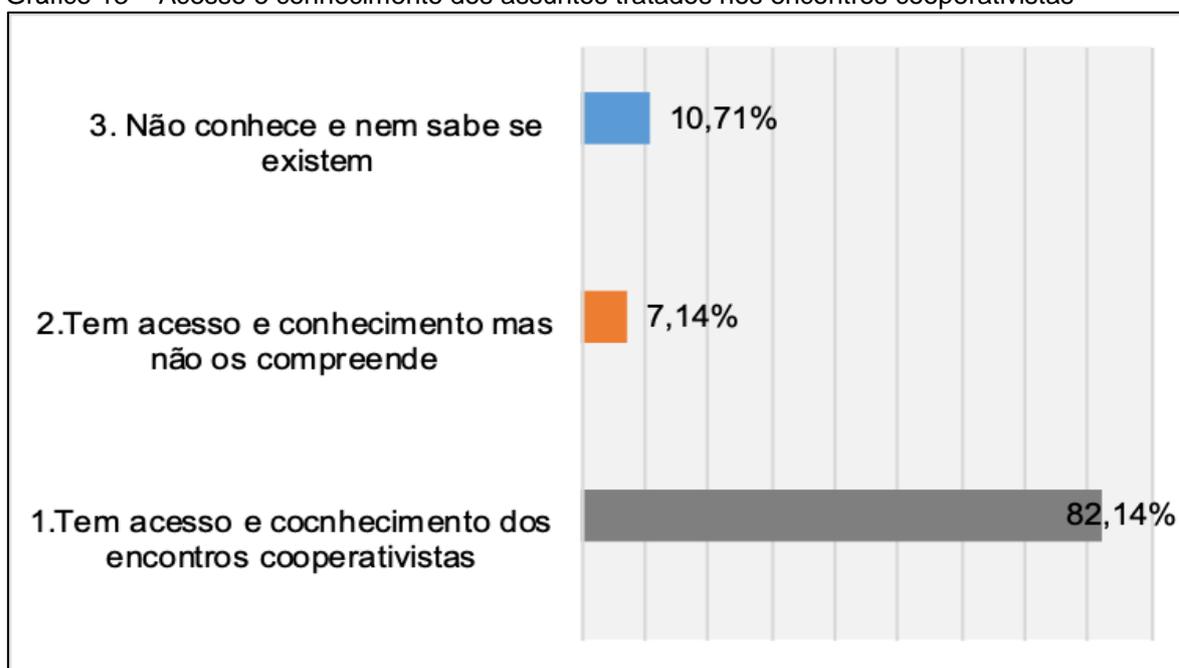
A existência ou a presença de lacunas pertinentes ao baixo envolvimento dos cooperados é um ponto importante para ser trabalhado pela cooperativa.

Para North (1990), a baixa participação de alguns cooperados aumenta os custos incorridos no contrato entre as partes. Entende-se que a participação em todos os eventos aproxima as relações entre o agente e o indivíduo, diminuindo a

incerteza. As condições para que esse comportamento seja, de fato, um compromisso, devem ser expostas nas ações com maior presença restringindo e limitando, a ação oportunista.

Para que isso aconteça os encontros devem beneficiar os cooperados e contribuir para o envolvimento de todos. No entanto, com relação ao acesso e aos conhecimentos dos assuntos tratados nos encontros cooperativistas (Gráfico 13), 82,14% dizem ter acesso e conhecimento sobre os assuntos tratados, outros 7,14% afirmam ir pelo acesso ao conhecimento, mas não compreendem o que é decidido e conversado e outros 10,71% dizem ter acesso ao conhecimento, mas não têm interesse e, por isso, não acompanham os encontros.

Gráfico 13 – Acesso e conhecimento dos assuntos tratados nos encontros cooperativistas



Fonte: Dados da pesquisa (2019).⁵

Observa-se que mesmo sendo um percentual pequeno dos cooperados que participam, têm acesso e conhecimento, mas não compreendem os assuntos tratados e dos que têm acesso ao conhecimento, mas não tem interesse, observa-se nessa análise, uma falha de comunicação gerada pela relação contratual entre cooperativa e cooperado, ou seja, não há uniformidade na coordenação e, por isso, é assimétrica.

⁵ Para Williamson (1996, p. 253) “o oportunismo e a racionalidade limitada são as principais suposições comportamentais nas quais a economia dos custos de transação depende”.

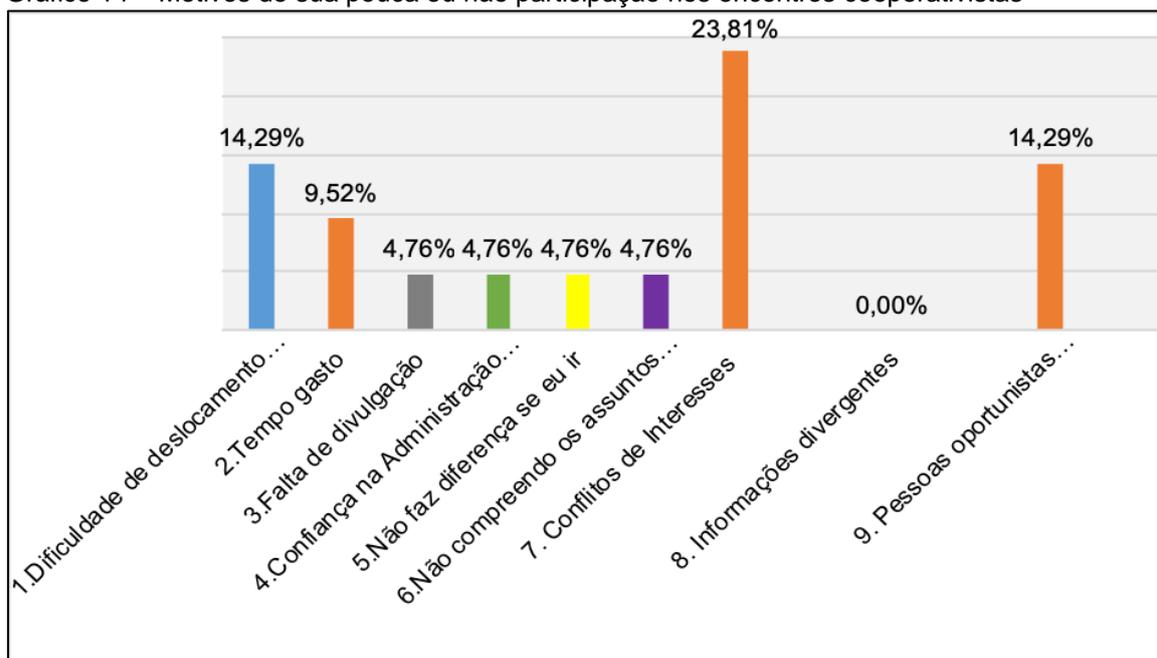
A baixa participação e conseqüentemente conhecimento dos assuntos tratados pode levar a organização e a sua estrutura de governança a questões variáveis como governar e empregar os recursos em prol da coletividade. Assim, os objetivos organizacionais e os objetivos dos indivíduos devem ser harmônicos (OSTROM, 1990).

A governança em uma cooperativa se aplica quando ela deixa de ser gerida por um único gestor e passa ser coordenada por terceiros tendo como responsabilidade minimizar conflitos e alinhar as estratégias em prol de todos (REZENDE, *et al.*, 2018)

Para que a estrutura de governança seja eficiente, é necessária clareza nas informações e participação de todos, por isso, North (1990) afirma que, em grupos numerosos, a tendência de falha de comunicação é maior.

Assim posto, a próxima questão tem como objetivo identificar os motivos da baixa participação, portanto quando perguntado aos cooperados sobre a não participação ou baixa frequência, observa-se que 23,81% dizem ser o conflito de interesses, 14,29% afirmam haver os “caronas”, ou seja, aqueles que se “aproveitam” de algo para se beneficiar e outros, enquanto 14,29% referem dificuldade de deslocamento (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Motivos de sua pouca ou não participação nos encontros cooperativistas



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os aspectos comportamentais dizem muito sobre uma estrutura de governança, cuja confiança é estabelecida pela frequência dos participantes (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997).

A maioria dos respondentes diz ser conflito de interesses e pessoas oportunistas o motivo de sua não participação, isso porque o custo da ação oportunista é mais evidente e existe a presença do comportamento antiético, gerando o rompimento da confiança entre os participantes.

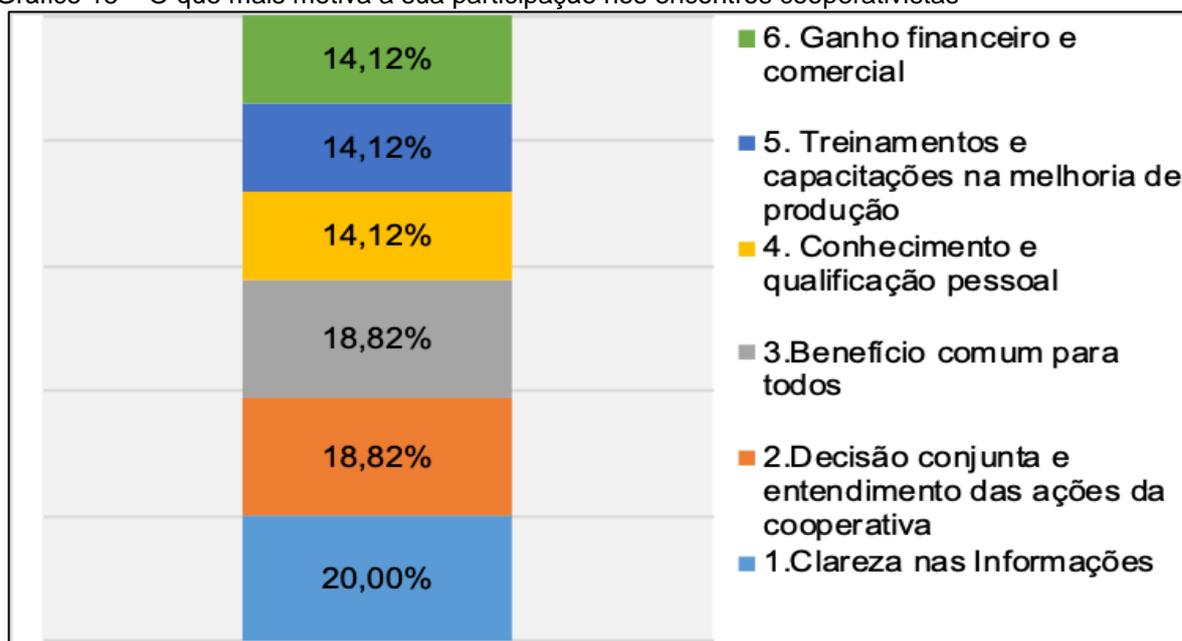
O oportunismo é um comportamento malicioso de que visa uma vantagem e mesmo que não esteja presente em todas as transações, os agentes e indivíduos devem ter cautela (CZELUSNIAK; RIBEIRO; DERGIN, 2018).

North (1990) vai mais além e utiliza a teoria dos jogos para explicar tal fenômeno, sendo que, para ele, quando o jogo é grande, é quase impossível existir cooperação, pois, segundo o autor, existe uma ruptura das informações dos outros participantes, dificultando a coordenação.

Olson (1999) também assinala que a diferença entre o ganho financeiro e o cooperativismo constitui um dos problemas da cooperação, pois, para o autor, os resultados e os benefícios não são iguais para todos, contemplando a existência da ação do *free-rider* (carona).

Perguntou-se aos cooperados que têm frequência sobre os motivos que mais os levam a participar dos encontros cooperativista e os respondentes afirmaram que participam das reuniões e assembleias (20%) para ter a clareza nas informações, seguido por decisão conjunta e entendimento das ações da cooperativa com 18,82% e também com a mesma proporção (18,82%) pelo benefício comum para todos (Gráfico 15).

Gráfico 15 – O que mais motiva a sua participação nos encontros cooperativistas



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Percebe-se uma divergência de opiniões entre os cooperados, ou seja, aqueles que desconfiam da estrutura de governança, conforme o Gráfico 16, e os que acreditam na relação contratual existente, conforme Gráfico 15. O entendimento de que a relação cooperativa e associado está abalada devido à desinformação e comunicação é verificada nas perguntas. Essa falha é gerada pelas dimensões transacionais de especificidade do ativo; frequência e incerteza, causadas pela assimetria de informação e, conseqüentemente, um grande custo de transação para a empresa.

As constatações feitas até o momento conduzem ao entendimento de que as informações devem ser claras e objetivas de forma que sejam uniformes e possam melhorar o desempenho econômico da cooperativa e dos associados.

4.3.1 Reflexão quanto ao custo de transação

Os principais resultados obtidos nessa reflexão contribuem em termos sociais e econômicos para a cooperativa, pois o impacto dos resultados pode ser direcionado de forma eficiente a fim de eliminar tais custos.

Dessa forma, o estudo apresenta que a maioria dos produtores participantes tem acesso e compreende os assuntos tratados nas reuniões cooperativistas, porém

alguns não têm acesso aos assuntos tratados, não têm interesse e não compreendem o que está sendo tratado.

Foi possível identificar de 7,21% dos cooperados não participam e 25,23% às vezes participam dos encontros e eventos da cooperativa. Considera-se que essa baixa frequência pode gerar dúvida quanto ao sistema de governança.

Cumprido destacar que para North (1990), as organizações que tiveram ganho de mercado conseguiram associar o poder dos líderes, gerando soluções institucionais que se tornaram socialmente eficientes e compartilhadas com os demais.

A organização do seu sistema por compartilhamento de informações é uma resposta aos cooperados de que a cooperativa pode ser competitiva, por meio de níveis de coordenação e integração entre os indivíduos mais eficientes, estabelecendo uma relação de confiança, visto que a gestão compartilhada estabelece um ambiente estável, diminuindo os custos de transação (WILLIAMSON, 1996).

4.4 INSTITUIÇÕES, ORGANIZAÇÕES E CRIAÇÃO DE VALOR

O processo de institucionalização e criação de valor por meio da IG perpassa por estratégias organizacionais, exigindo um empenho coletivo e normativo compartilhado entre diversos atores em prol de regulamentações que sejam eficazes e necessárias a um produto de origem, sendo imprescindível uma harmonização entre o industrial, o pessoal e o agrícola.

A cadeia produtiva do mel possui particularidades presentes nas questões pessoais como o conhecimento tácito adquirido através do cotidiano. Essa particularidade ignora qualquer outra metodologia de conhecimento formal, pois ela parte das experiências e práticas vivenciadas que deram certo.

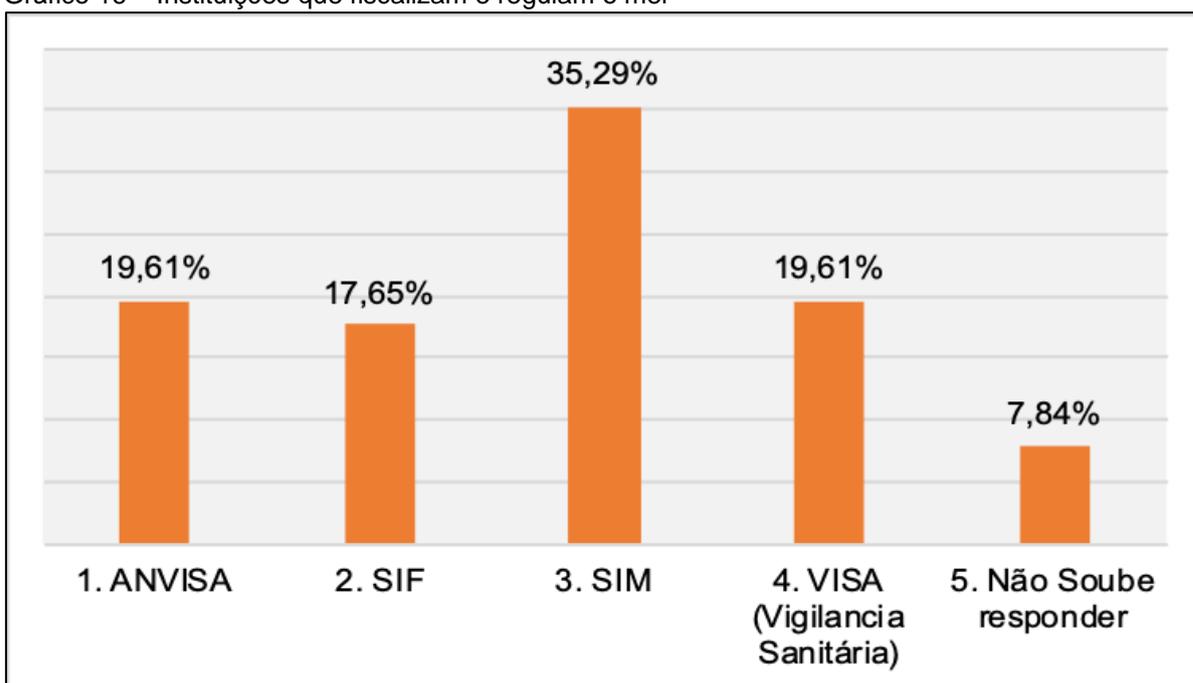
Após registrada a IG, o principal objetivo é como articular os fatores determinantes da forma de produção; os atores em torno da qualidade; os mercados; a comercialização e quais as especificidades que são necessárias ao fortalecimento do produto (MASCARENHAS; WILKINSON, 2013).

Verificar quais as instituições que regulamentam, fiscalizam e que contribuíram para a IG do mel na Região Oeste do Paraná; qual o ambiente organizacional está presente na visão dos cooperados? Existe criação de valor?

Quais os benefícios até o momento podem ser percebidos com a criação da IG do mel? Para que seja melhor compreendido, esta sessão contempla todos esses questionamentos, associando-os aos dados empíricos observados durante a pesquisa.

Conforme se pode verificar no Gráfico 16, as instituições que fiscalizam e regulamentam o cultivo do mel na opinião dos respondentes são o Sistema de Inspeção Municipal – SIM com 35,29% das respostas; seguido pela Vigilância Sanitária – VISA com 19,61% entre os respondentes, com o mesmo percentual 19,61%; a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, seguida pelo Sistema de Inspeção Federal – SIF com 17,65%. Tanto a ANVISA, o SIF e a VISA são os órgãos que regulamentam, fiscalizam e padronizam os processos produtivos do mel, desde o cuidado na coleta como no envase.

Gráfico 16 – Instituições que fiscalizam e regulam o mel



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A ANVISA é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Saúde, que foi instituída em 1999 pela lei federal nº 9.782 de janeiro de 1999. As suas funções são: estabelecer normas e regras sobre produtos, conceder registros a produtos, proibir a fabricação ou a distribuição de produtos que possam causar danos à saúde, interditar locais, cancelar a autorização de locais que violem a legislação e monitorar as mudanças de preço em componentes e serviços de saúde (ANVISA, 2019).

A VISA, conforme a lei federal nº 8.080 de setembro de 1990, tem como objetivo a realização de fiscalização de estabelecimentos públicos e privados, atuando de forma a intervir e aplicar multas aos órgãos que não estiverem dentro das conformidades exigidas na lei (ANVISA, 2019).

O SIF é o órgão vinculado ao departamento de inspeção de produtos de origem animal – DIPOA tem a finalidade de assegurar a qualidade de produtos de origem animal. Todos os produtos de origem animal são de responsabilidade de fiscalização do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e são registrados pelo SIF.

Portanto, todos esses órgãos fiscalizam a cooperativa e os seus processos de coleta, higienização, embalagem, envasamento, e as informações que devem ser contidas na embalagem como orientação ao consumidor sobre as propriedades que o produto possui, garantindo aos consumidores a qualidade do produto (MAPA, 2019).

Com relação ao SIM, é um órgão de inspeção municipal que fiscaliza produtos de origem animal, monitorando e inspecionando a higiene dos produtos industrializados e certificando-os com o selo de qualidade (BRASIL, 2019).

A implantação do IG do mel levou alguns produtores a aperfeiçoarem e modificarem as suas técnicas de criação e manejo. Para que esse processo fosse implementado de forma eficiente, foi necessário o apoio de algumas organizações na orientação, nos treinamentos e nas capacitações que garantiram a melhoria do processo produtivo do mel e, conseqüentemente, conquistassem o selo de IG do mel para a Região Oeste do Paraná.

Entre as organizações que mais auxiliaram os produtores nesse processo preliminar e até os dias de hoje, estão o Biolabore com 33,33%, PTI/Itaipu com 23,81%, Sebrae com 10,48% e a Unioeste com 9,52%, conforme as respostas dos associados (Tabela 8).

Tabela 8 – Organizações públicas e privadas que auxiliaram os apicultores no processo de confecção da IG do mel.

Organizações	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
SEBRAE	11	10,48%	10,48%
ITAIPIU/PTI	25	23,81%	34,29%
BIOLABORE	35	33,33%	67,62%
EMATER	2	1,90%	69,52%
PREFEITURA	4	3,81%	73,33%
UNIOESTE	10	9,52%	82,86%
SINDICATO RURAL	5	4,76%	87,62%
ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES	9	8,57%	96,19%
COOFAMEL	4	3,81%	100,00%
Total	105	100,00%	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em primeiro lugar, na opinião dos produtores, há o Biolabore, Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica que tem como missão fornecer serviços técnicos especializados e produtos para o desenvolvimento sustentável. A maior contribuição do Biolabore foi a prestação de serviço por meio de assistência técnica aos produtores de mel, sendo que, uma vez por mês, os seus técnicos visitam as propriedades e os apicultores, justamente porque a empresa está ligada aos apicultores e conectada aos problemas enfrentados por eles no dia a dia. De acordo com a pesquisa, esta empresa foi a mais citada pelos apicultores, que participaram da pesquisa.

O PTI/Itaipu desenvolve um trabalho de grande importância, uma vez que atua no desenvolvimento econômico sustentável da região, com auxílio financeiro investindo em equipamentos junto a Coofamel.

O Sebrae foi muito importante no processo de inicialização e implantação da IG do mel na Região Oeste com a realização do plano de negócios, treinamentos e cursos aos produtores, bem como a padronização dos processos produtivos com o manual de boas práticas apícolas e segurança e qualidade para apicultura (SEBRAE, 2009). Contribuindo também no financiamento da empresa Ad Agro, que é credenciada ao Sebrae e também presta serviços de assistência técnica aos produtores. Em razão disso, o Sebrae foi bastante lembrado, mas, segundo os produtores associados, hoje está bem menos atuante.

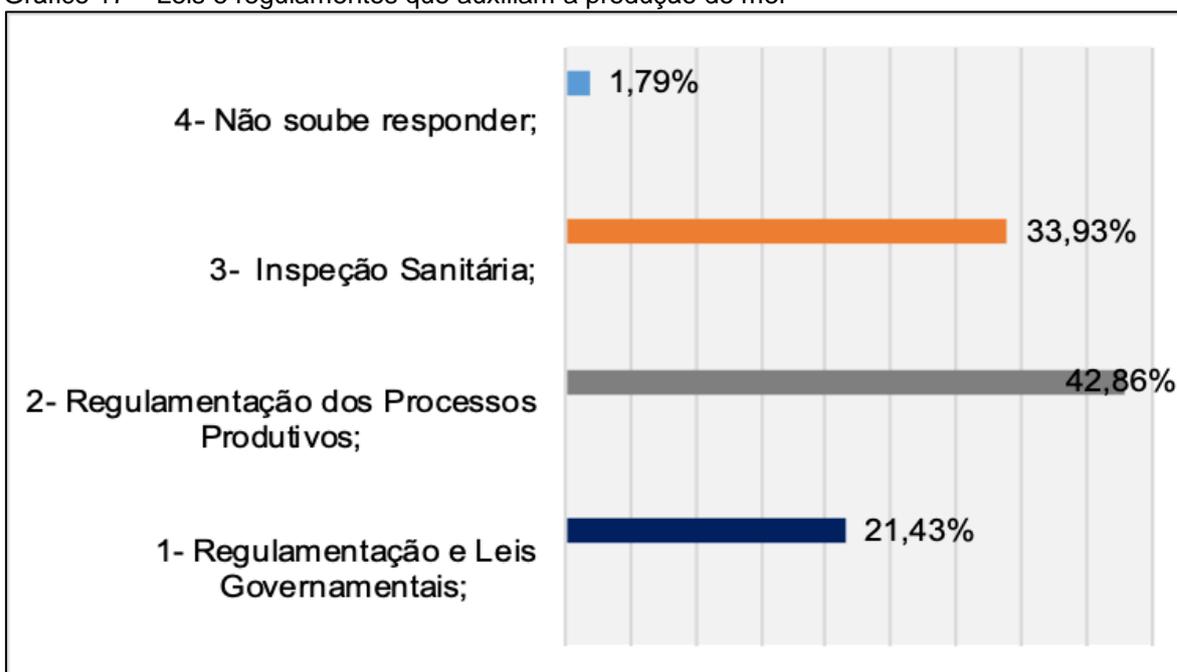
Por fim, a Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná contribui de forma significativa para a Cooperativa e os produtores, pois ela está constantemente realizando estudos regionais sobre a cultura, além de testes periódicos de qualidade do mel.

Como a IG necessita de um padrão de qualidade diferenciado, os procedimentos e as práticas de manejo são importantes nesse processo. Para isso, os produtores e a própria cooperativa precisam adequar-se a algumas práticas e regulamentações de forma que o seu produto possa obter a característica de origem e o selo de qualidade.

Com relação às leis federais, estaduais, municipais e leis e regimentos internos de organizações que orientaram os produtores na criação da IG do mel, 43% dos respondentes afirmaram que as leis que mais regulamentam a atividade do mel são as leis e regras exigidas para a padronização do processo produtivo como o manual de (Boas Práticas Apícolas do SEBRAE), manual de (Segurança e Qualidade para a Apicultura – SEBRAE, 2009) que trabalha com a prevenção e controle da qualidade e o manual de Segurança e Qualidade para a Apicultura – APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle) nada mais é do que um sistema de segurança para alimentos; 21% consideraram ser as leis governamentais que regulam a atividade como a Lei nº 9.279 e o artigo 176, que caracteriza a denominação da IG - Indicação Geográfica por duas espécies: a Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO); 33,93% disseram ser a inspeção sanitária como a Lei Federal no 7.889/1989, que determinou a realização da inspeção e fiscalização sanitária dos produtos de origem animal fossem realizados pela União através do MAPA, às Secretarias de Agricultura dos Estados e Distrito Federal e às Secretarias Estaduais ou Departamentos de Agricultura dos municípios e o decreto 9.103 de 29 de março de 2017 que regulamenta a inspeção industrial e sanitária e disciplina a inspeção sanitária como complemento e atualização da lei acima; e 2% não souberam responder (Gráfico 17).

Como a cooperativa exige uma padronização da produção, os apicultores acreditam que tal exigência vem da empresa, porém essa é uma exigência dos órgãos federais, estaduais, municipais e privados que a empresa precisa adequar-se.

Gráfico 17 – Leis e regulamentos que auxiliam a produção do mel



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A regulamentação do processo produtivo por leis governamentais, bem como o enquadramento necessário ao produto, vem da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que concede registro ao produto, estabelece normas e regras e proíbe a fabricação de produtos danosos à saúde, além de monitorar as fiscalizações realizadas pelos serviços de inspeção.

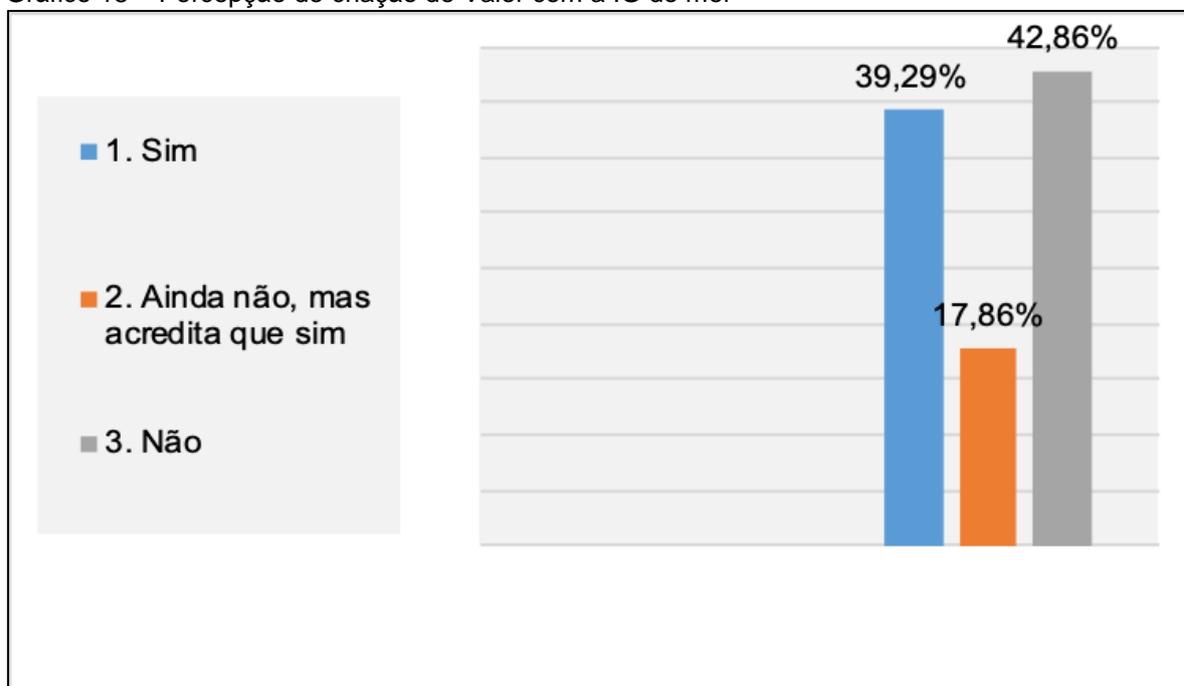
Outro órgão também responsável pela fiscalização dos processos produtivos é o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) por intermédio do SIF – Sistema de Inspeção Federal. O SIF assegura a qualidade de produtos de origem animal, fiscalizando a cooperativa e os seus processos de coleta, higienização, embalagem, garantindo aos consumidores a qualidade do produto. É o órgão máximo que estabelece as regras de higienização e padrões de origem alimentar.

Ainda, para a fiscalização do sistema, tem-se os Sistemas de Vigilância Sanitária e os Serviços de Inspeção Municipal, que desempenham o papel de fiscalizadores do processo preliminar de coleta do mel até o processo produtivo final, também garantindo a qualidade e a rastreabilidade desse produto, gerando credibilidade ao produto e logicamente ao consumidor.

No que se refere à percepção da criação de valor com a IG por parte dos produtores as respostas ficaram divididas: 42,86% afirmaram que não houve criação

de valor com a IG; 39,29% disseram que sim, houve criação de valor e outros 17,83% consideraram que ainda não, mas que haverá no futuro (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Percepção de criação de Valor com a IG do mel



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

São perceptíveis a desconfiança e a insatisfação dos cooperados com relação à IG e a sua criação de valor. Tal descontentamento aponta um alto nível de custo de transação decorrente, tendo em vista que as informações ainda são assimétricas quanto à coordenação e à estrutura de governança, no entanto, as informações, na maioria das vezes, são incompletas, levando o modelo econômico à ineficiência, pois ele é racional e limitado (NORTH, 1995).

O custo de transação dificulta a perfeita gestão da estrutura de governança e a coordenação das ações dos agentes, visto que são elementos exógenos de origem externa, transformando uma transação contratual comum mais complexa (COASE, 1988).

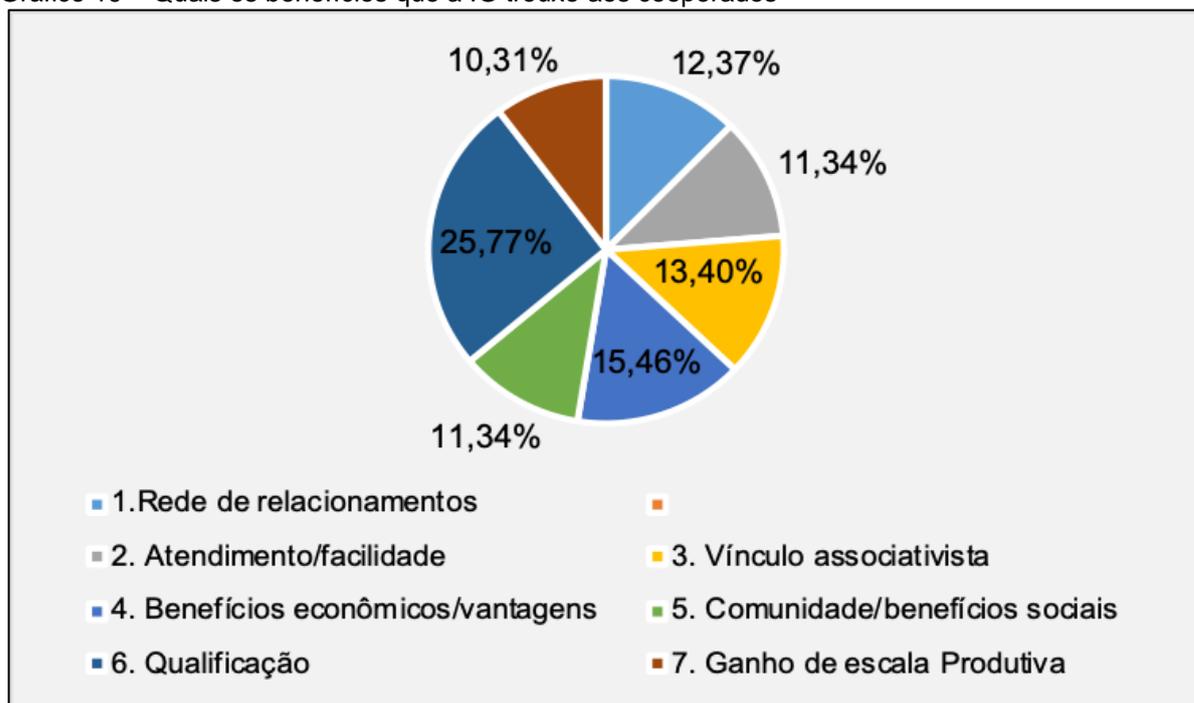
As IGs articulam e dinamizam a economia pela constituição de novos conceitos de produção, criando uma rede institucional e organizacional que configura um novo mercado. As IGs mantêm vivas as tradições e os costumes, valorizando a cultura local e as características geográficas de uma região.

Sobre os principais benefícios que o IG trouxe aos cooperados, os produtores optaram por responder a mais de uma alternativa, assim, para melhor

entendimento e interpretação dos resultados apurados, fez-se um somatório do total de respostas e, posteriormente, uma média porcentual conforme segue.

Para 25,77% dos respondentes, a IG trouxe mais qualificação quanto ao trato e manejo do mel, 15,46% consideram que houve benefícios econômicos, 13,40% apontaram o vínculo associativista (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Quais os benefícios que a IG trouxe aos cooperados



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Para a maioria dos respondentes, a IG trouxe qualificação que serviu para melhoria das práticas de manejo. Tal qualificação, segundo os produtores, aconteceu através cursos de aperfeiçoamentos técnicos, palestras e encontros cooperativistas que visam aprimorar e melhorar a qualidade do mel produzido pela cooperativa.

Outra grande parcela dos cooperados acredita que, com a IG, houve benefícios econômicos como matéria prima a custos mais baixos e, principalmente, com a negociação do mel e ganho de mercado, pois, para eles, houve uma maior visibilidade para o produto e, conseqüentemente, mais mercado consumidor. Mesmo com esses benefícios, os produtores acreditam que os preços pagos pela cooperativa ao mel ainda são baixos.

Por fim, outra grande parcela de produtores acredita que o maior ganho foi o vínculo associativista, por meio de troca de experiências e maior organização da classe apicultora.

4.4.1 Reflexão sobre Instituições, Organizações e Criação de Valor

Resumidamente, conforme a descrição da amostra nesta sessão, pode-se observar que ela possui correlações que caracterizam o perfil da pesquisa com relação às instituições; organizações; leis e regulamentos; criação de valor e benefícios aos cooperados. Apontando as instituições que regulamentam, fiscalizam o mel por meio de leis impostas, identificou-se a ANVISA, como a instituição que estabelece normas e regras sobre produtos, concede registros, proíbe a fabricação ou a distribuição de produtos que possam causar danos à saúde, interdita, cancela e autoriza a abertura de locais.

A VISA, por sua vez, reporta-se à ANVISA, executando ordens de fiscalização de estabelecimentos públicos e privados, atuando de forma a intervir e aplicar multas aos órgãos que não estiverem dentro das conformidades exigidas na legislação.

O SIF - Sistema de Inspeção Federal, autarquia federal está ligado ao departamento de inspeção de produtos de origem animal – DIPOA do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA é quem assegura a qualidade dos produtos de origem animal. Portanto, fiscaliza a cooperativa e os seus processos de coleta, higienização, embalagem, envasamento e as informações que são contidas no produto.

Ainda com relação às fiscalizações sobre a cooperativa, existe o SIM - Sistema de Inspeção Municipal - que é um órgão municipal e atua também na fiscalização dos produtos de origem animal, monitorando e inspecionando a higiene dos produtos industrializados e certificando-os com o selo de qualidade.

Sobre as organizações públicas e privadas que auxiliaram e ainda contribuem com os apicultores, identificou-se, nesta amostra, que o Biolabore, Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica, fornece serviços técnicos especializados e produtos para o desenvolvimento sustentável da atividade do mel, com assistência técnica periodicamente. Outra organização parceira dos apicultores

é o PTI/Itaipu que tem grande importância no desenvolvimento econômico sustentável da região, financiando e investindo em equipamentos para a Coofamel.

O Sebrae também foi lembrado pelos respondentes como um agente de coordenação, auxiliando na implantação da IG do mel na Região Oeste, oferecendo treinamentos e cursos aos produtores e contribuindo, ademais, na parceria com a empresa Ad Agro, que é credenciada ao Sebrae e também presta serviços de assistência técnica. Outra organização importante e lembrada pelos cooperados é a Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, que contribui com a realização de estudos regionais sobre a cultura e testes periódicos de qualidade do mel.

No que se refere às leis que mais regulam os produtores e a cooperativa, as leis governamentais são regidas pela ANVISA com estabelecimentos de normas e regras sobre os produtos e os seus registros; no caso de regulamentação dos processos produtivos, há o MAPA que assegura a qualidade dos produtos de origem animal, por meio de regulamentos e adequações de processos de coleta, higienização, embalagem, envasamento.

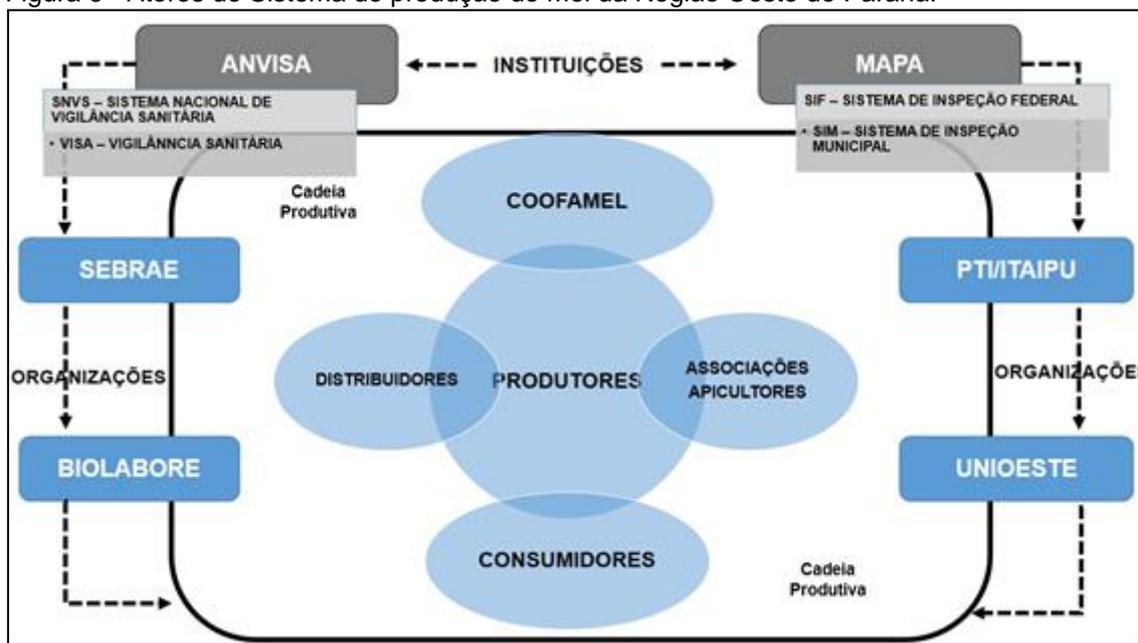
Toda a fiscalização é realizada pela ANVISA; pelo SIF e pelo SIM que são órgãos de inspeção sanitários federais, estaduais e municipais com a finalidade exclusiva de observar as práticas de industrialização em detrimento a regras a serem cumpridas.

Nessa análise, observa-se ainda que, para a maioria dos cooperados, a criação de valor com a IG não é perceptível, pois a estrutura de governança da cooperativa, no ponto de vista dos respondentes, é falho, com a presença de assimetria de informação e pressupostos comportamentais que são gerados por especificidades dos ativos de baixa participação, incerteza, levando a um custo de transação e possível atitude oportunista.

Entre os benefícios gerados aos cooperados pela IG, os mais destacados entre os respondentes são a qualificação ofertada pela cooperativa em parceria com outras organizações como Sebrae; Biolabore; Emater; Sindicato e Associações dos Apicultores. Outro benefício econômico identificado entre os respondentes é o ganho econômico com a compra de matéria prima mais barata e maior escala ao produto, sendo vendido em diversas regiões. Além desses benefícios, o vínculo associativista também foi apontado como benefício, haja vista que, para os produtores, a cooperação é importante nesse processo de IG.

Como a cadeia do mel é complexa e possui particularidades, a ilustração que apresenta como funciona tal coordenação pode facilitar a compreensão da sistemática e de engendramento dos atores no processo institucional, organizacional e produtivo que está presente no sistema. Assim sendo, para que isso seja evidenciado, segue a Figura 6, que ilustra a cadeia produtiva do mel e seus atores.

Figura 6 - Atores do Sistema de produção do mel da Região Oeste do Paraná.



Fonte: adaptado de Vitrolles (2011).

Assim, o ambiente institucional na apicultura tem a influência de instituições federais, estaduais e municipais como reguladores, atuando com legislação específica da Portaria nº 6, de 25 de julho de 1985, que estabelece as normas higiênico-sanitárias e tecnológicas para o mel e derivados (BRASIL, 1985).

No entanto, a coordenação do sistema tem as instituições - *Anvisa* e *Mapa* - no topo do processo, regulamentando e coordenando todo o ambiente institucional que é executado pelos órgãos fiscalizadores como SNVS, VISA, SIF e SIM.

As organizações como Sebrae; Biolabore; PTI/Itaipu e Unioeste articulam e contribuem para o bom gerenciamento da estrutura de governança da cooperativa, coordenando e gerenciando os relacionamentos com os indivíduos do processo.

No meio do processo está a cadeia produtiva do mel, tendo os seus atores que se inter-relacionam para o bom desempenho do mercado como *Coofamel*; *produtores*; *Associações de Apicultores*; *distribuidores* e *consumidores*).

A existência dessa rede de articulação e troca de conhecimentos entre os atores, apontada na figura anterior, desempenha um papel importante na estrutura institucional e de governança, tanto na formal como informal, pois elas mostram a movimentação dos atores e indivíduos na regulamentação, fiscalização de produção, pesquisa e comercialização (VITROLLES, 2013).

Desta forma a apresentação das instituições e organizações que articularam e desenvolveram a criação da IG do mel da Região Oeste do Paraná, bem como a criação de valor por meio dos atores locais e organizações. Entender como funciona tal coordenação do sistema como um todo pode facilitar a compreensão da sistemática e dos mecanismos utilizados pelos atores no processo institucional, organizacional e produtivo que está presente no sistema.

A satisfação dos cooperados quanto à IG, ainda possui divergências, pois para alguns dos entrevistados existe uma minoria que não identificou tal benefício, ou seja, para estes, mesmo expandindo mercados, melhorando a qualidade do produto e criando valor à marca, os benefícios ainda não são perceptivos.

Contudo o sistema do IG por meio da cooperativa Coofamel apresenta problemas de engajamento de todos e também de comunicação contribuindo para a não participação de todos os associados em reuniões e assembleias realizadas pela cooperativa, quebrando as ações de cooperação que o sistema exige.

5 CONCLUSÃO

O estudo teve como objetivo analisar a influência do ambiente institucional e das organizações que auxiliaram a criação da IG para o mel da Região Oeste do Paraná, verificando quais foram às estruturas institucionais e organizacionais que orientaram tal processo, bem como a influência da cooperativa junto aos grupos de cooperados no desempenho coletivo para a confecção do IG do mel.

Nesse processo, a cooperativa dos apicultores da Região Oeste do Paraná – Coofamel teve total influência na implantação da IG com estudos, incentivos e capacitações, que levaram o mel da Região Oeste a possuir características de origem.

Porém, a relação entre cooperativa e cooperado não é totalmente harmônica, pois existe falta de integração total entre a organização e os indivíduos associados, levando a cooperativa a ter dificuldades em manter a equidade econômica e social entre os agentes.

Como forma de explorar as suas características, abordagens e implicações, Granoveter (1973) afirma que a estrutura de governança da cooperação esbarra no tamanho do grupo e na forma como os indivíduos obtêm o conhecimento, pois nele estão inseridos preferências e comportamentos.

Ao verificar-se que o modelo atual de estrutura de governança utilizado na IG do mel é muito recente, a pesquisa apresenta relevância contribuindo de forma teórica e empírica a partir da constatação de características como assimetria de informação, incerteza e custo de transação.

Os resultados obtidos no estudo apontam que houve uma contribuição positiva de instituições, organizações e da Coofamel na construção da IG do mel. Porém ainda não foi possível identificar o impacto positivo que a IG do mel trouxe a cooperativa e aos cooperados, pois o processo ainda é recente, o que mostra que a cooperativa terá de trabalhar mais sua estrutura de governança.

Os resultados evidenciaram também que a comunicação, mesmo tendo melhorado, precisa avançar, não sendo suficiente para inibir aspectos comportamentais de participação e cooperação que levem o indivíduo à racionalidade limitada. O estudo aponta que é necessário um aprimoramento no

sistema de comunicação entre diretoria e cooperados, podendo ser realizado por programas de educação cooperativa e assembleias em cada núcleo de produtores.

A constatação que nem todos os cooperados participam das reuniões e assembleias, permite orientar a cooperativa para desenvolver estratégias de atração e comunicação individualizada, ou seja, reuniões mais frequentes com grupos menores de produtores, levando a uma aproximação mais eficaz, proporcionando a comunicação face a face, reduzindo a assimetria de informação.

Cabe destacar que o presente estudo se refere à identificação das organizações e a sua contribuição à IG do mel, contudo salienta-se que o projeto de IG da Coofamel distingue-se pela forte participação de organizações que, através de iniciativas técnicas, contribuíram e ainda contribuem para a valorização do produto.

Os resultados do estudo mostram as organizações que mais contribuindo para a conscientização da IG do mel na Região Oeste do Paraná, foram o Sebrae, com o projeto *Plano de Negócios* de implantação e valorização contínua aos apicultores e seus produtos; as Prefeituras dos municípios integrados com reuniões e parcerias técnicas; e não menos importante, a contribuição da Universidade do Oeste Paranaense – Unioeste, através de estudos sobre a qualidade do mel e de sua especificidade.

As organizações que mais contribuíram para o processo de padronização, controle de qualidade e garantia da qualidade do mel auxiliando os produtores em cursos, assistência técnica e testes de qualidade são: o PTI Parque Tecnológico da Itaipu; o Biolabore, cooperativa de assistência técnica; e a Unioeste com testes de qualidade sobre a garantia do padrão de origem; além do Sebrae, que segue ofertando cursos e treinamentos.

Portanto, ao constatar as organizações, cabe mencionar que a legislação e regras transpostas por estes órgãos permitiram o relacionamento entre instituições e organizações como condicionantes na formatação da IG do mel da região Oeste do Paraná, verificando-se o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, como órgão regulador de normas e leis fitossanitárias; o Ministério da Agropecuária e Abastecimento - MAPA também foi imprescindível na orientação de estabelecimentos técnicos sobre a qualidade dos produtos de origem animal.

Vale ressaltar, ademais, que a estratificação dos dados é fiel às respostas dos produtores e, por isso, verificou-se que uma instituição não foi lembrada pelos

respondentes: *Instituto de Nacional de Produtos Industrializados – INPI*, que exerce a função de regulador de normas técnicas e procedimentos a produtos de origem. Mesmo não sendo referida pelos produtores, o presidente da Coofamel mencionou o papel da instituição como agente regulador do processo.

Dessa forma, entender quais atores estão presentes nesse sistema é importante para compreender como o ambiente institucional e a estrutura de governança se inter-relacionam e coordenam as transações em diversas dimensões.

Antes de apontar os atores do sistema de produção do mel na Região Oeste do Paraná, cabe referenciar a contribuição de Douglas North ao problema das relações, o qual afirma que o ambiente institucional contribui para o estabelecimento das relações entre instituição e organizações, conciliando as relações de troca que caracterizam uma transação (NORTH, 1990). Para ele, a aproximação entre institucional e organizacional é imprescindível para as relações contratuais e a eliminação de problemas com custo de transação.

Ao verificar quais as principais instituições e organizações que atuaram na confecção da indicação geográfica do mel do Oeste do Paraná, evidenciou-se aspectos comportamentais de cooperação humana e especificidades inerentes à interação de indivíduos e agentes nas relações entre instituições e organizações de forma a afetar o ambiente institucional e sua estrutura de governança. Esses aspectos comportamentais são restrições informais sobre normas de condutas que divergem das normas formais, por isso, é difícil modelar uma estrutura de governança quando os atores não cooperam. Conforme destacado anteriormente, esses aspectos comportamentais são presentes na cooperativa, prejudicando o seu modo de coordenação.

Vale destacar que o estudo foi sobre a influência do ambiente institucional e organizacional que auxiliaram criação da IG do mel na Região Oeste do Paraná, mas um dos objetivos era verificar a percepção dos produtores em relação à IG do mel. Nesse sentido a amostra foi satisfatória, pois foi possível trabalhar com todos os produtores credenciados para a certificação do IG do mel na Região Oeste do Paraná. Assim com o desenvolvimento da pesquisa verificou a necessidade de novos estudos sobre a IG do mel na Região Oeste do Paraná e na cooperativa Coofamel. Sugere-se trabalhos que avaliem o desempenho e ganho econômico gerado pela IG na cooperativa e região, bem como sobre a sua estrutura de governança.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. G. F. **Identidade Territorial e Branding de Marcas Regionais: Marcas Promovendo Territórios ou Territórios Promovendo Marcas?** Santa Cruz do Sul: The Help, 2017.

ANDRADE, D. C; ROMEIRO, A. R. Por uma Economia dos Ecossistemas. In: TÔSTO, S. G.; BELARMINO, L. C.; ROMEIRO, A. R.; RODRIGUES, C. A. G. **Valoração de serviços ecossistêmicos: metodologias e estudos de caso.** Brasília, DF: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2015.

AGRONEGÓCIO, P. Portal do Agronegócio. **Os Pequenos Produtores Rurais e a Sustentabilidade.** Disponível em: <<https://www.portaldoagronegocio.com.br/artigo/os-pequenos-produtores-rurais-e-a-sustentabilidade>> Acesso em: 23 set. 2019.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Institucional.** Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/institucional>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

AREND, M; CARIO, S. A; ENDERLE, R. A. Instituições, Inovações e Desenvolvimento Econômico. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 110 – 133, 2012.

ARNHOLD, E. A. **Caracterização Físico-Química, Sensorial e Botânica de Amostras de mel de *Apis mellífera* da Região Oeste do Paraná, Ortigueira – PR e Palmeira das Missões - RS.** Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2016.

AUSTIN, J. E. **Parcerias.** São Paulo: Futura, 2001.

BANDEIRA, A. C. **Reformas econômicas, mudanças institucionais e crescimento na América Latina.** Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Aprova as Normas Higiênico-Sanitárias e Tecnológicas para Mel, Cera de Abelhas e Derivados. **Portaria nº 6**, de 25 de Julho de 1985. Legislação Federal. 1985.

BRASIL. Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências. Legislação Federal. 1989.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Serviço de Inspeção Federal.** 2019. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/sif>>. Acesso em: 04 mar. 2019. Acesso em: 23 set. 2019

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Valor da produção Agropecuária deve atingir R\$ 603,4 bilhões em 2019.** Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/valor-da-producao-agropecuaria-e-de-r-603-4-bilhoes-em-2019>>. Acesso em: 23/08/2019.

BRUCH, K. A legislação Brasileira sobre Indicações Geográficas em face das experiências internacionais. In: NIERDELE, P. A. **Indicações Geográficas: Qualidade e origem nos mercados alimentares.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013. p. 245 – 259.

BRUCH, K. L.; VITROLLES, D.; LOCATELLI, L. Estudo de caso: IP Vale dos Vinhedos, IP Paraty e IP Vale do Submédio São Francisco. In: PIMENTEL, L. (Org.). **Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica.** Brasília: MAPA; Florianópolis: SEaD/UFSC/FAPEU, 2009.

BUENO, N. P. Possíveis Contribuições da Nova Economia Institucional à Pesquisa em História Econômica Brasileira: Uma Releitura das Três Obras Clássicas Sobre o Período Colonial. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 777-804, out./dez. 2004.

BÜTTENBENDER, P. L; NICKEL, K; HASS, F. R; SPAREMBERGER, A. Estruturas de Governança Corporativa em Cooperativas e Repercussões no Âmbito Territorial: o caso de uma cooperativa de crédito. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional, VIII, 2017, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017.

CALDAS, A. S.; CERQUEIRA, P. da S.; PERIN, T. F. Mais Além dos Arranjos Produtivos Locais: as Indicações Geográficas Protegidas como Unidades de Desenvolvimento Local. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, v. 7 n. 11, p. 5-16, 2005.

CÁRIO, S. A. F; PEREIRA, L. B; SOUZA, J. P; AUGUSTO, C. A; SIMIONI, F. J. Cadeia Produtiva Apícola do Paraná: Características Produtivas e Relações Transacionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 36. n. 1, p. 205-224, jun. 2015.

CARVALHO, A. C; CARVALHO, D. F; SERRA, M. A; SILVEIRA, J. M. F. J. Expansão da Fronteira Agropecuária e a Dinâmica do Desmatamento Florestal na Amazônia Paraense sob a Ótica da Nova Economia Institucional. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – REUNIR**, Campina Grande, v. 4, n. 2, p.43-75, 2014.

CASTRIOTA, S; DELMASTRO, M. The Economics of collective reputation: minimum quality standarts, vertical differentiation and optimal group size. **American Association of Wine Economists**, Working Paper, New York, n. 50, p. 2-22, nov. 2009.

CAVALCANTE, C. M. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 373-392, set./dez. 2014.

COASE, R. H. **The nature of the firm**. The London School of Economics and Political Science and The Suntory and Toyota International Centres for Economics and Related Disciplines, v. 4, n. 16, p. 386-45, 1937.

COASE, R. H. **A Firma, O Mercado e o Direito**. Coleção Paulo Bonavides. Forense Universitaria: v. 2, 2017.

COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, New York, v. 94, Supplement, p. 95-120, 1988.

COLLING, M. A. **Cognição Regional no Desenvolvimento de uma Economia do Conhecimento na Região Oeste do Paraná**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Toledo, 2018.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Safra Brasileira de Grãos**. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

COOFAMEL – Cooperativa Agrofamiliar Solidária dos Apicultores da Costa Oeste do Paraná. **A Coofmel**. Disponível em: <<http://www.coofamel.com.br>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CUNHA, C. F.; SAES, M. S. M.; MAINVILLE, D. Y. Custo de transação e mensuração na escolha da estrutura de governança entre supermercados e produtores agrícolas convencionais e orgânicos no Brasil e nos EUA. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 67-81, 2015.

CZELUSNIAK, V. A.; RIBEIRO, M. C. P.; DERGIN, D. E. A. Contratos de Transferência de Tecnologia e a Teoria da Nova Economia Institucional. **Revista da Faculdade de Direito**, UFMG, Belo Horizonte, n. 72, p. 629-661, jan./jun. 2018.

DALLABRIDA, V. R. Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileira e portuguesa. **EURE**, Santiago, v. 42, n. 126, p. 187-212, 2016.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade: Mercado, Estado e Organizações**. São Paulo: Editora Singular, 1997.

FERNANDES; A. F.; FLOZI, C. N. B.; MACHADO, J. G. C. F. O Potencial da Certificação de Denominação de Origem nos Produtos do Distrito de Varpa. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 10, n. 9, 2014. p. 61-76. 2013.

FERRERA DE LIMA, J. Indicadores de Desigualdades Regionais. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (Orgs.). **Análise Regional: Metodologias e Indicadores**. Curitiba PR: Camões, 2012. p. 23-32.

FIANI, R.; PINTO JR., H. Q. Regulação Econômica. In. KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002, p. 515-543.

FLORES, M. La identidad cultural del territorio como base de una estratégia de desarrollo sostenible. **Revista Opera**, Bogotá, v. 1, n. 7, p. 35-54, 2007.

GILLY, J. P.; LEROUX, I.; WALLET, F. Gouvernance locale et proximité. In: PECQUEUR, B.; ZIMMERMANN, J-B. **Economie de proximités**. Hermes: Lavoisier, 2004, p. 187-207.

GLASS, R. F.; CASTRO, A. M. G. de. As indicações geográficas como estratégia mercadológica no mercado de vinhos do Distrito Federal. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 10, n. 2, p. 189-202, 2008. citação com data diferente da referência 2009.

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. **The American Journal of Sociology**, New York, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties: a network theory revisited. **Sociological Theory**, San Francisco, v.1. p. 2001-2233, 1983.

GUIMARÃES, N.; MARTIN, S. Descentralização, equidade e desenvolvimento: atores e instituições locais. In: GUIMARÃES, N.; MARTIN, S. (Orgs.) **Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais**. São Paulo: Editora Senac, 2001. p. 11-29.

HIRA, A.; HIRA, R. The new institutionalism: contradictory notions of change. **American Journal of Economics and Sociology**, New York, v. 59, n. 2, p. 267-282, abril, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal** 2017. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2017_v45_br_informativo.pdf. Acesso em: 21 abr. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Mapa das Indicações Geográficas 2017**. 2017. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/indicacoes_geograficas_2017>. Acesso em: 26 ago. 2018.

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Guia básico da Indicação geográfica**. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Resolução nº 075, de 28 de novembro de 2000**, que estabelece as condições para o registro das indicações geográficas. 2000.

KAKUTA, S. M.; SOUZA, L. L. de; SCHWANKE, F. H.; GIESBRECHT, H. O. **Indicações geográficas: guia de respostas**. Porto Alegre: SEBRAE/RS 2006.

KERLINGER, F. N. **Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais: Um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 2003.

KILINSKY, P. I; SOUZA, R. P. Percepções sobre Custos de Transação em Contratos de Terceirização: Estudo Aplicado em uma Instituição Financeira de Varejo. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – EnANPAD, XL, 2016, Costa do Sauípe. **Anais...** Costa do Sauípe/BA, 2016.

LOPES, H. C. Instituições e Crescimento Econômico: Os Modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo/SP, v. 33, n. 4, p.619-637, outubro-dezembro, 2013.

MARAGNO. R. C; KALATZIS. A. E. G; PAULILLO. L. F. O. A Nova Economia Institucional: Aspectos que Influenciam na Relação Comercial Brasil – União Europeia. In: Simpósio de Engenharia da Produção – SIMPEP, XIII, 2006, Bauru. **Anais...** Bauru/SP, 2006.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MASCARENHAS, G; WILKINSON, J. Desafios institucionais e organizacionais ao desenvolvimento das IGs. In: NIEDERLE, Paulo André. **Indicações Geográficas: Qualidade e Origem nos Mercados**. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2013.

MAZON, M. S. Padrões de Qualidade e Segurança Alimentares no Terreno Institucional Brasileiro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro/RJ, v. 52, n 4. p. 1003-1045, 2009.

MÉNARD, C.; KLEIN, P. G. Organizational issues in the agrifood sector: toward a comparative approach. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 86, n. 3, p. 750-755, 2004.

MENDES, K; FIGUEIREDO, J. C; MICHELS, I. L. A Nova Economia Institucional e sua Aplicação no Estudo do Agronegócio Brasileiro. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa/MG, v. 6. n. 3, p. 309-342, 2008.

MISI, A. Contribuições das Abordagens Institucionalistas para a Análise da Política Internacional. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador/BA, v. 13. n. 1, p. 99-105, 2003.

NIEDERLE, P. A. **Indicações Geográficas: Qualidade e Origem nos Mercados**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

NORTH, D. C. Economic performance through time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 359-68, junho, 1994.

NORTH, D. C. **Instituciones, câmbio institucional y desempeño económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. New York, Cambridge University Press, 1990.

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil; SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa**. 2016. Disponível em: <http://www.ocesc.org.br/documentos/manual_boas_praticas.pdf>. Acesso em: 04 jan 2019.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EdUSP, 1999.

OSTROM, E. **Governing the Commons**. The evolution of institutions for collective action. EUA: Cambridge University Press, 1990.

PIFFER, M. Indicadores da Base Econômica. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (Orgs.). **Análise Regional: Metodologias e Indicadores**. Curitiba PR: Camões, 2012. p. 51-60.

PIACENTI, C. A. Indicadores de Desenvolvimento Endógeno. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (Orgs.). **Análise Regional: Metodologias e Indicadores**. Curitiba PR: Camões, 2012. p. 63-93.

REZENDE, M. L; ROSALEM, V; SOUSA, L. M; OLIVEIRA, P. H. S. Análise Bibliométrica sobre Governança nos Estudos Organizacionais Brasileiros. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v. 15 n. 27; p. 1474-1481, 2018.

RISSO, G. A; BÁNKUTI, S. M. S; BOUROULLEC, M. D. M; BÁNKUTI, F. I; SOUZA, J. P. Estruturas de Governança em Sistemas Fairtrade no Paraná: Implicações sob

as Perspectivas de Custos de Transação e Custos de Mensuração. In: Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 53, 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa/PB, 2015.

ROCHA JR, W. F. **Análise do Agronegócio da Erva-mate com o enfoque da Nova Economia Institucional e o uso da Matriz Estrutural Prospectiva**. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2001.

RODRIGUES, E. A. G; DURSO, E. D; ROCHA JR, W. F. O potencial para Indicação Geográfica do Mel na Costa Oeste do Paraná: Estudo de Caso da Cooperativa Coofamel. In: Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul, VII, 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC. 2015.

ROSSIN, A. B; CUNHA, C. F. Os custos de Transação nas Relações entre os Diferentes Canais de Comercialização e os Agricultores de Hortaliças Orgânicas. In: XXVI Congresso de Iniciação Científica Unicamp, XXVI, 2018, Campinas. **Anais...** Campinas/SP, 2018.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho descente e futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANTOS, J. C; SANTOS, W. P. C. Contribuições para Indicação Geográfica IG: Considerações sobre Itororó – BA como uma potencial IG para Carne de Sol. **Cadernos de Prospecção**, Salvador/BA, v. 12, n. 1, p. 231-242, março, 2019.

SANTOS, M. O Tempo nas cidades. **Revista Ciência e Cultura** – Temas e Tendências Contemporâneas, (SBPC), São Paulo/SP, v. 54. n. 2, p. 21-22, 2002.

SANTOS, N. M; FERRAZ, I. N. FALQUETO. J. M. Z; VERGA, E. A Teoria dos Custos de Transação nas Pesquisas de Estratégia no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE**, São Paulo/SP, v. 16, n. 2. p. 4-18, Abril/Junho 2017.

SARTO, V. H. R; ALMEIDA, L. T. A Teoria dos Custos de Transação: Uma Análise a partir das Críticas Evolucionistas. **Revista de Iniciativa Econômica**, Araraquara/SP, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2015.

SCHMIDT, C. M. **Criação e Apropriação de Valor no Sistema Agroindustrial do Vinho do Vale dos Vinhedos**. 170 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Manual de Segurança e Qualidade para Apicultura**: Qualidade e Segurança dos Alimentos. Brasília: SEBRAE/NA, 2009.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Indicações Geográficas Brasileiras: Brazilian Geographical Indications**. Brasília: SEBRAE, 2016.

SILVEIRA, V. C. P; VARGAS, I. C. S. **Indicação Geográfica no Brasil: Possibilidades para os Produtores da Área de proteção Ambiental do Ibirapuitã, Rio Grande do Sul**. XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociedade Rural. Londrina – PR. 2007.

SOUZA. L. V. de C; ALVES. F. F. Potenciais contribuições da Nova Economia Institucional para os Pagamentos por Serviços Ambientais. **Revista Iberoamericana de Economia Ecológica**, Rio de Janeiro/RJ, v. 26, p. 45-58, 2016.

STEIN. G. Q. Pluralismo e Economia Institucional: Como fundamentar uma epistemologia plural? In: Encontro de Economia da Região Sul, XXI, 2018, Curitiba. **Anais...** Curitiba/PR, 2018.

TIERLING, I. M. B. M; SCHMIDT, C. M. Ação Coletiva e Criação de Valor: Um Estudo na Associação de Produtores de Corumbataí do Sul (PR). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR**, Taubaté/SP, v. 13, n. 2, p. 3-25, mai-ago/2017, Taubaté, SP, Brasil.

TRENTINI, F. **Denominação de Origem: elemento fundamental às atuais empresas rurais**. São Paulo. Tese (Doutorado em Direito) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VAILATTI. J. L; SILVA, F. R; VICENTE, E. F. R. A Teoria Institucional aplicada à contabilidade gerencial: análise da contribuição teórica e metodológica de publicações internacionais ocorridas no período o de 2006 a 2015. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, XVI, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2016.

VALENT. J. Z; SCHULTZ. G; SILVA. L. X. A Nova Economia Institucional e a Ecologia Organizacional aplicadas à heterogeneidade agrícola. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional**, Faccat: Taquara/RS, v. 16, n. 1, jan./jun. 2019.

VELLOSO, C. Q. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, 2008.

VIEIRA. V. B. H. A; SILVA, E. Governança corporativa aplicada ao contexto das universidades federais: A produção científica brasileira. In: Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade, V SINGEP, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2016.

VITROLLES, D. A valorização de produtos de origem no Brasil: um comparativo entre mecanismos de qualificação. In: NIEDERLE, Paulo André. **Indicações Geográficas: Qualidade e Origem nos Mercados**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

WILKINSON, J; CERDAN, C; DORIGON, C. Geographical Indications and “Origin” Products in Brazil – The Interplay of Institutions and Networks. **World Development**, v. 98. p. 82-92, oct, 2017.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

WILLIAMSON, O. E. **The mechanism of governance**. New York: Oxford University Press, 1996.

APÊNDICE**FORMULÁRIO DE PESQUISA (PRODUTORES)**

- 01) Por gentileza o Sr. Poderia informar sua idade?
- 02) Qual o seu grau de instrução?
- () 1º Grau incompleto.
 - () 1º grau Completo.
 - () 2º Grau Incompleto.
 - () 2º Grau Completo.
 - () 3º Grau Incompleto.
 - () 3º Grau Completo.
- 03) Qual a renda familiar?
- () menos de 1 salário mínimo.
 - () 1 – 3 salários mínimos.
 - () 4 – 6 salários mínimos.
 - () 7 – 10 salários mínimos.
 - () mais de 10 salários mínimos
- 04) Tempo do produtor na atividade do mel?
- () menos de 1 ano
 - () 1 – 3 anos
 - () 4 – 6 anos
 - () 7 – 10 anos
 - () mais de 10 anos
- 05) Qual a área de cobertura das caixas de abelhas em alqueires de mata silvestre.
- 06) existe algum problema com relação a coleta de mel?
- () Não possui problemas;
 - () Contaminação por agrotóxicos;
 - () Roubo de caixas
- 07) Quantas caixas possui, só do tipos apis miellifera ou de outras espécies (sem ferrão)?
- () De 1 – 5 caixas;
 - () De 6 – 10 caixas;
 - () De 10 – 15 caixas;
 - () De 16 – 20 caixas;

- De 21 – 25 caixas;
- De 26 – 30 caixas;
- De 31 – 35 caixas;
- De 36 – 40 caixas;

08) Qual sua produção mensal de mel?

- Até 100 Kg
- De 101 – 150 Kg
- De 151 – 200 Kg
- De 201 – 250 Kg
- De 251 – 300 Kg
- De 301 – 350 Kg
- De 551 – 600 Kg
- De 801 – 850 Kg

09) Qual o tempo de associado na Coofamel?

- Menos de 1 ano;
- De 1 – 3 anos;
- De 4 – 6 anos;
- De 7 – 10 anos;
- Mais de 10 anos;

Benefícios aos cooperados

10) Na opinião do senhor a cooperativa Cofamel atende aos seus interesses e necessidade de serviços?

- Sim
- Não

11) O senhor sabe o que significa uma Indicação Geográfica?

- Sim
- Não
- Parcialmente

12) Na sua opinião a IG permite que a Cofamel obtenha um diferencial para comercializar seus produtos?

- Sim
- Não

13) Na sua opinião a IG permite que a Cofamel tenha maior acesso à clientes?

- 1. Nunca;
- 2. Às vezes;
- 3. Quase sempre;
- 5. Sempre

14) Qual o papel da Cofamel na melhoria da produção do seu mel?

1- Padronização dos processos produtivos;

2- Cursos e Treinamentos;

3- Visita Técnica;

15) Qual o papel da Cofamel na promoção da IG do mel?

Divulgação

Orientação

Contribui na implantação

16) Você participou de algum programa de capacitação/treinamento da cooperativa?

Sim

Não

17) A Indicação Geográfica permitiu aumento de produção e renda?

Não

Ainda não, mas acredita

Sempre

18) O Senhor considera satisfeito quanto à IG do mel?

Discordo totalmente

Discordo parcialmente

Concordo

Concordo totalmente

Custo de Transação

19) Com qual frequência você participa dos eventos da Cooperativa? Segue abaixo:

MOTIVOS: (1. Nunca); (2. Às vezes); (3. Quase Sempre); (4. Sempre)

1. Assembléias Gerais	2. Dia de Campo	3. Reuniões de núcleo com as Associações	4. Cursos em parceria com o SEBRAE e BIOLABORE
-----------------------	-----------------	--	--

20) Em relação aos encontros cooperativistas. Indique os motivos de sua concordância com relação às afirmações abaixo:

1. Tem acesso e conhecimento dos encontros cooperativistas	2. Tem acesso e conhecimento mas não os compreende	3. Não conhece e nem sabe se existem
--	--	--------------------------------------

21) Você participa das reuniões, assembléias e prestações de contas da Cooperativa?

Sim

Não

22) Se não participa: Quais os principais motivos de sua pouca ou não participação.

MOTIVOS:				
1.Dificuldade de deslocamento para o local	2.Tempo gasto	3.Falta de divulgação	4.Confiança na Administração da cooperativa	5.Não faz diferença se eu ir
6.Não compreendo os assuntos abordados	7. Conflitos de Interesses	8. Informações divergentes (Assimetria de Informação)	9. Pessoas oportunistas (Benefício próprio)	

23) O que mais motiva (ou motivaria, no caso de pessoa com baixa frequência) sua participação nas assembléias e reuniões da cooperativa.

MOTIVOS:					
1.Clareza nas Informações	2.Decisão conjunta e entendimento das ações da cooperativa	3.Benefício comum para todos	4. Conhecimento e qualificação pessoal	5. Treinamentos e capacitações na melhoria de produção	6. Ganho financeiro e comercial

Instituições e Criação da IG

24) Quais são as instituições que fiscalizam e regulamentam o cultivo e o mel de procedência?

25) Na sua opinião quais foram as organizações (Universidades, Empresas Governamentais, Empresas Privadas, Sindicatos, Associações) que auxiliaram na confecção da IG?

26) Na sua opinião quais foram as principais leis e regulamentos que auxiliaram na melhoria da produção do mel?

- () 1- Regulamentação e Leis Governamentais;
- () 2- Regulamentação dos Processos Produtivos;
- () 3- Inspeção Sanitária;
- () 4- Não soube responder;

27) Com a IG houve criação de valor? Ou seja, melhorou a credibilidade da cooperativa e do produtor de mel da região?

- () Sim
- () Ainda não, mas acredita que sim
- () Não

28) Quais os benefícios que a IG trouxe ao cooperado?

MOTIVOS:						
1.Redes de	2.	3. Vínculo	4. Benefícios	5.	6.	7. Ganho

relacionam entos	Atendimento/ facilidade	associativis ta	econômicos/ vantagens	Comunidade/ benefícios sociais	Qualificaçã o	de escala Produtiva
---------------------	----------------------------	--------------------	--------------------------	--------------------------------------	------------------	------------------------

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

SÍGOLO, ÉRICK ANTONIO

O PROCESSO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DE MEL - COOFAMEL

/ ÉRICK ANTONIO SÍGOLO; orientador(a), Weimar Freire da ROCHA JR, 2019.
109 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, 2019.

1. Indicação Geográfica. 2. Instituições. 3. Organizações.
4. Custo de transação. I. ROCHA JR, Weimar Freire da. II. Título.